

ENCARTE 1

VERSÃO FINAL

FEVEREIRO / 2005

Apresentação

O documento aqui apresentado, Encarte 1, faz parte da Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica de Poço das Antas, que é composto de quatro encartes.

A Revisão do Plano de Manejo foi elaborada seguindo as exigências do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, Lei N° 9.985, de 18 de Julho de 2000 e sua regulamentação Decreto N° 4.340, de 22 de Agosto de 2002, além das recomendações estabelecidas pelo IBAMA (2002), no Roteiro Metodológico de Planejamento - Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica.

Estão apresentadas, neste documento, as informações referentes à contextualização da Reserva Biológica de Poço das Antas nos cenários internacional, nacional e estadual e o seu enquadramento na Reserva da Biosfera e no SNUC. Também foi elaborada uma análise da sua representatividade e significância em relação à proteção de várias espécies em extinção, destacando-se o mico-leão-dourado, espécie bandeira protegida por esta Unidade de Conservação no Brasil.

SUMÁRIO

1. – CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	8
1. – CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	8
1.1. – Introdução.....	8
1.2. – Enfoque internacional.....	13
1.2.1. – Análise da Unidade de Conservação frente a sua situação de inserção na Reserva da Biosfera.....	13
1.2.1.1. – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA.....	14
1.2.1.2. – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) no Estado do Rio de Janeiro.....	18
1.2.1.3. – Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA).....	26
1.2.2. – A Importância do mico-leão-dourado no Cenário Internacional.....	28
1.2.3. – Oportunidades de Compromissos com Organismos Internacionais.....	29
1.2.4. – Acordos Internacionais.....	32
1.3. – Enfoque Federal.....	34
1.3.1. – A Unidade de Conservação e o Cenário Federal.....	34
Floresta Estacional Decidual - (Floresta Tropical Caducifólia) - caracterizado por duas estações climáticas (chuvosa e seca). Apresenta o estrato dominante com mais de 50% dos indivíduos despidos de folhagem no período seco.....	38
Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifólia) - Apresenta no conjunto florestal uma porcentagem entre 20 e 50% das espécies caducifólias.....	38
Floresta Ombrófila Aberta - apresenta quatro faciações florísticas que alteram a fisionomia ecológica da Floresta Ombrófila Densa, imprimindo-lhe clareiras, advindo daí o nome adotado, além dos gradientes climáticos com mais de 60 dias secos por ano.....	38
Floresta Ombrófila Densa (Floresta Pluvial Tropical) - relacionada a fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas e de alta precipitação, bem distribuídas durante o ano, o que determina uma situação bioecológica praticamente sem período seco.....	38
Refúgios Ecológicos (Relíquias) - toda e qualquer vegetação floristicamente e fisionômico-ecológica diferente do contexto geral da flora dominante em determinada região ecológica.....	38
Savana Estépica - (vegetação de Roraima, Chaquenha e parte da Campanha Gaúcha). Esta fisionomia foi extrapolada como sinônimo universalizado do termo indígena Tupi-Guarani “caatinga”. No Estado do Rio de Janeiro, ocorre, principalmente, nos municípios de Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Arraial do cabo.....	39
Estepe - termo de procedência russa empregado originalmente na Zona Holártica; Foi extrapolado por apresentar homologia ecológica para outras áreas mundiais, inclusive a Neotropical brasileira. Está sendo utilizada para denominar os campos gerais paranaenses, a campanha gaúcha e porções da caatinga.....	39
1.3.1.1. – A Reserva Biológica de Poço das Antas e o Bioma Mata Atlântica.....	45
1.3.2. – A Unidade de Conservação e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).....	50
1.3.2.1. – Situação atual da Estratégia de Conservação In Situ no Brasil no âmbito federal.....	50
Número total de Unidades por Grupo.....	51
1.3.2.2. – Criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural-RPPN’s.....	55
FIGURA 1.8 – Mapa das RPPNs na Região da Reserva Biológica de Poço das Antas.....	57
FIGURA 1.8 – Mapa das RPPNs na Região da Reserva Biológica de Poço das Antas.....	57
1.3.2.3. – A Unidade de Conservação e a Categoria de Manejo Reserva Biológica.....	58
Total em ha.....	58
Subtotal.....	58
1.4. – Enfoque Estadual.....	63
1.4.1. – Implicações Ambientais.....	63
1.4.1.1. – Regiões Fitoecológicas no Estado do Rio de Janeiro.....	64
1.4.1.2. – Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro.....	67
Número total de Unidades por Grupo.....	72
1.4.1.3. – O Planejamento e Integração Regional e a inserção da RB.....	77
Atos Legais.....	82
Atos Legais.....	82
1.4.2. – Implicações Institucionais.....	99
1.4.3. – Potencialidades de Cooperação.....	100
Locais onde se podem observar.....	101
UF.....	106
NOME.....	108
UF.....	108
LEGISLAÇÃO.....	108

<u>BIOMA</u>	108
<u>Nº</u>	108
<u>LEGISLAÇÃO</u>	108
<u>ÁREA em ha</u>	108
<u>LEGISLAÇÃO</u>	108
<u>LEGISLAÇÃO</u>	109
<u>LEGISLAÇÃO</u>	109
<u>BIOMA</u>	109
<u>LEGISLAÇÃO</u>	110
<u>BIOMA</u>	110
<u>LEGISLAÇÃO</u>	111
<u>BIOMAS</u>	111
<u>UF</u>	113
<u>UF</u>	113
<u>ÁREA em ha</u>	113
<u>ÁREA em ha</u>	113
<u>BIOMAS</u>	113

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1.1 – Ficha Técnica da Unidade de Conservação
- QUADRO 1.2 – Municípios abrangidos pela RBMA no Estado do Rio de Janeiro
- QUADRO 1.3 – Unidades de Conservação abrangidas pela RBMA no Estado do Rio de Janeiro
- QUADRO 1.4 – Reservas Privadas do Patrimônio Natural abrangidas pela RBMA no Estado do Rio de Janeiro
- QUADRO 1.5 – Zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro
- QUADRO 1.6 – Principais acordos e convenções internacionais firmados pelo Brasil
- QUADRO 1.7 – Unidades de Conservação federais localizadas no domínio da Mata Atlântica
- QUADRO 1.8 – Número de Unidades de Conservação por categoria de manejo
- QUADRO 1.9 – Número total de Unidades de Conservação federais
- QUADRO 1.10 – Número de Unidades de Conservação Federais por Categoria de Manejo e por Região Geopolítica
- QUADRO 1.11 – Distribuição das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável por Bioma, com o total da área ocupada e a porcentagem protegida em relação ao mesmo
- QUADRO 1.12 – Número e extensão das RPPN's distribuídas por região no território brasileiro
- QUADRO 1.13 – Reservas Biológicas federais por região, mostrando o Bioma protegido
- QUADRO 1.14 – Regiões Fitoecológicas originais da Mata Atlântica
- QUADRO 1.15 – Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, sob tutela federal
- QUADRO 1.16 – Número total de Unidades de Conservação federais criadas no Estado do Rio de Janeiro por grupo, sua área total e porcentagem
- QUADRO 1.17 – Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro, sob a tutela federal
- QUADRO 1.18 – Reservas Biológicas do Estado do Rio de Janeiro, sob a tutela federal
- QUADRO 1.19 – Estação Ecológica inserida no Estado do Rio de Janeiro, sob a tutela federal
- QUADRO 1.20 – Áreas de Preservação Ambiental do Rio de Janeiro, sob tutela federal
- QUADRO 1.21 – Áreas de Relevante Interesse Ecológico do Rio de Janeiro, sob tutela federal
- QUADRO 1.22 – Reserva Extrativista do Rio de Janeiro, sob a tutela federal
- QUADRO 1.23 – Florestas Nacionais, sob tutela federal
- QUADRO 1.24 – Unidades de Conservação Estaduais
- QUADRO 1.25 – Parques Estaduais do Estado do Rio de Janeiro, apresentados por ordem crescente do ano de sua criação
- QUADRO 1.26 – Estações Ecológicas do Estado do Rio de Janeiro
- QUADRO 1.27 – Reservas Biológicas do Estado do Rio de Janeiro, apresentadas por ordem crescente do ano de sua criação

- QUADRO 1.28 – Reservas Ecológicas do Estado do Rio de Janeiro, apresentadas por ordem crescente do ano de sua criação
- QUADRO 1.29 – Áreas de Proteção Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, apresentadas por ordem crescente do ano de sua criação
- QUADRO 1.30 – Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas localizadas na Macroregião Ambiental MRA-4
- QUADRO 1.31 – Unidades de Conservação localizadas na Macroregião Ambiental MRA-5
- QUADRO 1.32 – Localização, área e número dos corredores e ilhas de florestas implantados na RB Poço das Antas
- QUADRO 1.33 – Localização dos corredores e ilhas de florestas implantados em fazendas do entorno da RB Poço das Antas
- QUADRO 1.34 – Reservas Particulares do Patrimônio Natural, criadas na região de ocorrência do mico-leão-dourado, até novembro de 2002
- QUADRO 1.35 – Futuras RPPNs da área de ocorrência do mico-leão-dourado, que estão em processo de criação em trâmite junto ao IBAMA

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1.1 – Mapa da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil
- FIGURA 1.2 – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro
- FIGURA 1.3 – Mapa das Eco-regiões do Brasil – Biomas
- FIGURA 1.4 – Mapa da Classificação da Vegetação do Brasil
- FIGURA 1.5 – Mapa das Bacias Hidrográficas do Brasil
- FIGURA 1.6 – Mapa do *hotspot* da Mata Atlântica
- FIGURA 1.7 – Mapa das Unidades de Conservação Federais
- FIGURA 1.8 – Mapa das RPPNs na Região da Reserva Biológica de Poço das Antas
- FIGURA 1.9 – Reservas Biológicas Federais
- FIGURA 1.10 – Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro
- FIGURA 1.11 – Macroregiões Ambientais do Estado do Rio de Janeiro
- FIGURA 1.12 – Localização da APA da Bacia do Rio São João
- FIGURA 1.13 – Corredores Ecológicos propostos no Brasil
- FIGURA 1.14 – Mapa de localização do Parque Estadual dos Três Picos

1. – CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

1.1. – Introdução

As Reservas Biológicas foram criadas em conformidade com a Lei N.º 4.471, de 15 de Setembro de 1965, a qual instituiu o Novo Código Florestal, com a Lei N.º 5.197, de 28 de Fevereiro de 1967, que dispõe sobre a Lei de Proteção à Fauna, e, mais recentemente, com a Lei N.º 9.985, de 18 de Julho de 2000.

A Lei N.º 9.985, de 18 de Julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), incluiu esta categoria de manejo no Grupo I, das Unidades de Proteção Integral (Cap. III, Art. 7), cujo objetivo é a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, ou seja, aqueles que não envolvem coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais, incluindo o desenvolvimento de atividades educacionais, científicas e recreativas, com algumas exceções (Cap. II, Art. 2).

De acordo com esta Lei, o objetivo de criação de uma Reserva Biológica é *“a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, executando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais”* (Cap.III, Art.10).

Por preservação, entende-se: *“Conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visam à proteção, a longo prazo, das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais”* (Cap.I, Art.2).

Por sua vez, o termo recuperação é abordado da seguinte forma: *“Restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original”* (Cap.I, Art.2).

Toda Reserva Biológica é de posse e de domínio público, portanto as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas (Cap. III, Art. 10, §1º). Não são permitidas as visitas públicas, exceto se estas são realizadas com objetivos educacionais, de acordo com as determinações de seu Plano de Manejo e normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e previstas em regulamento (Cap.III, Art. 10, §2º). Do mesmo modo, a realização de pesquisas científicas depende de prévia autorização do órgão competente e estará sujeita às normas por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento (Cap.III, Art.10, §3º).

Segundo a Lei N.º 9.985, todas as categorias de Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo (PM), o qual deve abranger a área da Unidade de Conservação, sua Zona de Amortecimento e os corredores ecológicos. Também deve incluir medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas, segundo a Lei N.º 9.985 (Art. 27).

O conceito de Plano de Manejo é definido pela Lei N.º 9.985, de 18 de Julho de 2000 (Cap.I, Art. 2º – XVII) como um *“Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”* (MMA, 2002).

O PM contém os objetivos, as normas e as diretrizes que guiam o manejo de uma área protegida. É um instrumento de planejamento, através do qual identificam-se as necessidades, estabelecem-se as prioridades e organizam-se as ações de manejo. No

Brasil, este plano inclui as diretrizes e normas acopladas em planos operacionais, em projetos e em programas de manejo.

No Brasil, ainda existem várias Unidades de Conservação com necessidade de elaboração do Plano de Manejo, enquanto outras esperam, há pelo menos cinco anos, uma revisão e atualização do mesmo.

A elaboração do PM da Reserva Biológica de Poço das Antas seguiu a metodologia definida pelo Roteiro Metodológico de Planejamento (RM) (MMA/IBAMA, 2002) para as categorias de manejo: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica, lançado durante o III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, no mês de Setembro de 2002, em Fortaleza.

A regulamentação da Lei do SNUC, feita através do Decreto N° 4.340, de 22 de Agosto de 2002, determinou a necessidade de um documento para orientar a elaboração dos Planos de Manejo para as categorias de manejo acima mencionadas (Cap. III, Art. 14). Dessa forma, o Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto, elaborado pelo IBAMA, em 1996, foi aprimorado, originando um novo Roteiro Metodológico que ajustou o planejamento ao conteúdo da Lei do SNUC e sua regulamentação.

Com a revisão do Roteiro de 1996, foram feitas modificações na forma de organização das informações, originando uma nova estruturação. Por outro lado, foram feitas inovações, tal como a incorporação de elementos de outras metodologias eficientes no planejamento de UCs, como o planejamento estratégico.

Inicialmente, o termo de referência para a revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica de Poço das Antas foi elaborado com base no Roteiro Metodológico para Unidades de Conservação de Uso Indireto (IBAMA/GTZ, 1996), fazendo com que houvesse a necessidade de adequar a metodologia de trabalho a ser adotada, a partir da publicação do novo RM (MMA/IBAMA, 2002).

O novo RM (MMA/IBAMA, 2002) estabelece os procedimentos gerais para a elaboração dos diferentes estágios do planejamento. Aqui a metodologia de revisão do Plano de Manejo é apresentada de forma resumida.

Segundo o Roteiro Metodológico de 2002, os objetivos do Plano de Manejo são os seguintes:

- levar a UC a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação;
- definir objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da UC;
- dotar a UC de diretrizes para seu desenvolvimento;
- definir ações específicas para o manejo da UC;
- promover o manejo da Unidade, orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado;
- estabelecer a diferenciação e intensidade de uso mediante zoneamento, visando à proteção de seus recursos naturais e culturais;
- destacar a representatividade da UC no SNUC frente aos atributos de valorização dos seus recursos como: biomas, convenções e certificações internacionais;

- estabelecer, quando couber, normas e ações específicas visando compatibilizar a presença de populações residentes com os objetivos da Unidade, até que seja possível sua indenização ou compensação e sua realocação;
- estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da ZA e dos Corredores Ecológicos, visando a proteção da UC;
- promover a integração socioeconômica das comunidades do entorno com a UC; e
- orientar a aplicação dos recursos financeiros destinados à UC.

Conforme proposto no RM original (IBAMA/GTZ, 1996), o processo de planejamento tem as seguintes características:

- participativo: engloba vários segmentos da sociedade, envolvidos e interessados na gestão da UC, através da realização de reuniões técnicas, de consultas e de oficinas de planejamento;
- contínuo: os conhecimentos gerados de acordo com o planejamento evoluirão ao longo do tempo;
- gradativo: o grau de intervenção do manejo na UC está em função da profundidade dos conhecimentos gerados; e
- flexível: a tomada de decisões depende da auto-avaliação e da retroalimentação das experiências com o manejo.

Segundo o Roteiro Metodológico de 2002, as revisões sucedem-se durante a implementação do plano anterior, em um prazo de cinco anos, ou ainda, quando fatos novos e relevantes assim o exijam. Entretanto, já se passaram 19 anos desde o prazo previsto para a revisão do PM da Reserva Biológica de Poço das Antas. Desde sua publicação, em 1981, tanto a RB como seu entorno passaram por inúmeras transformações, de maneira que este plano não vinha mais sendo utilizado como um instrumento na tomada de decisão pela administração da UC.

Entretanto, mesmo não se encontrando mais em vigência, o PM anterior serviu de base para o planejamento atual. Partindo desta premissa e seguindo às orientações do RM (MMA/IBAMA, 2002), a metodologia empregada seguiu as etapas previstas para a revisão do PM, ao mesmo tempo que considerou itens pertencentes à elaboração do Plano de Manejo, que não existiam quando foi elaborado o primeiro PM.

É importante considerar algumas particularidades do Plano de Manejo anterior. A primeira delas é a de que o planejamento da Unidade de Conservação foi dirigido para uma categoria de manejo desejada que não estava legalmente criada no Brasil – Santuário de Vida Silvestre, com características e objetivos distintos. Até 1981, no Brasil, existiam legalmente as categorias Parque Nacional, Floresta Nacional e Reserva Biológica.

A segunda particularidade está relacionada ao grau de conhecimento sobre a RB e à profundidade de alcance do Plano de Manejo anterior. Como se verá mais adiante, naquela época, surgiram as primeiras pesquisas, de maneira que praticamente não houve a possibilidade de aplicação dos resultados no manejo da UC durante o período de implementação deste Plano de Manejo.

A revisão do PM da Reserva Biológica de Poço das Antas resultou da utilização do mecanismo de compensação ambiental para as Unidades de Conservação, prevista pela Lei do SNUC. Está previsto que a aplicação dos recursos da compensação ambiental deve ter, entre outras prioridades, a elaboração, implantação e revisão de Planos de Manejo.

A partir da Resolução CONAMA n.º 2/ 96, todas as categorias de Unidades de Conservação de uso indireto devem ser contempladas com recursos dos programas de compensação ambiental, originados do processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com relevante impacto ambiental, tornando-se um instrumento chave de viabilização de Unidades de Conservação. A Resolução destina um mínimo de 0,5 % do valor total destes empreendimentos para a criação e/ou implantação de Unidades de Conservação. A Lei Nº 9.985, de 18/07/2000 (SNUC, 2000), trata da compensação ambiental no seu Art. 36, reforçando o disposto da Res. CONAMA 02/96, incluindo aspectos da Res. CONAMA 13/90 que trata do licenciamento ambiental no entorno de UCs (OLIVA et al., 2002). Os recursos para a revisão deste Plano foram obtidos a partir da compensação ambiental pela passagem do gasoduto da PETROBRÁS em área limítrofe à Reserva Biológica de Poço das Antas.

Foram programadas duas campanhas de campo em épocas diferentes em função da sazonalidade e particularidades dos ambientes existentes na RB. A metodologia empregada para obter as amostragens foi aquela desenvolvida pela Organização Não-Governamental *The Nature Conservancy - TNC*, denominada por Avaliação Ecológica Rápida (AER). Estas campanhas cobriram as áreas temáticas de vegetação e de fauna. Além destes, foi realizado um levantamento de campo do meio físico e, ainda, dos aspectos sócio-ambientais e institucionais da RB e de sua região.

Anteriormente a isto e seguindo o previsto no Roteiro (MMA/IBAMA, 2002), foi realizado um reconhecimento de campo, com o propósito de subsidiar a identificação e avaliação preliminar da Região da RB, incluindo sua ZA. O reconhecimento de campo foi realizado com visita à Unidade de Conservação, seus limites e região, além da realização de um sobrevôo, para o conhecimento da sua situação atual.

Os resultados do diagnóstico da RB e sua região estão apresentados nos Encartes 1, 2 e 3. O Encarte 1 refere-se à contextualização da RB nos cenários internacional, federal e estadual. O Encarte 2 analisa a RB no contexto regional, ou seja, dentro dos municípios abrangidos pela sua Zona de Amortecimento. O Encarte 3 apresenta o diagnóstico da RB em seus aspectos bióticos, abióticos e institucionais.

O Encarte 4 apresenta o planejamento da RB e da sua Região, abordando o histórico dos planejamentos anteriores, incluindo a avaliação do Plano de Manejo anterior, a análise estratégica, os objetivos específicos, o zoneamento e as normas e o planejamento por áreas de atuação da RB.

O QUADRO 1.1 apresenta a ficha técnica com os dados da Reserva Biológica de Poço das Antas.

QUADRO 1.1 – Ficha Técnica da Unidade de Conservação

Nome da Unidade de Conservação: Reserva Biológica de Poço das Antas				
Gerência Executiva: IBAMA - RJ Praça 15 de Novembro, 42, 8º andar, Centro Cep.: 20.010-010. Rio de Janeiro – RJ. Tel.:(21) 2506-1734/35/37/38/39/40. Fax: (21) 2221-4911				
Endereço da Sede:	Rodovia BR-101-Km, 214 Silva Jardim-RJ			
Endereço para correspondência:	Caixa Postal 109.981 Casimiro de Abreu-RJ CEP: 28860-970			
Telefax:	(22) 27781540			
E-mail:	pocoantas@hotmail.com			
Superfície da UC (ha):	5.000			
Perímetro da UC (km):	44			
Superfície da ZA (ha):	77.820			
Perímetro da ZA (ha):	212.61			
Municípios que abrange e percentual abrangido pela UC:	Silva Jardim	Superfície do município em km ²	% do município na UC	% da área da UC no município
		940.7 km ²	6%	100%
Estado que abrange:	Rio de Janeiro (RJ)			
Coordenadas geográficas (latitude e longitude):	22º 30' e 22 33' de latitude S, 42º 15' e 42º 19' de longitude W			
Número do Decreto de Criação:	Decreto Federal Nº 73.791, de 11.03.74			
Número do Decreto de Redelimitação:	Decreto Federal Nº 76.534, de 3.11.75			
Marcos geográficos referenciais dos limites:	Limite norte com a Rodovia BR-101; limite leste com o Rio Aldeia Velha; limite sul e limite oeste com o Rio São João.			
Biomos e ecossistemas:	Floresta Ombrófila Densa; Mata Atlântica de Baixada			
Atividades permitidas				
Educação Ambiental	A Associação Mico-Leão-Dourado desenvolve, desde 1984, um Programa de Educação Ambiental, que, atualmente, abrange vários projetos. As atividades básicas incluem a recepção de visitantes no Centro Educativo da RB, aberto ao público em 1989; apresentação de palestras e vídeos e realização de eventos comemorativos.			
Fiscalização	É feita no interior e nos limites da RB, nos pontos mais críticos, e no entorno, com o auxílio de denúncias.			
Pesquisa	Anualmente, são realizadas inúmeras pesquisas científicas e projetos de Conservação e Manejo, com destaque para o Projeto Mico-Leão-Dourado, apoiado pela WWF, para as pesquisas do Programa da Mata Atlântica/JBRJ e para o Projeto de Conservação, Manejo e restauração de fragmentos de Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro: mamíferos como táxon focal para a formulação de estratégias.			
Visitação	A visitação com objetivos educacionais é permitida. Anualmente, a RB recebe diversas universidades públicas e privadas e, grupos escolares formais. A visitação é feita, principalmente, às instalações do Centro Educativo e à Trilha Interpretativa "Boi Branco".			
Atividades Conflitantes				
	Caça e pesca predatórias, queimadas, incêndios florestais, transporte de combustível na ferrovia que corta a RB; Barragem de Juturnaíba próxima à RB, assentamentos rurais em áreas limítrofes; tráfego pesado na Rodovia BR-101; criação de espécies exóticas no entorno e extração de areia no Rio São João.			

1.2. – Enfoque internacional

A Reserva Biológica de Poço das Antas está incluída internacionalmente na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, sendo uma das Unidades de Conservação de grande destaque em nível Nacional e Estadual, dentro desse contexto.

1.2.1. – Análise da Unidade de Conservação frente a sua situação de inserção na Reserva da Biosfera

As Reservas da Biosfera são definidas legalmente como *“um modelo adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, desenvolvimento de atividades de pesquisa, monitoramento ambiental, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida”* (Art. 41, *caput*, Lei 9.985/00).

Esta categoria internacional foi criada em 1972 pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - através do Programa Intergovernamental, de cooperação científica internacional, *“MaB - Man and Biosphere Program”* – Programa O Homem e a Biosfera, lançado em 1971, como resultado da “Conferência sobre a Biosfera”, realizada em Paris, em Setembro de 1968. Contribuíram para isto, o PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza e agências internacionais de desenvolvimento.

As Reservas da Biosfera desempenham três funções básicas:

- conservar a biodiversidade, protegendo recursos genéticos, espécies, ecossistemas e paisagens;
- promover a pesquisa científica, o monitoramento e a educação;
- promover o desenvolvimento sustentável dos recursos, com a cooperação das populações humanas.

Todavia, para que uma área seja declarada como tal, devem ser satisfeitos os seguintes critérios:

- ter uma efetiva proteção legal;
- conter na sua zona núcleo valores naturais que justifiquem sua conservação e características ideais à preservação;
- incluir áreas convencionais à pesquisa e à adoção de métodos de manejo sustentável dos recursos naturais;
- ser representante de uma unidade biogeográfica, com extensão suficiente para sustentar todos os níveis de espécies representativas do ecossistema que se quer preservar.

Atualmente, as Reservas da Biosfera fazem parte de uma rede mundial formada por aproximadamente 110 países, sendo consideradas como um novo instrumento de planejamento, destinado a conciliar a conservação da diversidade biológica com o desenvolvimento econômico e social, além da manutenção dos valores culturais de uma determinada região. Seu principal desafio é estabelecer um sistema de gestão integrada e participativa, que concilie vários interesses, muitas vezes conflitantes. Em função disso, seu gerenciamento é o trabalho conjunto de cooperação de instituições governamentais, não governamentais e centros de pesquisa. A UNESCO promove encontros internacionais para avaliar a situação de suas reservas, proporcionando contatos de grande interesse.

O seu zoneamento estabelece uma ou mais áreas-núcleo, de uso restrito, destinadas à proteção integral da natureza, preferencialmente constituídas por Unidades de Conservação de proteção integral; uma ou mais zonas de amortecimento no entorno das primeiras, constituídas preferencialmente por Unidades de Conservação de uso sustentável ou corredores ecológicos e zonas de transição, as mais externas, sem limites rígidos onde o processo de ocupação e manejo dos recursos naturais seja planejado e conduzido de modo participativo e em bases sustentáveis.

No Brasil, o Decreto N^o. 74.685, de 14 de Outubro de 1974, criou a Comissão do Programa MaB. Mais recentemente, as Reservas da Biosfera foram contempladas pela Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000 (art. 41, do Capítulo VI), que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC. Entretanto, não foram incluídas entre as Unidades de Conservação de proteção integral, nem entre Unidades de Conservação de uso sustentável, decorrente de seu caráter internacional. De acordo com esta Lei, as Reservas da Biosfera podem ser constituídas por áreas públicas e privadas, inclusive por Unidades de Conservação já existentes, desde que sejam respeitadas às normas legais que disciplinam o manejo da categoria específica.

Além da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), a primeira a ser criada no país, que abriga os principais remanescentes deste bioma, o Brasil possui a Reserva da Biosfera do Cerrado (Distrito Federal) e a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde, na cidade de São Paulo.

1.2.1.1. – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA

A declaração do Bioma Mata Atlântica como uma Reserva da Biosfera ocorreu em 1991, pelo Programa MaB, trazendo o reconhecimento internacional do bioma, que já era considerado como Patrimônio Natural pela Constituição Federal de 1988 (Capítulo VI, Artigo 225, 4). Foi tombada pelo edital da Secretaria do Estado da Cultura do Rio de Janeiro, de 4 de Março de 1991 (RODRIGUES, 2001). Sua homologação como Reserva da Biosfera, se deu em 8 de Outubro de 1992 e recebeu o amparo do Decreto Federal No. 750, de 10 de Fevereiro de 1993.

A RBMA possui uma área de 29 milhões de hectares, abrangendo 14 estados brasileiros (RODRIGUES, 2001) e cerca de 1.000 municípios, que juntos abrigam uma população superior a 100 milhões de habitantes. A RBMA, inicialmente, abrangia remanescentes significativos dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, a parte mineira da Serra da Mantiqueira, incluindo as áreas marítimas e a maioria das ilhas oceânicas destes estados. Mais tarde, foram incluídas porções significativas do bioma nos estados do Nordeste, do Sul e do restante de Minas Gerais, o Arquipélago de Fernando de Noronha, Atol das Rocas e os rochedos de São Pedro e São Paulo. Sua delimitação oficial encontra-se em cartas do IBGE, em escalas de 1:250.000 e 1:400.000.

Por tratar de uma área muito ampla, a RBMA inclui amostras significativas bem conservadas de diversos ecossistemas naturais, comunidades humanas tradicionais, ARIEs e áreas antropicamente modificadas, visando especialmente à recuperação da função ecológica e o desenvolvimento sustentável.

A FIGURA 1.1 apresenta o Mapa da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil, (IBAMA, 2003). Nesta figura ainda podem ser observadas as diferentes Unidades de Conservação federais e tem como fonte o site do IBAMA (2003).

FIGURA 1.1 – Mapa da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil

1.2.1.2. – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) no Estado do Rio de Janeiro

A criação da RBMA foi produto de um novo posicionamento frente a questão ambiental, que passou da atuação pontual para uma abordagem mais integrada e multidisciplinar da conservação da biodiversidade, enfocando a dimensão humana. Devido a abrangência espacial da RBMA, ela deve ser considerada com especial atenção dentro do planejamento e das estratégias nacionais.

No Estado do Rio de Janeiro, a RBMA representa uma estratégia de integração das iniciativas de Conservação através da formação de um corredor florestal da Serra do Mar, que se estende de forma quase contínua, desde Parati até o Parque Nacional do Desengano. Na realidade, esta é uma das razões mais importantes e um dos princípios para a declaração de uma Reserva da Biosfera – manutenção e restauração da continuidade de áreas preservadas através de corredores.

O reconhecimento da RBMA no Estado do Rio de Janeiro aconteceu em duas fases, entre 1991 e 1993. Em meados de 1991, três áreas de Proteção Integral foram consideradas como tal: o Parque Nacional da Tijuca, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e a Reserva Biológica do Tinguá. Visando à conservação de outras parcelas significativas do bioma, no Estado, o Instituto Estadual de Florestas - IEF propôs a ampliação da área abrangida pela RBMA para 42% do território fluminense, com área aproximada de 18.476 Km² ou 1,847 milhões de hectares. Assim, na segunda fase, que ocorreu em 1992, foram reconhecidos 83 municípios, representando 90,22% da totalidade dos municípios fluminenses que é de 91% (RAMBALDI et al. 2002).

A área de abrangência da RBMA no Estado do Rio de Janeiro inclui todos os municípios listados no QUADRO 1.2, onde estão destacados os municípios que compõem a Região da RB Poço das Antas, Araruama, Casimiro de Abreu e Silva Jardim, que totalizam uma área de 1.021 km² na área da RBMA no Estado. Neste mesmo quadro, também se observa que os municípios de Casimiro de Abreu e Silva Jardim possuem uma porção bastante significativa de sua superfície na RBMA: 77,58% e 65,4%, respectivamente.

QUADRO 1.2 – Municípios abrangidos pela RBMA no Estado do Rio de Janeiro

Municípios	Área dos municípios	Área da RBMA por município - km ²	Área total dos municípios menos área da RBMA	% dos município abrangida pela RBMA
Angra dos Reis	814,34	813,35	0,99	99,88
Aperibe	89,23	24,18	65,05	27,10
Araruama	633,83	47,04	586,79	7,42
Areal	111,49	5,06	106,43	4,54
Armação de Búzios	69,28	0,01	69,27	0,01
Arraial do Cabo	157,75	35,69	122,06	22,62
Barra do Pirai	578,37	42,98	535,39	7,43
Barra Mansa	547,55	30,12	517,43	5,50
Bom Jardim	385,04	113,76	271,28	29,54
Bom Jesus do Itabapoana	598,84	111,67	487,17	18,65
Cabo Frio	403,00	140,95	262,05	34,98
Cachoeiras de Macacú	955,81	750,39	205,42	78,51
Cambuci	561,70	209,28	352,42	37,26
Campos dos Goytacazes	4.027,21	1.199,96	2.827,25	29,80
Cantagalo	717,37	33,62	683,75	4,69
Carapebus	305,58	102,41	203,17	33,51
Cardoso Moreira	514,87	125,23	389,64	24,32
Carmo	353,77	30,95	322,82	8,75
Casimiro de Abreu	461,71	358,18	103,53	77,58
Conceição de Macabu	347,63	216,50	131,13	62,28
Cordeiro	116,03	3,08	112,95	2,65
Duas Barras	342,64	52,58	290,06	15,35
Duque de Caxias	464,58	255,38	209,20	54,97

Municípios	Área dos municípios	Área da RBMA por município - km ²	Área total dos municípios menos área da RBMA	% dos município abrangida pela RBMA
Engenheiro Paulo de Frontin	139,03	139,03	-	100,00
Guapimirim	360,81	270,10	90,71	74,86
Iguaba Grande	36,13	36,13	-	100,00
Itaboraí	427,50	88,45	339,05	20,69
Itaguaí	277,59	139,33	138,26	50,19
Italva	296,16	33,95	262,21	11,46
Itaocara	428,49	52,39	376,10	12,23
Itaperuna	1.105,39	143,24	962,15	12,96
Itatiaia	224,96	159,66	65,30	70,97
Japeri	82,65	82,61	0,04	99,95
Laje do Muriae	250,49	44,68	205,81	17,84
Macaé	1.214,96	707,26	507,70	58,21
Macuco	133,34	1,73	131,61	1,30
Magé	385,68	304,80	80,88	79,03
Mangaratiba	359,81	359,54	0,27	99,92
Maricá	362,94	307,75	55,19	84,79
Mendes	77,27	74,60	2,67	96,54
Miguel Pereira	287,35	262,84	24,51	91,47
Miracema	301,38	70,71	230,67	23,46
Natividade	386,20	87,09	299,11	22,55
Nilópolis	19,15	6,63	12,52	34,62
Niterói	131,46	90,30	41,16	68,69
Nova Friburgo	932,63	905,58	27,05	97,10
Nova Iguaçu	558,01	390,02	167,99	69,89
Paracambi	179,36	179,33	0,03	99,98
Parati	928,47	926,68	1,79	99,81
Paty do Alferes	319,14	20,52	298,62	6,43
Petrópolis	774,60	623,51	151,09	80,49
Piraí	505,47	387,93	117,54	76,75
Porciuncula	301,98	23,67	278,31	7,84
Quatis	286,20	29,81	256,39	10,42
Queimados	77,80	77,56	0,24	99,69
Quissamã	715,87	524,08	191,79	73,21
Resende	1.113,43	510,22	603,21	45,82
Rio Bonito	462,14	233,45	228,69	50,51
Rio Claro	841,38	812,40	28,98	96,56
Rio das Flores	477,74	0,92	476,82	0,19
Rio das Ostras	229,73	30,10	199,63	13,10
Rio de Janeiro	1.261,08	551,07	710,01	43,70
Santa Maria Madalena	815,57	614,99	200,58	75,41
Santo Antonio de Padua	613,61	15,70	597,91	2,56
São Fidelis	1.028,10	179,46	848,64	17,46
São Francisco de Itabapoana	1.114,84	295,46	819,38	26,50
São Gonçalo	250,65	64,27	186,38	25,64
São João da Barra	460,64	445,03	15,61	96,61
São José de Uba	250,61	25,00	225,61	9,98
São Pedro da Aldeia	357,13	168,51	188,62	47,18
São Sebastião do Alto	372,23	6,71	365,52	1,80
Saquarema	354,68	199,83	154,85	56,34
Seropédica	267,04	64,88	202,16	24,30
Silva Jardim	938,30	615,87	322,43	65,64
Sumidouro	395,21	76,55	318,66	19,37
Tanguá	143,33	48,87	94,46	34,10
Teresópolis	770,48	469,31	301,17	60,91
Trajano de Moraes	589,38	530,82	58,56	90,06
Valença	1.304,74	176,41	1.128,33	13,52
Varre-Sai	189,73	31,90	157,83	16,81
Vassouras	552,38	92,61	459,77	16,77
Volta Redonda	182,29	15,36	166,93	8,43
Total		18.529,58		

FONTE: IBGE, 1997

NOTAS: Malha Municipal Digital do Brasil

O Rio de Janeiro possui um número significativo de Unidades de Conservação sob proteção e domínio público nas esferas federal e estadual, além das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, sendo que aproximadamente 95% estão inseridas na RBMA no Estado do Rio de Janeiro. As 39 Unidades de Conservação inseridas na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro totalizam uma área de 464.475,61 ha, considerando-se as UCs de Proteção Integral e as UCs de Uso Sustentável, excetuando-se as RPPNs, que estão listadas no QUADRO 1.3, assim como sua área em hectares, em quilômetros e o órgão responsável pela sua gestão. Nota-se que 17 das Unidades de Conservação pertencem ao âmbito federal e 22, ao estadual, representando 61,5% e 38,5% da área total protegida no contexto da RBMA, respectivamente.

QUADRO 1.3 – Unidades de Conservação abrangidas pela RBMA no Estado do Rio de Janeiro

Unidades de Conservação	Área (ha)	Área (Km)	Órgão responsável
APA da Serra da Mantiqueira	27.620,58	276,21	IBAMA
APA da Serra de Sapatiba	5.957,76	59,58	FEEMA
APA de Cairuçu	29.818,35	298,18	IBAMA
APA de Guapimirim	13.809,40	138,09	IBAMA
APA de Macaé de Cima	34.985,61	349,86	FEEMA
APA de Mangaratiba	22.617,57	226,18	FEEMA
APA de Marica	968,98	9,69	FEEMA
APA de Massambaba	8.879,93	88,80	FEEMA
APA de Petrópolis	58.435,81	584,36	IBAMA
APA de Tamoios	20.646,79	206,47	FEEMA
APA de Gericinó- Mendanha	7.955,97	79,56	FEEMA
APA dos Frades	6.878,61	68,79	FEEMA
APA e APP Floresta do Jacarandá	3.288,95	32,89	FEEMA
ARIE do Arquipélago das Cagarras	35,34	0,35	IBAMA
ARIE da Floresta da Cicuta	270,99	2,71	IBAMA
EE Estadual do Paraíso	4.947,46	49,47	FEEMA
EE de Tamoios	8.898,19	88,98	IBAMA
PN de Itatiaia	12.744,95	127,45	IBAMA
PN da Restinga de Jurubatiba	15.133,12	151,33	IBAMA
PN da Serra da Bocaina	68.763,56	687,64	IBAMA
PN da Serra dos Órgãos	10.496,75	104,97	IBAMA
PN da Tijuca	3.456,96	34,57	IBAMA
PE da Ilha Grande	4.301,79	43,02	IEF
PE da Pedra Branca	11.556,65	115,57	IEF
PE da Serra da Tiririca	2.024,62	20,25	IEF
PE do Desengano	21.392,84	213,93	IEF
PE Marinho do Aventureiro	1.786,09	17,86	FEEMA
RB de Araras	2.130,21	21,30	IEF
RB Arqueológica de Guaratiba	2.260,92	22,61	IEF
RB de Poço das Antas	5.038,73	50,39	IBAMA
RB da Praia do Sul	3.438,58	34,39	FEEMA
RB de Tinguá	25.089,85	250,90	IBAMA
RB União	2.921,65	29,22	IBAMA
RFdo Grajaú	56,00	0,56	IEF
REc de Alcobaça	281,00	2,81	IBAMA
REc de Jacarepiá	1.572,19	15,72	FEEMA
REc da Juatinga	9.988,61	99,89	IEF
REc de Massambaba	1.391,80	13,92	FEEMA
REx Marinha de Arraial do Cabo	2.632,42	26,32	IBAMA
Total	464.475,61	4644,76	

FONTE: RAMBALDI et al. 2002

A FIGURA 1.2 apresenta a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro e sua distribuição.

FIGURA 1.2 – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro

A Reserva Biológica de Poço das Antas encontra-se entre as UCs federais e estaduais de Proteção Integral inseridas na RBMA do Estado, na Zona Núcleo I, que corresponde às áreas das Unidades de Conservação federais e estaduais, abrangendo os trechos mais preservados dos ecossistemas do Estado do Rio de Janeiro (RAMBALDI et al. 2002) A área da RB representa 1,1% da área total das Unidades de Conservação dentro da RBMA. Ainda, em termos federais, representa 1,8% e, em termos de UCs de Proteção Integral, representa 2,3%.

A superfície coberta pelas UCs, presentes na RBMA, representa 0,8% da superfície total abrangida pelas UCs no território brasileiro.

As 29 RPPNs incluídas na RBMA estão listadas no QUADRO 1.4, com suas áreas.

Pode-se observar que destas RPPNs sete estão localizadas na Região da Reserva Biológica de Poço das Antas, ou seja, região abrangida pelos municípios de Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Araruama, sendo que este último ainda não possui RPPNs criadas. Estas sete RPPNs localizadas na Região da Reserva Biológica de Poço das Antas representam 31,2% da área total das RPPNs inseridas na RBMA e 0,2% da área total protegida no país por esta categoria de manejo. Este percentual poderá aumentar com as iniciativas atuais e com o programa de incentivo à criação de RPPNs na Região da Reserva Biológica de Poço das Antas.

QUADRO 1.4 – Reservas Privadas do Patrimônio Natural abrangidas pela RBMA no Estado do Rio de Janeiro

Denominação	Município	Área (ha)	Portaria
Fazenda Roça Grande	Rio Claro	63,70	481/91-N
Sítio Poranga	Itaguaí	34,00	041/92-N
Sítio Angaba	Itaguaí	29,00	041/92-N
Pedra dos Amarílis	Petrópolis	39,64	06/93-N
Fazenda Córrego da Luz	Casimiro de Abreu	20,00	16/93-N
CEFLUSMME	Rio de Janeiro	3,40	102/94-N
Fazenda Arco íris	Silva Jardim	45,86	103/94-N
Fazenda Santa Isabel	Mangaratiba	525,00	05/96-N
Granja Redenção	Silva Jardim	33,80	72/96-N
Sítio Santa Fé	Silva Jardim	14,31	110/96-N
Sítio Fim da Picada	Rio Claro	21,10	12/97-N
Fazenda Limeira	Petrópolis	18,73	61/97-N
Sítio Cachoeira Grande	Silva Jardim	14,00	171/97-N
Saquinho do Itapirapuã	Angra dos Reis	3,97	03/98-N
Fazenda Bom Retiro	Casimiro de Abreu	472,00	04/98-N
Sítio Shangrilah	Macaé	43,00	156/98-N
Maria Francisca Guimarães	Teresópolis	1,02	160/98-N
Fazenda Suspiro	Teresópolis	18,21	03/99-N
Reserva Querência	Magé	6,30	05/99-N
Fazenda Cachoeirinha	Mangaratiba	650,00	22/99-N
Reserva Jornalista Antenor Novaes	Eng. P. de Frontin	125,00	22/99-N
Fazenda São Geraldo	Valença	173,00	39/99-N
Centro Ecológico Metodista Ana Gonzaga	Rio de Janeiro	73,12	44/99-N
Fazenda Barra do Sana	Macaé	162,40	65/99-N
Fazenda União	Silva Jardim	343,10	68/00-N
El Nagual	Magé	17,20	88/99-N
Sítio Granja Jorge	Rio de Janeiro	2,60	91/99-N
Sítio Santa Cruz	Mendes	46,80	110/99-N
Reserva Mato Grosso	Saquarema	26,11	25-00-N
Total		3026.37	

FONTE: Rambaldi et al. 2002

A Reserva Biológica de Poço das Antas desempenha um papel muito importante dentro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro, sendo alvo de diversas ações, iniciativas, programas, pesquisas e campanhas, servindo de modelo para outras regiões e até outros países. É conhecida e mencionada em diversas regiões do mundo. Para ter este alcance, são utilizados os mais variados meios de divulgação, como cartazes, vídeos, “releases” para a imprensa, debates, cartilhas, eventos na comunidade, encontros e seminários.

A contribuição da Reserva Biológica de Poço das Antas para o cumprimento dos objetivos da Reserva da Biosfera deve ser reconhecida, já que protege áreas bem conservadas deste ecossistema.

Desde o início da década de 80, a RB é palco de pesquisas importantes, como aquelas que visam aumentar e sistematizar o conhecimento técnico-científico sobre o mico-leão-dourado, *Leontopithecus rosalia rosalia* Linnaeus, 1766 e, mais recentemente, sobre a Mata Atlântica. Hoje são desenvolvidas diversas atividades, que incluem a implementação de novas técnicas de manejo de translocação, reintrodução e monitoramento do mico-leão-dourado, além daquelas que visam aumentar a conscientização da sociedade em relação à conservação e daquelas que visam orientar as comunidades locais sobre melhores práticas de produção agrícola e uso dos recursos naturais, em especial focalizando a sua área do entorno.

A AMLD, que integra o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, é o parceiro-chave da RB Poço das Antas e principal responsável por este reconhecimento mundial, especialmente a partir da concepção do Programa de Conservação para o Mico-Leão-Dourado, iniciado em 1983. Porém, não se pode deixar de mencionar a quantidade e variedade de entidades internacionais, regionais e locais que, hoje, além da AMLD, estão ligadas, de algum modo, à Reserva Biológica de Poço das Antas. A maior parte destas entidades vêm implementando ações que contribuem para a consolidação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado. Dentro deste contexto, vale a pena destacar que várias destas instituições atuam diretamente na região e/ou na Reserva Biológica de Poço das Antas, como, por exemplo, o Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a UFRJ, a UENF, o Instituto FIOCRUZ, entre muitas outras.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro criou, em 1988, um programa, conhecido como “Programa Mata Atlântica” (PMA), voltado à Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro, visando aumentar o conhecimento sobre a biodiversidade em regiões críticas, que subsidiem a implementação de estratégias de Conservação das áreas naturais e recuperação de áreas degradadas. Entre as áreas de estudo se encontra a Reserva Biológica de Poço das Antas. No âmbito deste Programa, são desenvolvidos diferentes projetos, que incluem o levantamento florístico, revegetação e sistematização das informações. No período de 1993 a 1995, foi feito, através deste programa, um cadastro da flora útil à fauna, principalmente aves e mamíferos, da Reserva Biológica de Poço das Antas, inclusive das espécies vegetais utilizadas como recurso alimentar do mico-leão-dourado (JBRJ, 2003).

A Associação do Patrimônio Natura (APN), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, realiza atividades de incentivo à criação de RPPNs no Estado, promovendo a conservação da biodiversidade em propriedades particulares de fundamental importância para a manutenção do habitat original do mico-leão-dourado, tornando possível a sua sobrevivência.

O IBAMA, através do Centro Nacional de Pesquisa de Peixes Tropicais (CEPTA), vem implementando ações no âmbito do Projeto de Recuperação da Ictiofauna da Bacia do Rio São João, de extrema importância para a conservação da biodiversidade de forma integrada.

Dentre as ações desenvolvidas pela FEEMA, destacam-se aquelas voltadas para o Programa de Monitoramento dos rios da Bacia do Rio São João, mediante convênio firmado com o Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ), com recursos da WWF-Brasil, Prefeituras de São Pedro da Aldeia e de Casimiro de Abreu e Cia Nacional Álcalis.

O IEF/RJ, como órgão responsável pela execução da política florestal, e de certa forma, da política de conservação dos recursos naturais do Estado, desenvolve diversos programas, projetos e ações de fiscalização de abrangência estadual.

A ação conjunta de órgãos estaduais, através de um grupo de trabalho criado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADS), resultou na publicação, em 2001, do Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

O Movimento dos Sem Terra (MST) assinou um pacto em defesa do meio ambiente, através do qual desenvolve atividades de educação ambiental e incentivo à agricultura sustentável nos assentamentos localizados no entorno da RB Poço das Antas.

Zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Estado do Rio Janeiro

Um dos instrumentos de gestão mais importantes das Reservas da Biosfera é o zoneamento. A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro possui o zoneamento apresentado no QUADRO 1.5 e a Reserva Biológica de Poço das Antas está inserida na Zona Núcleo I.

QUADRO 1.5 – Zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Estado do Rio Janeiro

Zona Núcleo I - corresponde às áreas das Unidades de Conservação federais e estaduais, abrangendo os trechos mais preservados dos ecossistemas do Estado;

Zona Núcleo II - são áreas florestais bem preservadas, que revestem trechos contínuos da Serra do Mar, mas que, embora protegidas pelo Código Florestal, não foram transformadas em Unidades de Conservação;

Zona Tampão ou de Amortecimento - são áreas que envolvem as zonas núcleos, nas quais o uso do solo e demais atividades econômicas devem garantir a integridade dos ecossistemas circundados;

Zona de Transição - são as zonas mais externas da Reserva, onde os princípios básicos de desenvolvimento sustentado devem ser incentivados, visando reduzir o impacto das concentrações populacionais, estradas ou núcleos industriais sobre os ecossistemas que pretende proteger.

Áreas de Pesquisa Experimental e Recuperação - pode ocorrer em todas as outras zonas, com a finalidade de realizar experimentos para a obtenção de melhores formas de manejo da flora, fauna e das zonas de produção agropecuária. Nestas áreas, devem ser incentivados projetos de recuperação da diversidade biológica, de turismo ecológico, de agricultura orgânica, entre outros.

FONTE: RAMBALDI et al. 2002

1.2.1.3. – Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA)

Segundo a Lei 9.985/00, as Reservas da Biosfera são geridas em nível Nacional por um Conselho Deliberativo, formado por representantes de instituições públicas, de organizações da sociedade civil e da população residente, respeitadas às normas legais que disciplinam cada categoria específica.

Com este fim, constituiu-se o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA), órgão máximo de gestão. De acordo com RODRIGUES (2001), o Conselho é formado por 30 membros, sendo que entre os 19 membros governamentais, quatro representam a União (Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Ecossistemas e Diretoria de Recursos Naturais do IBAMA e Jardim Botânico do Rio de Janeiro); 14 representam os

Estados em que se situa a Unidade (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e um, os Municípios (Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente). Entre os 21 membros não-governamentais, seis representam a comunidade científica, seis as entidades ambientalistas e seis as comunidades residentes, distribuídas equitativamente pelas regiões abrangidas pela Reserva da Biosfera no Brasil, além de um representante do setor empresarial.

O CNRBMA conta com a colaboração de seis grupos temáticos para a definição de ações específicas em cada área do conhecimento, são elas:

1. áreas protegidas;
2. espécies;
3. educação ambiental;
4. planejamento ambiental e desenvolvimento sustentável;
5. qualidade ambiental;
6. legislação.

A gestão da RBMA, no âmbito de cada estado, é feita mediante a instalação de comitês de gestão que integram entidades governamentais e não-governamentais. Na estrutura do Conselho Nacional existem 14 comitês estaduais, com formação análoga, subordinados ao Conselho Nacional.

Os Comitês Estaduais são as instâncias de apoio e articulação que coordenam a implantação da Reserva da Biosfera em cada estado, bem como dos projetos, segundo os princípios e as diretrizes delineados pelo Conselho. Este Comitê é paritário, composto por membros de organizações governamentais e da sociedade civil, que desenvolvem projetos voltados para a conservação e desenvolvimento sustentável no Estado (LINO et al. 2000).

Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

O Governo do Estado do Rio de Janeiro criou, por meio do Decreto Estadual 26.057, em 14 de Março de 2000, o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica/RJ com a função de implementar a RBMA, promovendo a conservação da biodiversidade no Domínio da Mata Atlântica e ecossistemas associados, no Estado. Este comitê tem como principais atribuições:

- orientar o Governo do Estado no estabelecimento das diretrizes de conservação da biodiversidade;
- difundir os conhecimentos técnico-científicos;
- priorizar o desenvolvimento sustentável nos domínios da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados.

O Comitê está composto por representantes de 18 instituições, a saber:

- Fundação Instituto Estadual de Florestas
- Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
- Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA)

- Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
- Comissão de Meio Ambiente
- Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- Grupo de Secretários Municipais de Meio Ambiente - G15
- Associação Mico Leão Dourado
- Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN)
- Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (APEDEMA)
- Associação do Patrimônio Natural
- Movimento dos Sem Terra
- Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Fórum Estadual de Reitores
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)
- Sociedade Botânica do Brasil
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis; e
- OAB - Comissão de Meio Ambiente.

1.2.2. – A Importância do mico-leão-dourado no Cenário Internacional

Data praticamente de 1967 a preocupação com a sobrevivência do mico-leão-dourado *Leontopithecus rosalia* Linnaeus, 1766. Ademar F. Coimbra Filho foi o responsável pela execução do Projeto de Pesquisa de nº. 5 “*Leontopithecus rosalia*: situação atual da espécie no Brasil, representando este país no Programa Biológico Internacional”. Nesta época, já se pensava em selecionar uma área na região do Vale do São João, que servisse para proteger o mico-leão-dourado e, também, a preguiça-de-coleira (IBDF/FBCN, 1981).

Em 1968, através da Portaria nº 303, de 29 de Maio, o mico-leão-dourado e a preguiça-de-coleira, apontados como espécies ameaçadas na Lista das Espécies de Animais e Plantas Ameaçadas de Extinção no Brasil (1968), passaram a ter proteção especial, inclusive de países signatários de convenções anteriores, tal como a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, realizada em Washington, no ano de 1940). No mesmo ano, o mico-leão-dourado foi usado como símbolo do III Congresso Brasileiro de Zoologia, começando assim a ser utilizado como “espécie bandeira”.

Entretanto, foi a partir do ano de 1971 que, com base nos trabalhos efetuados no Brasil sobre o mico-leão-dourado, a opinião pública internacional foi mobilizada e passou a se interessar pelo tema através de entidades conservacionistas. Assim, em 1972, foi realizado em Washington, um Simpósio intitulado “*Wild Animal Propagation Trust Golden Lion Marmoset Conference*”, que discutiu a importância do mico-leão-dourado. Nesta mesma época o movimento pela conservação da espécie recebeu o apoio de importantes entidades internacionais, como o WWF, o Jardim Zoológico de Nova Iorque e a IUCN. A partir daí,

foram criados dois projetos, sendo que, na época, foi executado o que ficou conhecido no Brasil como “Banco Biológico para Micos-Leões, aprovado pelo WWF (IBDF/FBCN, 1981).

Como, em 1973, ainda não havia sido criada a Reserva Biológica de Poço das Antas, no mesmo ano, foi entregue um ofício pelo Secretário Geral do IBDF, dirigido ao Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura, comunicando a posição de entidades internacionais de conservação da natureza, com relação à preservação deste primata.

Em 1983, iniciou-se o Programa de Repovoamento da Reserva Biológica de Poço das Antas com micos-leões-dourados nascidos e criados nos Estados Unidos da América, com o suporte financeiro de entidades conservacionistas, como a *National Geographic Society*, a *New York Zoological Society*, o *Wildlife Preservation Trust International* (WPTI), entre outras, além da colaboração de instituições brasileiras, como a FBCN.

A situação atual da espécie encontra-se na *IUCN Red List of Threatened Animals* (1996), na *List of Brazilian Fauna Threatened with Extinction* e na *Cites Appendix*.

Atualmente, o Programa de Conservação do Mico-Leão-Dourado, desenvolvido pela Associação Mico-Leão-Dourado, é reconhecido mundialmente. Como um Programa de Cooperação Internacional, recebe o apoio de diversas instituições, dentre as quais muitas entidades internacionais. Cerca de 140 zoológicos de todo o mundo participam dos programas de reprodução em cativeiro. Desta forma, o mico-leão-dourado tornou-se um dos principais símbolos da conservação no mundo.

1.2.3. – Oportunidades de Compromissos com Organismos Internacionais

A Floresta Atlântica é considerada, pelas mais importantes organizações ambientais internacionais, como área prioritária de atuação. Além disso, sabe-se que a principal fonte de recursos para as áreas protegidas está nos programas de empréstimo e cooperação internacional. No caso da RB Poço das Antas, a principal parceira é nacional, mas apoiada por várias instituições internacionais que têm por objetivos proteger a biodiversidade.

A Associação Mico-Leão-Dourado, parceiro chave da Reserva Biológica de Poço das Antas, tem especial atuação no desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas sobre o mico-leão-dourado, sua proteção e manejo (reintrodução e translocação) e, ainda, atividades de educação e extensão ambiental. Com estas atividades, a AMLD estabeleceu parcerias com diversas instituições de pesquisa, ONGs e agências internacionais, que apoiam os programas desenvolvidos por ela na RB. Dentre estes organismos e/ou ONGs internacionais, que apresentam o potencial para apoiar a RB, encontram-se:

- *World Wildlife Foundation-US*
- Embaixada Britânica no Brasil
- Embaixada do Canadá
- *IUCN - Netherlands Committee*
- *National Geographic Society*
- *NSF - National Science Fund*
- *SI - Smithsonian Institution*
- PD/A - República da Alemanha

Pode-se, ainda, salientar os programas bilaterais e seus participantes como potenciais parceiros em projetos para a RB:

- ✓ A estratégia de conservação da fauna ameaçada desenvolvida pelo IBAMA prevê a criação de comitês responsáveis por atividades de recuperação *in situ* e *ex situ* destas

espécies. Em 1981, foi criado o *International Lion Tamarin Committee* ou Comitê Internacional para o Manejo e Recuperação (IRMC) das espécies de Micos-Leões. Sua composição é internacional, embora tenha uma representação no Brasil de 50%, com membros que incluem pesquisadores, educadores, administradores e funcionários do IBAMA. Vale ressaltar que os chefes das UCs federais, os quais protegem as espécies de micos-leões, têm voto no Comitê.

A função do Comitê é assessorar o IBAMA, principalmente no planejamento e na priorização das atividades técnicas da AMLD para a conservação e manejo do mico-leão-dourado. Anualmente, o Comitê reúne-se no Brasil, com a participação dos pesquisadores da Associação Mico-Leão-Dourado, a exemplo da Reunião Anual promovida em 1999 pelo IBAMA e pelo Museu de Zoologia Melo Leitão, em Santa Tereza, ES e da Reunião Anual realizada no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, em Teresópolis/RJ, em Maio de 2003.

✓ **Critical Ecosystem Partnership Fund (CEPF)**

O Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos, como é conhecido no Brasil, constitui uma iniciativa conjunta entre o *Conservation International* (CI), *Global Environment Facility* (GEF), Governo do Japão, *MacArthur Foundation* e Banco Mundial. Proporciona o financiamento de projetos nos *hotspots* de biodiversidade, nos países em desenvolvimento, visando sua conservação. O CEPF tem como objetivo primordial assegurar o empenho da sociedade civil nos esforços dirigidos à conservação da biodiversidade nestes *hotspots*, buscando garantir que estes esforços sejam complementares às estratégias e programas já desenvolvidos pelos governos locais, regionais e nacional (CI, 2003).

A Mata Atlântica é um dos *hotspots* para os quais estão disponíveis recursos do CEPF. Entre outras ações, serão investidas, durante três anos, quantias significativas destinadas para projetos de conservação nas regiões-alvo dentro do bioma Mata Atlântica, tal como o Corredor da Serra do Mar, englobando o centro e sul do Estado do Rio de Janeiro, nordeste de São Paulo e sul de Minas Gerais (CI, 2003).

A AMLD estabeleceu uma parceria com o CEPF para executar um cadastro e a capacitação de instituições do terceiro setor, que atuam em prol da conservação da biodiversidade na região compreendida pela bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, abrangendo, ainda, as bacias periféricas estendendo-se, portanto, até o Oceano Atlântico. O objetivo deste levantamento é a criação de um banco de dados sobre as instituições ambientais existentes na região de abrangência do projeto (AMLD, 2002).

Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)

Alguns dos maiores avanços na conservação da biodiversidade no Brasil têm sido fruto de parcerias estabelecidas no âmbito internacional, como o caso das florestas tropicais úmidas beneficiadas pelo PPG7, no Brasil. Este tem sido o principal instrumento na implementação de políticas de conservação da diversidade biológica nas áreas de florestas tropicais.

Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), esta é uma iniciativa do governo brasileiro e da sociedade brasileira, em parceria com a comunidade internacional. Este Programa foi concebido a partir da Reunião da Cúpula realizada em Houston, Texas, EUA, em Julho de 1990. O Grupo dos Sete (G7), formado pela Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, firmou com o governo brasileiro o compromisso de desenvolver ações para diminuir a destruição de suas florestas tropicais e promover o desenvolvimento sustentado.

Trata-se da mais abrangente iniciativa de Cooperação Internacional, visando a proteção e uso sustentável das florestas brasileiras na Amazônia e na Mata Atlântica, e a promoção do bem-estar das populações humanas destas regiões. Sua implementação envolve vários

parceiros em diferentes níveis, incluindo órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e o setor privado.

Este programa está constituído por quatro subprogramas. Apenas o componente “Parques e Reservas”, do segundo Subprograma, e o componente “Projetos Demonstrativos do Tipo A” (PD/A), do quarto subprograma, contemplam a Mata Atlântica.

Em 1995, teve início o PD/A - Projetos Demonstrativos A, com uma ampla abrangência geográfica, apoiando iniciativas comunitárias na Amazônia e na Mata Atlântica. Pelo menos 175 projetos já foram executados por comunidades e organizações de base da Amazônia e da Mata Atlântica, beneficiando aproximadamente 4.140 famílias e uma população total de 20.700 pessoas. Dentre os subprojetos aprovados no Estado do Rio de Janeiro, destaca-se o Programa “Desenvolvimento Agroflorestal Piloto na Região de Ocorrência do Mico, proposto pela Associação Mico-Leão-Dourado, para o período de 1996 a 2000.

O Subprograma Mata Atlântica teve início em 1999, a partir da aprovação do Plano de Ação da Mata Atlântica. Suas ações estão direcionadas a Proteção e Recuperação da Mata Atlântica. Dentre seus componentes, encontra-se o de “Unidades de Conservação”.

O PROBIO é um programa criado a partir de um acordo firmado em Junho de 1996 entre o governo brasileiro, o Fundo Ambiental Global-GEF e o Banco Mundial (GEF/BIRD), com aporte financeiro do Tesouro Nacional e do GEF. É administrado pelo Ministério do Meio Ambiente, através de sua Secretaria Técnica – a Coordenação Geral da Diversidade Biológica (COBIO), tendo como gestor administrativo o CNPq.

Na Reserva Biológica de Poço das Antas, bem como em outras áreas da região de ocorrência do mico-leão-dourado, vem sendo desenvolvido o “Projeto de Conservação, Manejo e Restauração de Fragmentos de Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro: mamíferos como táxon focal para a formulação de estratégias”, com o apoio do PRONABIO, PROBIO/CNPq, com recursos do BIRD/GEF/MMA, além da contrapartida de cada umas das instituições envolvidas na execução.

O Brasil vem assumindo compromissos internacionais da maior importância sob a forma de declarações e convenções, celebrados em conferências, como o signatário da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), com a participação da grande maioria dos países do globo. Como resultado destes acordos, organismos das Nações Unidas vêm contribuindo para a implementação de estratégias de conservação, de programas de proteção e cooperação técnica. Dentre estes organismos de cooperação internacional, merecem destaque os seguintes:

UNESCO - criou o programa “O Homem e a Biosfera”, que é um programa mundial de cooperação científica, de reconhecimento e da criação de Reservas da Biosfera.

- **PNUMA** - é o principal responsável pela cooperação e pela elaboração de tratados internacionais. Além disso, realiza monitoramento das áreas protegidas via satélite.
- **FAO** - sua missão é promover a melhoria das condições de vida para as populações humanas. Para isso, busca melhorar a produção e a distribuição de produtos agrícolas. Desenvolve um trabalho conjunto com o PNUMA.

Cabe ressaltar a atuação da União Internacional para a Conservação da Natureza, que promove ações voltadas para as Unidades de Conservações mundiais, através da sua Comissão de Unidades de Conservação e da sua Comissão de Espécies Ameaçadas.

Igualmente, devem ser mencionadas as organizações e agências de desenvolvimento internacional oriundas de diversos países, como a USAID, dos Estados Unidos, que tem repassado recursos para as ONGs que trabalham no entorno das Unidades de

Conservação. Destacam-se também o Banco Mundial, que criou diversos fundos de apoio à conservação e desenvolvimento sustentável, bem como o Banco Alemão de Desenvolvimento Internacional (KFW) e a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), sendo que esta possui representação dentro do IBAMA/DIREC. Há, também, o GEF, que agrupa membros de governos, da comunidade científica, de instituições líderes na área de desenvolvimento e um vasto número de empresas do setor privado e de organizações da sociedade civil, a favor de uma agenda ambiental comum a nível mundial.

1.2.4. – Acordos Internacionais

Entre 1972, quando aconteceu, em Estocolmo, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, e 1992, quando ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), celebrada na Cidade do Rio de Janeiro, foram discutidos e publicados importantes relatórios, abordando a compatibilidade entre desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade.

Em 1980, o PNUMA, somado aos esforços do WWF e da IUCN, elaborou um documento clássico, de referência para a conservação da biodiversidade, conhecido como a “Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza”.

Os acordos internacionais são componentes essenciais em prol da cooperação pela biodiversidade. Existem numerosos tratados, convenções e acordos multi ou bilaterais que abordam aspectos da conservação da biodiversidade.

No QUADRO 1.6 estão resumidos os acordos internacionais incluindo convenções, atos, entre outros instrumentos, assinados pelo Brasil, relativos a conservação ambiental, com relação direta às Unidades de Conservação e que, portanto, podem ser aplicados no planejamento da proteção da Reserva Biológica de Poço das Antas. Este quadro foi elaborado com base em dados do MMA (2003) e WRI/IUCN/PNUMA (1992).

QUADRO 1.6 – Principais acordos e convenções internacionais firmados pelo Brasil

Acordo ou Convenção	Descrição
Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América	Celebrada em Washington, em 12 de Outubro de 1940. Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 02, de 13 de Fevereiro de 1948 e promulgado pelo Decreto nº 58.054, de 23 de Março de 1966. Seu objetivo é proteger e conservar, no seu ambiente natural, exemplares de todas as espécies e gêneros da fauna e da flora nativas. Proíbe a caça, a matança ou captura de espécimes da fauna e a destruição da flora.
Programa Homem e a Biosfera (MaB)	Criado em 1972, o Programa Homem e a Biosfera (MAB), da UNESCO, de cooperação científica internacional, reconhece a importância do manejo e da difusão de alternativas de desenvolvimento sustentável das Reservas da Biosfera. Seus objetivos são: ✓ conservar a diversidade natural e cultural; ✓ promover modelos de uso do solo e abordagens de desenvolvimento sustentável; ✓ aperfeiçoar o conhecimento e a interação entre as áreas humanas e científicas; por meio da pesquisa, monitoramento, educação e treinamento.
Convenção sobre Patrimônio Natural Mundial (WHC)	Foi assinada em Paris, em 1972. Representa um mecanismo para reconhecer sítios de importância global que são adequadamente protegidos e manejados. Obriga toda nação a proteger áreas naturais e culturais únicas, de valor internacional. O Brasil está incluído na Lista do Patrimônio Mundial Natural com as seguintes áreas: Parque Nacional do Iguaçu, Costa do Descobrimento e Floresta Atlântica do Sudeste.
Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Silvestre (CITES)	CITES é uma acordo internacional feito, em 1973, entre os Estados, com a finalidade de controlar o comércio internacional de espécimes de animais e plantas, para que não constitua uma ameaça a sua sobrevivência. Esta convenção resultou de uma resolução aprovada entre os membros da UICN celebrada em 1963. O texto da convenção foi acordado em uma reunião em que houve a participação de 80 países, celebrada em Washington D.C., Estados Unidos de América, em 3 de Março de 1973, entrando em vigor em 01 de Julho de 1975. Esta Convenção dividiu as espécies em três apêndices, com níveis progressivos de restrição ao seu comércio. A comercialização de espécies da fauna e da flora em perigo de extinção é regulamentada pelo Decreto nº 7.6623, de 17.11.1975 que referendou a CITES. CITES é o único tratado internacional com objetivo de preservar espécies em extinção e regular o seu comércio. Desta forma, a comercialização de espécies relacionadas nos Apêndices da CITES somente é autorizada com a emissão da Licença de Exportação pelo IBAMA.
Convenção da Biodiversidade (CDB)	Esta convenção foi assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 5 de Julho de 1992 por 155 países, sendo o Brasil o primeiro signatário. No Brasil, foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 02, de 3 de Fevereiro de 1994, e promulgada pelo Decreto nº 1.160, de 21 de Junho de 1994. Seus maiores objetivos são: proteger as espécies e sua variação genética e manter a diversidade de ecossistemas; utilizar, de forma sustentável, os recursos biológicos e os materiais da diversidade genética e assegurar a partilha equitativa dos benefícios desses recursos, especialmente pela exploração da diversidade genética nos níveis internacional, nacional e local. Em seu Art.8, convoca os países a estabelecerem e manterem um Sistema de Áreas Protegidas; a desenvolver manuais para a seleção, criação e manejo para essas áreas; a regular ou manejar os recursos biológicos importantes para a conservação da biodiversidade, dentro ou fora das áreas protegidas; a promover qualidade ambiental e desenvolvimento sustentável em áreas adjacentes às áreas protegidas, integrando-as; a conseguir apoio financeiro para a conservação <i>in situ</i> da biodiversidade.
Agenda 21	Plano de Ação aprovado, pela Comunidade Internacional, durante a Conferência Rio-92, a ser implementado, a longo prazo, pelos governos, agências de desenvolvimento, organizações das nações unidas e grupos setoriais, tratando sobre vários temas prioritários para a sustentabilidade da vida na Terra.

1.3. – Enfoque Federal

1.3.1. – A Unidade de Conservação e o Cenário Federal

O Brasil, devido a sua grande extensão, apresenta uma grande variedade de ambientes, com características físicas e biológicas diferenciadas, distribuídos no litoral e no interior, nas terras baixas e nas montanhas, o que lhe confere uma alta diversidade biológica que se manifesta em grande riqueza de ecossistemas. Assim, existem várias classificações de ecossistemas para o Brasil e DINERSTEIN (1995) propõe o mapa com a classificação das eco-regiões e sua distribuição, representando todos os tipos de habitats e ecossistemas da América Latina. Neste mapa, as eco-regiões ecológicas são unidades com características físicas e biológicas semelhantes, utilizando-se critérios que se ajustam à dinâmica e padrões de diversidade para cada um dos principais ecossistemas. No Brasil, as Eco-regiões propostas foram adotadas pelo IBAMA (1998/1999) e são as seguintes: Amazônia, Caatinga, Campos Sulinos, Cerrado, Costeiro, Ecótonos, Mata Atlântica e Pantanal. A distribuição destes biomas está apresentada na FIGURA 1.3, na qual também se observa a distribuição das várias Unidades de Conservação federais, verificando-se que a RB Poço das Antas se encontra incluída na Eco-região da Mata Atlântica.

FIGURA 1.3 – Mapa das Eco-regiões do Brasil – Biomas

Em relação à vegetação, destacam-se as classificações de RIZZINI (1988), que, baseado em critérios fitogeográficos, classifica os ecossistemas brasileiros, que correspondem às doze Unidades Fitogeográficas definidas pelo IBGE (1991, 1993), adotada também MMA (1998) e pelo IBAMA (2003). Nesta classificação, adotada para o Brasil: “**Classificação da Vegetação Brasileira, Adaptada a um Sistema Universal**”, apresenta-se a distribuição dos Biomas Brasileiros, descritos de forma resumida, sem as subdivisões, a seguir:

- I. **Áreas das Formações Pioneiras** - (Sistema Edáfico de Primeira Ocupação) - subdivididas em Influência Marinha (restingas); Influência Fluviomarina (manguezal e campos salinos) e Influência Fluvial (comunidades aluviais).
- II. **Áreas de Tensão Ecológica** - Sistemas de Transição (representado pelo contato entre os biomas).

Floresta Estacional Decidual - (Floresta Tropical Caducifólia) - caracterizado por duas estações climáticas (chuvosa e seca). Apresenta o estrato dominante com mais de 50% dos indivíduos despidos de folhagem no período seco.

Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifólia) - Apresenta no conjunto florestal uma porcentagem entre 20 e 50% das espécies caducifólias.

Floresta Ombrófila Aberta - apresenta quatro faciações florísticas que alteram a fisionomia ecológica da Floresta Ombrófila Densa, imprimindo-lhe clareiras, advindo daí o nome adotado, além dos gradientes climáticos com mais de 60 dias secos por ano.

- III. **Floresta Ombrófila Mista** (Floresta das Araucárias ou Pinheiral) - tipo de vegetação predominante no planalto meridional.

Floresta Ombrófila Densa (Floresta Pluvial Tropical) - relacionada a fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas e de alta precipitação, bem distribuídas durante o ano, o que determina uma situação bioecológica praticamente sem período seco.

Refúgios Ecológicos (Relíquias) - toda e qualquer vegetação floristicamente e fisionômico-ecológica diferente do contexto geral da flora dominante em determinada região ecológica.

- IV. **Campinarana** - termo regionalista brasileiro empregado para denominar a área do alto rio Negro como sinônimo de campina, que significa na linguagem dos indígenas, falso campo. Este tipo de vegetação própria da *Hylaea* amazônica, ocorre em áreas fronteiriças da Colômbia e Venezuela, sem similar fora do território florístico endêmico, adaptado ao solo Podzol Hidromórfico.

- V. **Savana** (Cerrado e Campos) - termo criado para designar os *Lhanos* arbolados da Venezuela, foi introduzido na África como *Savannah*. Veio universalizar as definições regionais para cerrado e para campo sujo. É conceituada como uma vegetação xeromorfa sobre solos lixiviados aluminizados, de clima estacional (mais ou menos seis meses secos), podendo, não obstante, ser encontrada também em clima ombrófilo.

Savana Estépica - (vegetação de Roraima, Chaquenha e parte da Campanha Gaúcha). Esta fisionomia foi extrapolada como sinônimo universalizado do termo indígena Tupi-Guarani “caatinga”. No Estado do Rio de Janeiro, ocorre, principalmente, nos municípios de Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Arraial do cabo.

Estepe - termo de procedência russa empregado originalmente na Zona Holártica; Foi extrapolado por apresentar homologia ecológica para outras áreas mundiais, inclusive a Neotropical brasileira. Está sendo utilizada para denominar os campos gerais paranaenses, a campanha gaúcha e porções da caatinga.

A distribuição, no Brasil, das Classes de Vegetação, está apresentada na FIGURA 1.4, e, assim como na figura anterior, estão plotadas no Mapa as Unidades de Conservação federais e pode-se observar que a vegetação predominante na RB Poço das Antas é a Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, com duas diferenciações: Floresta alagada e Floresta não alagada.

Trabalhos importantes que contribuíram para a discussão dos ecossistemas e adoção de Sistemas de Classificação no Brasil devem ser destacados, já que trouxeram importantes contribuições: RADAMBRASIL (1982), pioneiro na utilização de Sistemas de Classificação dos Ecossistemas do Brasil, inclusive separando as diferentes características ambientais por temas, com objetivo de conhecer os recursos naturais e a distribuição espacial, de forma a contribuir para o seu uso potencial e ordenar a ocupação territorial;

RIZZINI et al (1963) definem o território brasileiro pela vegetação peculiar, constituindo três grandes províncias fitogeográficas: Província Amazônica, Província Atlântica e Província Central.

AB´SABER (1977) divide a América do Sul em seis grandes domínios morfoclimáticos, baseando-se na distribuição da pluviosidade e dos grandes grupos vegetacionais. Cada domínio apresenta uma fisionomia própria, uma aparência que permite diferenciá-lo de outras regiões. Este método fundamenta-se nos elementos naturais e sua interdependência.

IBGE (1992) agrupou e classificou os solos, organizou os conhecimentos disponíveis sobre os mesmos, visando melhorar seu uso e manejo. Esta classificação oferece uma visão global dos solos predominantes grandes área, fornecendo informações dos recursos existentes e sua distribuição.

UDVARDY (1975) subdivide a biosfera em domínios biogeográficos fundamentado na distribuição geográfica ou paleogeográfica das espécies animais e vegetais. De acordo a esta classificação, o Brasil divide-se em 10 (dez) Províncias Biogeográficas: Amazônia, Guiana, Madeira, Babaçu, Caatinga, Campos, Cerrados, Floresta Pluvial Brasileira, Planalto Brasileiro, Serra do Mar, Pampas e Campos Limpos.

Em relação às bacias hidrográficas destacam-se a classificação de Rizzini (1963) e a do IBGE (1995), que apresentam um Mapa da Hidrografia Brasileira com as seis principais bacias hidrográficas e o agrupamento das bacias do Amapá e a do Nordeste. A Região da Reserva pertence, do ponto de vista hidrográfico, ao conjunto das Bacias do Leste (IBGE, 1980). A área da Bacia do Atlântico, mais especificamente o trecho leste, está localizada na região sudeste e parte na região nordeste, entre as latitudes 10° e 23° S e longitude 37° e 46° W. Esta área abrange partes dos territórios dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e os territórios dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo (ANA, 2003).

A localização das principais Bacias Hidrográficas no Brasil está apresentada na FIGURA 1.5.

FIGURA 1.4 – Mapa da Classificação da vegetação do Brasil

FIGURA 1.5 – Mapa das Bacias Hidrográficas do Brasil

A Reserva Biológica de Poço das Antas foi a primeira desta categoria de Manejo a ser criada no Brasil. Esta Unidade de Conservação, como pode ser observado nas FIGURAS 1.3 a 1.5, está localizada na parte central costeira do Estado do Rio de Janeiro e está incluída na Eco-região da Mata Atlântica, segundo DINERSTEIN (1995), correspondendo à divisão fitogeográfica do Brasil (RIZZINI, 1963), na subprovíncia austro-oriental da Província Atlântica e ao subsetor da encosta baixa (Floresta Mesófila Perenifólia), do setor litorâneo. Segundo AB`SABER (1970), integra a Floresta Pluvial Atlântica, correspondendo à região chamada de Domínio Tropical Atlântico, não havendo, assim, discordâncias entre os autores, que propõem as classificações ambientais.

Segundo RIZZINI (1988) e IBGE (1991,1993), a vegetação predominante é a Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, com duas diferenciações: floresta alagada e não alagada, já que nesta área o relevo é composto de elevações, morros e colinas, cuja altitude varia de algumas dezenas de metros até o ponto culminante de 205 metros, segundo o RADAMBRASIL (1982).

Este enquadramento não difere do que foi verificado no Plano de Manejo da Unidade em 1981, mudando somente a nomenclatura da classificação, já que houve, neste intervalo de tempo, a modernização da conceituação e, conseqüentemente, dos termos.

Segundo o PM da RB (IBDF/FBCN, 1981), sua vegetação está composta pelos seguintes tipos:

- **Florestal**

Na floresta predominam árvores de médio porte de 10 a 20 metros, mais raramente até 30 m. Árvores mais antigas suportam uma variada comunidade epifítica. Nos locais mais preservados aparecem exemplares de jequitibá-branco, *Cariniana legalis*; figueiras-bravas, *Ficus* spp.; vinhático, *Plathymentia foliolosa*; guanandi, *Calophyllum brasiliense*; pau-d'-alho, *Galesia gorarema*; copaíba, *Copaifera lucens*; entre outras.

- **Campestre**

Neste tipo de vegetação, que resulta de pastos ou lavouras abandonados, há predominância de gramíneas, como o capim-gordura, *Melinis minutiflora* e o sapê, *Imperata brasiliensis*.

- **Brejal, com cobertura arbórea ou herbácea**

A vegetação arbórea de brejo encontra-se em razoável estado de preservação ao longo dos afluentes do rio Aldeia Velha, que penetram dentro da RB., bem como em alguns pequenos trechos as margens da ferrovia, entre o rio São João e a estação Poço d'Anta. Dentre os representantes deste tipo de vegetação, encontram-se o mulungu, *Erythrina speciosa*; ipês, *Tabebuia* sp.; pau-tamanco, *Tabebuia cassinoides*; carobinha, *Jacaranda* sp.; entre outras.

A vegetação herbácea compreende espécies de taboa, *Typha domingensis*, várias espécies da família *Cyperaceae*, vulgarmente conhecidas como "tiriricas", entre elas, *Hypolytrum schraderianum* e *Cyperus princeps*. Além destas, outra espécie que se destaca é a *Symphonia globulifera*.

- **Aquática**

A composição florística deste tipo de vegetação compreende espécies de jacinto d'água, *Eichhornia azurea*; cabomba, *Cabomba aquática*; murerês, *Utricularia foliosa*; entre outras.

Mais recentemente, o Programa Mata Atlântica, do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, apresentou a seguinte classificação para os tipos de vegetação que ocorrem na Reserva (SANTOS, 1999):

- Floresta de encosta, constituída por formações florestais secundárias
- Floresta de baixada, constituída por formações florestais de porte médio adaptadas a áreas alagadiças
- Formação pioneira com influência pluvial, constituída predominantemente por espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas de pequeno porte, que ocorrem nas áreas alagadiças nas margens de córregos
- Capoeira (de encosta e de baixada) característica de áreas com formação florestal de início de sucessão que apresentam predominantemente espécies pioneiras. Na Reserva, existe em maior extensão a capoeira de baixada, presente em áreas alagadiças
- Campo antrópico, formados por áreas campestres que sofreram intervenção humana para uso da terra. Neste tipo de unidade vegetacional, predominam áreas invadidas por gramíneas (CORREIA, 1997)

1.3.1.1. – A Reserva Biológica de Poço das Antas e o Bioma Mata Atlântica

A Mata Atlântica possui uma grande complexidade sistêmica e está formada por diferentes tipos de florestas e formações associadas, apresentando estruturas e composições florísticas diferenciadas, em função de diferenças de solo, relevo e características climáticas existentes na ampla área de ocorrência desse bioma no Brasil. Está localizada em uma faixa de largura variável, de 3.200 quilômetros de extensão, que se estende do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, sendo que na porção nordestina varia de 20 a 30 quilômetros e na região sudeste e sul, alcança de 120 a 160 quilômetros. A Mata Atlântica foi enquadrada em diversos sistemas de classificação. Em seu domínio existem zonas, áreas, regiões, sub-regiões e outras divisões menores (CI et al. 2000; SEMADS, 2001).

Com menos de 7% da área original, cerca de 1,29 milhão de km², a Mata Atlântica é um dos biomas mais ameaçados do Brasil e o segundo bioma florestal mais devastado do mundo, que resiste a ação do homem através de fragmentos esparsos de florestas (WWF, 1999).

O Domínio da Mata Atlântica estende-se por 17 estados brasileiros, abrangendo cerca de 15% do Território Nacional. Mais de 95% desse território é composto por propriedades privadas. Nessa região, concentram-se mais de dois terços da população brasileira, responsável por 80% do PIB nacional. Também concentra a maior parte das cidades, metrópoles, pólos industriais, petroquímicos, turísticos e principalmente, parte significativa das áreas agrícolas (CI et al. 2000).

O Mapa de Vegetação do Brasil (IBGE, 1993) estabeleceu a delimitação das formações vegetais e ecossistemas associados que constituem a Mata Atlântica (LINO e BECHARA, 2002). São eles:

- I. Totalidade da Floresta Ombrófila Densa, localizada ao longo do litoral entre os Estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte, incluindo a parte que recobre a Serra do Mar
- II. Totalidade das Florestas Estacionais Deciduais e Semideciduais dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Piauí

- III. Florestas Estacionais Semidecíduais e Decíduais do Estado de Mato Grosso do Sul localizadas a margem direita nos vales do rio Paraná e Serra Bodoquena, do Estado de Goiás, localizadas nas margens dos Rio Paranaíba e das regiões litorâneas localizadas nos Estados da região nordeste do país contíguas às florestas ombrófilas
- IV. Totalidade da Floresta Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e seus encaves nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, incluindo o que recobre a Serra do Mar
- V. Os manguezais, a vegetação de restinga, as ilhas litorâneas e os demais ecossistemas associados às formações florestais anteriormente descritas
- VI. Os encaves de savanas, também denominados de cerrado, compreendidos no interior de Florestas Ombrófilas
- VII. Os encaves de estepes ou campos, compreendidos no interior de Florestas Ombrófilas
- VIII. Os encaves de campos de altitude, compreendidos no interior das Florestas Ombrófilas
- IX. As matas de topo de morro de encostas do nordeste, também conhecidas como brejos e chãs
- X. Formações vegetais nativas dos Arquipélagos de Fernando de Noronha e Trindade
- XI. As áreas de tensão ecológica, também denominadas de contatos, entre os tipos de vegetação acima citados

Esta definição, que detalha os limites do Domínio da Mata Atlântica, foi aprovada pelo CONAMA, em 1992 e foi também utilizada pelo Decreto 750/93.

Atualmente, no Domínio da Mata Atlântica, existem cerca de 259 UCs federais, como pode ser observado no QUADRO 1.7, de várias categorias de manejo. As Unidades de Conservação de Proteção Integral são 36. Verifica-se que tem existido um movimento no sentido da criação de RPPNs, sendo esta a categoria mais abundante, representando 73% do número total.

QUADRO 1.7 – Unidades de Conservação federais localizadas no domínio da Mata Atlântica

Estado da Federação	Categoria de Manejo										Total
	PN	RB	EE	RVS	REc	APA	ARIE	FN	REx	RPPN	
AC											0
AL			1							7	8
AM										3	3
AP											
BA	4	1								27	32
CE											
DF											
ES	1	5						2		3	11
GO											
MA										1	1
MG	1							1		28	30
MS	1										1
MT											-
PA											-
PB		1				1				2	4
PE	1	1								2	4
PI										1	1
PR	3						1	2		2	8
RJ	3	3				4	2	1	1	32	46
RN								2			2
RO											-
RR											-
RS	2		1					3		9	15
SC	1	1				2	1	4		16	25
SE											
SP			1			1	1	3		29	35
TO											-
TOTAL	20	13	3	0	0	11	4	18	1	189	259

FONTE: IBAMA, 2003

LEGENDA: PN - Parque Nacional; RB - Reserva Biológica; EE - Estação Ecológica; RVS - Refúgio de Vida Silvestre; REc - Reserva Ecológica; APA - Área de Proteção Ambiental; ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico; FN - Floresta Nacional; R.Ex. - Reserva Extrativista; RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

NOTAS: Existem quatro Parques Nacionais que dividem seu território com outro estado: RJ e MG; MG e ES; RJ e SP e PR e MS. Existe uma RB nos estados do AL e PE. Existem quatro APAs criadas em áreas que abrangem mais de um estado: MG, RJ e SP; PR e SP; PR, SP e MS e AL e PE.

Segundo dados recentes fornecidos por ANTONGIOVANNI et al. (2002), existem aproximadamente 764 UCs federais e estaduais no Domínio da Mata Atlântica, que cobrem uma área de aproximadamente 16.023.084,41 ha, o que equivale a 1,88 % da extensão total do Território Brasileiro e 12, 26% sobre a extensão total do Domínio da Mata Atlântica, sendo que desde último valor, quase 9% está representado por UCs de Uso Sustentável.

Considerando somente as UCs do grupo de Proteção Integral, observa-se que menos de 2% do bioma encontra-se protegido, isso sem estimar os problemas específicos de cada Unidade de Conservação, que podem ser consideradas “ilhas florestais” formadas pelo intenso processo de fragmentação e isolamento que este bioma sofre. Os fragmentos são essenciais para a proteção de mananciais, para a prevenção da erosão e conservação de espécies raras.

Além disso, cerca de 40% do total da área representa UCs minimamente ou razoavelmente implementadas, diminuindo para menos de 1% de área efetivamente protegida deste bioma. A criação, implementação, ampliação e mudança de categoria de Unidades de Conservação foi a ação específica mais recomendada pelos especialistas que participaram do *Workshop* Mata Atlântica e Campos Sulinos, como o instrumento mais importante para a conservação da biodiversidade (CI et al., 2000).

Segundo o mapeamento realizado pelo IBAMA em parceria com outras instituições, dos sete biomas brasileiros em 78 Eco-regiões - unidade básica - com características físicas e biológicas semelhantes - para o planejamento das prioridades de conservação da biodiversidade, está desequilibrada a representatividade dos biomas e dos ecótonos. A área coberta por Unidades de Conservação federais de uso indireto varia bastante entre as eco-regiões. As Unidades de Conservação existentes protegem apenas uma pequena parte dos conjuntos espaciais formados pela combinação de tipos de vegetação e eco-região e, além disso, a área coberta por elas é reduzida e mal distribuída, incluindo somente uma pequena parte da variabilidade ambiental existente. No Brasil, o método de seleção de áreas prioritárias, baseado na distribuição de eco-regiões, tem sido menos utilizado que os métodos baseados na distribuição de espécies (SILVA e DINNNOUTI, 2002).

Desde a perspectiva de Eco-região como unidade geográfica de análise, a Mata Atlântica inclui 13 delas que, por sua vez, diferem muito em extensão. Apesar desse Bioma possuir o maior número de UCs, protege um pouco mais de 2% de suas florestas. Por outro lado, observa-se que os biomas mais protegidos por Unidades de Conservação de Proteção Integral são o Costeiro e a Amazônia. Este aspecto pode ser observado no QUADRO 1.8.

Cabe ressaltar que a Mata Atlântica está entre os cinco primeiros biomas mais críticos da lista dos 25 *hotspots* mundiais da biodiversidade, segundo MITTERMEIR (2000), o que significa que possui um alto grau de riqueza e endemismo (maiores índices de endemismo de plantas vasculares e vertebrados, excluindo peixes) e ameaça, onde 75% ou mais da vegetação original foi destruída (CI et al, 2000).

O total de mamíferos, aves, répteis e anfíbios que ali se encontram, alcança 1.361 espécies, sendo que 567 são endêmicas, representando 2% de todas as espécies do planeta, somente para este grupo de vertebrados. Para os grupos de primatas, mais de 2/3 das formas presentes no bioma são endêmicas. A Mata Atlântica, que possui 20.000 espécies de plantas, das quais 8.000 são endêmicas, é o segundo maior bloco de floresta tropical do país (CI et al., 2000).

A RB Poço das Antas tem uma importância fundamental na preservação deste *hotspot* de biodiversidade, já que protege um dos únicos remanescentes de Mata Atlântica de baixada, possui várias espécies endêmicas e ameaçadas de extinção e entre elas o mico-leão-dourado, espécie endêmica, encontrada somente no estado do Rio de Janeiro e em mais nenhum lugar do mundo, sendo, inclusive, um dos objetivos de criação da RB, a proteção desta espécie.

O *hotspot* Mata Atlântica, segundo a CI (2002), está apresentado na FIGURA 1.6, onde se observa a inclusão do estado do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, da RB Poço das Antas

FIGURA 1.6 – Mapa do *hotspot* da Mata Atlântica

1.3.2. – A Unidade de Conservação e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)

A criação e o gerenciamento de Unidades de Conservação fazem parte da Estratégia Global da Conservação da Biodiversidade, da Política de Proteção da Biodiversidade e também da Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil.

Em 18 de Julho de 2000 foi sancionada no Brasil, a Lei N° 9.985 que vinha tramitando no Congresso Nacional há oito anos (CABRAL, 2002). Esta Lei instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e foi regulamentada em 22 de Agosto de 2002, pelo Decreto n° 4.340.

Um dos elementos essenciais de um sistema de Unidades de Conservação é a representatividade. Isto significa dizer que a distribuição espacial das Unidades de Conservação, constituintes do sistema, deve cobrir todos os tipos de biomas e ecossistemas existentes, a diversidade de ambientes cênicos ou belezas naturais, o patrimônio genético, as espécies raras ou em perigo de extinção, numa escala regional, nacional ou mesmo mundial. Por outro lado, um atributo importante é a complementaridade, que indica como a Unidade de Conservação contribui para a conservação de ecossistemas ou paisagens ainda não protegidas dentro de uma determinada região ecológica natural ao atual Sistema de Unidades de Conservação,

O SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, criadas por ato do poder público. É constituído por um conjunto de Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, de Proteção Integral e Uso Sustentável. A existência de diferentes categorias de Manejo de Unidades de Conservação contribui para que os objetivos de conservação, definidos pelo SNUC, sejam atingidos.

Em seu art. 2, inciso I, definiu Unidade de Conservação como sendo “*o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção*” (ROCCO, 2002).

A importância da RB no âmbito do SNUC pode ser evidenciada, principalmente, ao analisar que esta UC contribui para cumprir com os objetivos que visam à manutenção da diversidade biológica, proteção de espécies ameaçadas no âmbito regional e nacional, recuperação de áreas degradadas e promoção de atividades de pesquisa científica, de monitoramento e de interpetação e educação ambiental.

A principal contribuição da Reserva Biológica de Poço das Antas para a conservação da biodiversidade é a preservação de espécies ameaçadas de extinção e a proteção de aproximadamente 5.000 ha de Mata Atlântica na baixada litorânea do Estado do Rio de Janeiro, que se constitui no maior remanescente de Mata Atlântica de Baixada, no Estado. Assim, a RB possui uma importância fundamental na preservação e conservação deste ecossistema que é um dos mais ameaçados do mundo.

1.3.2.1. – Situação atual da Estratégia de Conservação *In Situ* no Brasil no âmbito federal

De acordo com as últimas atualizações realizadas pelo IBAMA (2004) no Brasil, o Sistema de Unidades de Conservação da Natureza soma, a nível federal, aproximadamente 53 milhões de hectares, que correspondem a 6,3% do território nacional.

O QUADRO 1.8 mostra as categorias de manejo que integram o SNUC, a porcentagem de representatividade por categoria em relação ao total de Unidades e o número em cada categoria, com exceção das RPPNs, refletindo a estratégia de conservação da

biodiversidade do Brasil. Pelo QUADRO 1.9, pode-se verificar que, atualmente, o país dispõe de 256 Unidades de Conservação, sendo que 111 UCs pertencem ao grupo de Proteção Integral e representam 43,35% do total de UCs e 145 pertencem ao Grupo de Uso Sustentável, e correspondem a 56,65 % do total.

Entre as categorias de manejo das Unidades de Conservação federais de Proteção Integral, a mais numerosa é dos Parques Nacionais e a menos numerosa é a dos Refúgios de Vida Silvestre (QUADRO 1.8). Os Parques Nacionais representam 47,7% do total de Unidades criadas dentro do Grupo de Proteção Integral e somam uma área de aproximadamente 16.437.902,14 hectares, que correspondem à 1,92% da área continental do Brasil.

As 26 RBs, criadas no território nacional, representam 23,4% do total de Unidades de Conservação de Proteção Integral (QUADRO 1.8), mostrando uma política, que durante muito tempo, privilegiou a proteção dos recursos naturais através da categoria de Parques Nacionais.

A Floresta Nacional é a categoria mais numerosa dentro do Grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, representando 25,80% do total dos dois grupos (QUADRO 1.8). As Florestas Nacionais representam aproximadamente 45% das UCs federais de Uso Sustentável e possuem a maior extensão coberta por UCs desta categoria, em relação as outras, totalizando aproximadamente 18.498.202,53 hectares, ou 2,16% da área continental do Brasil (IBAMA, 2003).

No total, as Unidades de Conservação de Proteção Integral cobrem uma área de aproximadamente 23.761.582,21 hectares, enquanto as Unidades de Conservação de Uso Sustentável cobrem uma área aproximada de 30.044.868,10, que correspondem à 2,78 e 3,52% da área continental do Brasil, respectivamente (IBAMA, 2003), conforme pode ser observado no QUADRO 1.9.

QUADRO 1.8 – Número de Unidades de Conservação por categoria de manejo

Número total de Unidades por Categoria		
Categoria de Manejo	Sub-total	%
Parque Nacional (P.N.)	53	20,71
Reserva Biológica (R.B.)	26	10,35
Reserva Ecológica (R.Ec.)	02	0,80
Estação Ecológica (E.E.)	29	11,55
Refúgio de Vida Silvestre (R.V.S)	01	0,40
Área de Relevante Interesse Ecológico (A.R.I.E.)	17	6,77
Área de Proteção Ambiental (A.P.A.)	29	11,55
Reserva Extrativista (R.Ex.)	33	12,90
Floresta Nacional (F.N.)	66	25,80
Total	256	100,00

FONTE: IBAMA, 2004

NOTA: Não estão contabilizadas as RPPNs

QUADRO 1.9 – Número total de Unidades de Conservação federais

Número total de Unidades por Grupo		
Grupo	Nº	% do Nº
Proteção Integral (P.N., R.B., R.Ec., E.E., RVS)	111	43,35
Uso Sustentável (A.R.I.E., A.P.A., R.Ex., F.N.)	145	56,65
Total	256	100,00

FONTE: IBAMA, 2004

NOTA: Não estão contabilizadas as RPPNs

Na esfera federal, as Unidades de Conservação encontram-se irregularmente distribuídas pelas regiões do território brasileiro, como mostra o QUADRO 1.10.

A Região Norte apresenta o maior número de Unidades de Conservação e também possui o maior número Estações Ecológicas (11), de Florestas Nacionais (36) e de Reservas Extrativistas (21). Chama a atenção uma única APA criada nesta região. Pelo quadro pode-se observar que nesta região encontram-se em maior número as Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

A Região Nordeste possui o mesmo número de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável (28) e apresenta o único Refúgio de Vida Silvestre criado até o momento.

A Região Centro-Oeste é a que possui o menor número de Unidades de Conservação, onde os Parques Nacionais e as Áreas de Proteção Ambiental são as categorias que contribuem com o maior número de UCs para a região. Pelo quadro, observa-se que há, até o momento, um equilíbrio no número de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral. Chama a atenção o fato da região possuir somente uma Reserva Biológica.

A Região Sudeste apresenta um número significativo de Unidades de Conservação, representando 21,5% do total das unidades por região. Observa-se que essa região apresenta o maior número de Parques Nacionais, de Áreas de Proteção Ambiental e de Áreas de Relevante Interesse Ecológico. Por último, observa-se que há um maior número de Unidades de Uso Sustentável (29) do que de Unidades de Proteção Integral (26).

A Região Sul apresenta, até o momento, um equilíbrio no número de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral. Chama a atenção o fato da região possuir somente uma Reserva Biológica.

QUADRO 1.10 – Número de Unidades de Conservação Federais por Categoria de Manejo e por Região Geopolítica

Unidade de Conservação federal / Região	PN	RB	EE	RE	RVS	FN	APA	ARIE	R.Ex	Total/ região
Norte	13	7	11	1	-	36	1	3	21	93
Nordeste	13	8	6	-	1	7	9	3	9	56
Centro- Oeste	6	1	3	-	-	3	5	1	-	19
Sudeste	12	9	5	-	-	10	9	8	2	55
Sul	9	1	4	1	-	10	5	2	1	33
Total	53	26	29	02	01	66	29	17	33	256

FONTE: IBAMA, 2003

NOTAS: Modificado e atualizado pela equipe do Plano com dados da fonte. Não estão contabilizadas as RPPNs.

Em função desta desigualdade na distribuição das UCs, observa-se, por sua vez, que o país não trata igualmente os seus biomas.

Como mostra o QUADRO 1.11, considerando a totalidade do território brasileiro, observa-se que a maior extensão de área protegida está na Amazônia, tanto na forma de Unidades de Conservação de Proteção Integral, como de Uso Sustentável. A Caatinga possui apenas 2,98% de sua área protegida, sendo um dos biomas menos protegidos. O Ecótono Caatinga-Amazônia tem a maior porcentagem relativa do bioma protegido (7,36%) na forma de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, seguido do bioma Costeiro, que tem a maior porcentagem (6,42%) em termos de Unidades de Proteção Integral. Em contrapartida, o Ecótono Cerrado-Amazônia possui a menor porcentagem do bioma em área protegida, tanto em termos de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (0,29%), quanto de Proteção Integral (0,01%), seguido dos Campos Sulinos, que apresentam cerca de 0,36% em Unidades de Proteção Integral (IBAMA, 2002).

A Mata Atlântica, com um número expressivo de Unidades de Conservação, tem somente 2,71% de sua área total protegida, e, neste bioma, os centros de endemismo do Nordeste

ainda encontram-se sub-representados. Observa-se que menos de 1% deste bioma encontra-se protegido pelas Unidades de Proteção Integral.

O Pantanal também conta com poucas Unidades de Conservação, que englobam menos de 1% do seu território. Por outro lado, a Amazônia é um dos biomas mais privilegiados, devido, principalmente, a sua grande extensão.

A porcentagem de área protegida por Bioma nas Unidades de Conservação federais, segundo o IBAMA, (2003) está apresentada no QUADRO 1.11.

QUADRO 1.11 – Distribuição das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável por Bioma, com o total da área ocupada e a porcentagem protegida em relação ao mesmo

Bioma	Área do bioma* (ha)	% total	UCs de Uso Sustentável** (ha)	% Bioma	UCs de Proteção Integral (ha)	% Bioma
Amazônia	368.900.747,92	43,17	23.190.270,58	6,29	17.941.687,67	4,86
Caatinga	73.683.355,62	8,62	1.617.669,77	2,20	572.089,73	0,78
Campos Sulinos	17.138.461,41	2,01	319.867,77	1,87	62.512,62	0,36
Cerrado	196.777.081,36	23,03	1.401.325,79	0,71	3.342.444,80	1,70
Costeiro	5.057.202,13	0,59	359.576,27	7,11	324.514,96	6,42
Ecótonos Caatinga-Amazônia	14.458.278,52	1,69	1.064.638,35	7,36	7.792,17	0,05
Ecótonos Cerrado-Amazônia	41.400.747,69	4,84	119.436,68	0,29	5.678,90	0,01
Ecótonos Cerrado-Caatinga	11.510.825,60	1,35	15.527,72	0,13	383.734,50	3,33
Mata Atlântica	110.628.585,32	12,95	1.953.272,89	1,77	1.042.282,60	0,94
Pantanal	13.685.141,89	1,60			78.188,78	0,57
Totais	853.240.427,46	99,85	30.041.585,32		23.760.926,74	
Área não Mapeada	1.310.194,36					

FONTE: IBAMA, 2003

NOTAS: Atualizado pela equipe do Plano com dados da fonte

* segundo mapeamento elaborado pelo IBAMA/WWF, na escala 1:5.000.000, sendo considerada apenas a área continental

** as sobreposições entre as UCs foram processadas incluindo-as na categoria de maior restrição

Não estão contabilizados os dados referentes às RPPNs.

Em anexo, estão apresentadas as tabelas que sistematizam as informações atualizadas e detalhadas das Unidades de Conservação existentes no Brasil, segundo as diferentes categorias de manejo, com a sua localização regional, legislação, superfície e bioma protegido.

Na FIGURA 1.7 pode ser observada a distribuição das Unidades de Conservação do Brasil, no âmbito federal.

FIGURA 1.7 – Mapa das Unidades de Conservação Federais

1.3.2.2. – Criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural-RPPN's

No Brasil, as primeiras RPPNs surgiram em 1990, fundamentadas no Decreto Federal Nº 98.914 de 31 de janeiro de 1990, que instituiu esta categoria no cenário brasileiro. O Decreto 1.922 de 5 de junho de 1996 reconheceu a categoria e complementou sua regulamentação. A partir deste Decreto, as RPPNs passaram a ser reconhecidas também a nível estadual e passaram a ter obrigatoriedade de elaboração de um plano de uso. Somente a partir de 1996, o IBAMA estruturou o Programa RPPN, efetivando atividades, tais como a padronização de vistorias, organização das informações, realização de congressos de RPPNs, criação de banco de dados, entre outras. Em 2000, por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as RPPNs de fato integraram o sistema, no grupo de UCs de Uso Sustentável (PEREIRA, 2002). No QUADRO 1.12 estão detalhados os dados referentes às RPPNs.

Esta categoria difere das outras por ser constituída exclusivamente por vontade de seu proprietário, enquanto as outras são criadas por força da lei.

Hoje, o Brasil dispõe de um número expressivo de RPPNs, distribuídas em todas as regiões do país, como mostra o QUADRO 1.12. A cada ano que passa, o número vem aumentando progressivamente (PEREIRA, 2002). As 403 RPPNs criadas até fevereiro de 2004, somavam uma área de aproximadamente 435.000 hectares do território brasileiro (IBAMA, 2004). Nestas RPPNs estão representados os principais biomas do país, tais como a Mata Atlântica, Floresta Amazônica, Cerrado e Caatinga, que juntos protegem uma área superior a 400.000 hectares. A relação completa das RPPNs criadas no Brasil se encontra em anexo.

Como se observa no QUADRO 1.12, a Região Sudeste destaca-se entre as demais com um número significativo de RPPNs criadas, principalmente quando comparada à Região Norte. Isso se deve ao fato de que o estado que possui o maior número de RPPNs é Minas Gerais, com 65 RPPNs. O Estado do Rio de Janeiro é o quarto colocado em nível nacional, depois de Goiânia, que ocupa o terceiro lugar. Por outro lado, considerando as Reservas Particulares do Patrimônio Natural reconhecidas por órgãos estaduais, o Estado do Paraná é o primeiro colocado, com 175 RPPNs.

Por outro lado, a Região Centro Oeste e do Distrito Federal possui a maior extensão de área coberta por RPPNs criadas no país.

Várias Unidades de Conservação públicas já se beneficiaram com a criação de RPPNs localizadas em sua região, como no caso da Reserva Biológica de Poço das Antas, que já possui um número significativo de RPPNs criadas em seu entorno, conforme pode ser observado na FIGURA 1.8.

A Associação Mico-Leão-Dourado, com o apoio das Prefeituras Municipais e outras entidades localizadas no Estado do Rio de Janeiro, como a APN, vem desenvolvendo o Programa de Incentivo à Criação de RPPNs na região de ocorrência do mico-leão-dourado, através do qual já viabilizou a criação de pelo menos oito reservas particulares reconhecidas pelo IBAMA. Esse Programa tem contribuído para posicionar o Estado do Rio de Janeiro entre os primeiros estados com o maior número de RPPNs, com um total de 37 RPPNs, que totalizam 3.427,24 hectares. No âmbito estadual, o município de Silva Jardim, onde está localizada a RB Poço das Antas, já vem se destacando entre os demais, com seis RPPN's criadas até o momento. A APN tem um projeto para transformar Silva Jardim no município com o maior número de RPPNs do Brasil. Por enquanto, este título é de Presidente Figueiredo (AM), com 10 reservas.

QUADRO 1.12 – Número e extensão das RPPN's distribuídas por região no território brasileiro

REGIÃO	NÚMERO DE RPPNs	ÁREA (HA)
Norte	35	18.356,34
Nordeste	101	88.058,59
Centro-Oeste e Distrito Federal	74	262.736,11
Sudeste	137	39.806,03
Sul	56	26.780,81
Total	403	435.737,87

FONTE: IBAMA, 2004

FIGURA 1.8 – Mapa das RPPNs na Região da Reserva Biológica de Poço das Antas

1.3.2.3. – A Unidade de Conservação e a Categoria de Manejo Reserva Biológica

A Unidade de Conservação sobre a qual o nosso estudo se debruça está incluída no SNUC como uma categoria de manejo do Grupo I das Unidades de Conservação de Proteção Integral - Reserva Biológica- que tem por objetivo a preservação dos recursos naturais e apresenta-se como uma das Categorias de Manejo com maior restrição ao uso dos recursos naturais.

Atualmente, o Brasil possui na esfera federal, como mostra o QUADRO 1.13, 26 Reservas Biológicas, sendo que 14 delas (54%), juntamente com a Reserva Biológica de Poço das Antas, protegem o bioma Mata Atlântica. A RB foi a primeira desta categoria a ser criada no Brasil, em 1974.

Como todas as categorias de manejo instituídas legalmente no Brasil, a Reserva Biológica deve cumprir objetivos específicos de manejo, de tal forma que o Sistema de Unidades de Conservação, o qual será tratado mais adiante, possa alcançar a totalidade dos objetivos nacionais de conservação da natureza.

O QUADRO 1.13 apresenta informações sobre o número de RBs por região, por Bioma protegido no Brasil e a porcentagem de área em relação à área total existente.

Conforme acontece com outras Categorias de Manejo, a Região Norte apresenta, a nível federal, a maior extensão de área protegida por esta categoria. A Região Sudeste, onde está localizada a RB Poço das Antas, apresenta o mesmo número de RBs da Região Norte, mas abrange uma área total significativamente menor em relação a esta última região. Além disso, na Região Sudeste, as Reservas Biológicas existentes ocupam somente 0,1% do total da área do bioma Mata Atlântica.

QUADRO 1.13 – Reservas Biológicas federais por região, mostrando o Bioma protegido

Região	Nº de RBs	Total em ha	BIOMA	Área Total do Bioma	% em relação à área total do Bioma
Norte	7	2.982.668,00	Amazônia	368.900.747,92	0,8
Sudeste	9	120.116,00	Mata Atlântica	110.628.585,32	0,1
Sul	1	17.133,00	Mata Atlântica	110.628.585,32	0,01
Nordeste	1	35.342,00	Marinho	-	-
	1	4.126,00	Costeiro	5.057.202,13	0,08
	1	627,00	Caatinga	73.683.355,62	8,5
	2	11.205,00	Mata Atlântica	110.628.355,62	0,01
	1	272.379,00	Amazônia	368.900.747,92	0,07
	2	6.471,00	Caatinga e Mata Atlântica	184.311.940,94	-
Subtotal		330.150,00			-
Centro-oeste	1	3.461,00	Cerrado	196.777.081,36	-
Total	26	3.453.528,00	6 biomas protegidos		

FONTE: IBAMA, 2004

O primeiro Plano de Manejo da Reserva Biológica de Poço das Antas (IBDF/FBCN, 1981) definiu os objetivos de manejo específicos desta UC. São eles:

- assegurar a sobrevivência do mico-leão-dourado e da preguiça-de-coleira;
- conservar a diversidade e os ambientes para o mico-leão-dourado;
- dotar a área da infra-estrutura necessária à implantação efetiva do Santuário;

- promover a recuperação da área;
- fomentar atividades de pesquisa científica e de monitoramento; e
- levar o público a entender e apreciar o valor do santuário e a perceber a necessidade de conservar a natureza e de salvar a espécie.

Não obstante, deve ser lembrado que esses objetivos foram definidos com base na proposta da Equipe de Planejamento, de mudança da categoria da Reserva Biológica para Refúgio ou Santuário de Vida Silvestre, que, na época, não existia legalmente, visto que, até 1981, somente existiam no país as categorias de Parque Nacional, Reserva Biológica e Floresta Nacional.

A Reserva Biológica de Poço das Antas foi indicada como área prioritária e classificada como sendo de “extrema importância biológica” pelos grupos temáticos, durante o *Workshop* de Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos (CI et al., 2000)

Esta Unidade possui o último remanescente do hábitat original do mico-leão-dourado *Leontopithecus r. rosalia*, espécie classificada como “criticamente ameaçada”, segundo a lista da IUCN *Red List of Threatened Animals*, de espécies ameaçadas. Sua distribuição abrangia a Mata Atlântica de baixada do Rio de Janeiro, desde o sul do Estado até o sul do Espírito Santo e hoje a espécie sobrevive em apenas 2% do seu hábitat original. Esses primatas vivem em fragmentos de florestas distribuídas em sete municípios da região norte-fluminense: Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Rio das Ostras, Saquarema e Silva Jardim.

Além dessa espécie, já foram registrados, na RB, dezessete espécies de mamíferos, entre elas a preguiça-de-coleira *Bradypus torquatus*, a borboleta-da-praia *Parides ascanius* e o jacaré-de-papo-amarelo *Caiman latirostri*. Na lista da avifauna estão presentes seis espécies ameaçadas.

A borboleta-da-praia *Parides ascanius* Cramer 1775 é uma espécie de inseto da ordem Lepidóptera que consta na lista de espécies ameaçadas de extinção no Estado do Rio de Janeiro. Única no mundo, não existe uma sub-espécie e ela vive no máximo um mês. De acordo com OTERO (1984), seu hábitat se restringe principalmente a certos tipos de restinga pantanosa, com um ambiente de mata úmida e brejo, entre o litoral de Campos e a Baía de Sepetiba, sendo que esse tipo de ambiente está presente na RB.

Algumas espécies da fauna têm forte apelo popular e também político, como é o caso do mico-leão-dourado *Leontopithecus rosalia*, que funciona como uma “espécie-bandeira” ou espécie símbolo utilizada em campanhas públicas de conscientização e mobilização para a proteção deste ecossistema, popularizando a Floresta Atlântica no Brasil e no mundo, tendo a mídia o seu principal meio de difusão.

A capacidade de uma Unidade de Conservação de sustentar determinadas espécies é uma medida básica do seu valor de conservação. O tamanho da área protegida é fundamental para preservar populações de espécies viáveis, particularmente as espécies de mamíferos que necessitam de áreas extensas. Em função disso, um elemento importante é a viabilidade, ou seja, é essencial assegurar que as amostras de ambientes, populações e comunidades mantenham seus elementos como garantia de permanência e evolução (SOULÉ e WILCOX, 1995).

Já se sabe que a Reserva Biológica de Poço das Antas não é suficiente para comportar uma população mínima viável da espécie do mico-leão-dourado. A Análise de Viabilidade de População e de Habitat estimou que a população mínima deve estar constituída de 2.000 micos e que, para tal, são necessários 25.000 hectares de florestas protegidas, segundo a

AMLD (1999). Somente assim, a espécie será considerada salva da ameaça de extinção nos próximos 200 anos. Atualmente, com os esforços da AMLD e seus inúmeros colaboradores, já se atingiu uma população de cerca de 1.000 micos, que corresponde a 50% desta meta. Destes, cerca de 220 indivíduos vivem na Reserva Biológica de Poço das Antas; 120 vivem na Reserva Biológica União, cerca de 380 vivem em propriedades particulares que participam do programa de reintrodução de micos e cerca de 280 vivem nas RPPNs. Somando-se os remanescentes florestais existentes em propriedades privadas às áreas preservadas, o total disponível para a execução do Programa de Conservação para o mico-leão-dourado é de 16.600 hectares (AMLD, 2002).

Também é fundamental que a Unidade de Conservação possua grande extensão em relação à área ainda intacta do bioma. No caso específico da RB Poço das Antas, a Floresta Atlântica ali existente é considerada uma das mais bem preservadas da baixada litorânea, apesar de existirem áreas em regeneração que foram alteradas anteriormente.

As Reservas Biológicas federais estão apresentadas no quadro em anexo, onde podem ser observadas informações detalhadas sobre a legislação, área, bioma protegido e os estados de sua localização. A FIGURA 1.9 apresenta a distribuição das Reservas Biológicas, no Brasil.

FIGURA 1.9 – Reservas Biológicas Federais

1.4. – Enfoque Estadual

1.4.1. – Implicações Ambientais

O Estado do Rio de Janeiro está integralmente inserido no Bioma Mata Atlântica, que, em conjunto com seus ecossistemas associados recobriam, no século XVI, 97% da área deste Estado, mas foram reduzidos à cerca de 17% da cobertura original.

Segundo a Classificação Biogeográfica Mundial e o Código Numérico Nomeclatural, a Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro está enquadrada na região fitogeográfica nº 8 (Região Neotropical) na província biogeográfica nº 7 (Serra do Mar) e no grupo de biomas nº 1 (Floresta Tropical Úmida) (SEMADS, 2001).

Hoje, a Mata Atlântica ocupa cerca de 7% da área que ocupava no ano de 1.500. Dados recentemente publicados pela Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria com o INPE, obtidos a partir de análises de imagens de satélite, mostraram que em 1995 restavam cerca de 738.402 ha de florestas, correspondendo a 16,82% da superfície do Estado. A partir deste ano, até 2000, os resultados revelaram que as florestas fluminenses perderam 3.773 ha ou 0,51% da cobertura existente em 1995 (SOS Mata Atlântica/INPE, 2001).

Atualmente, o Estado do Rio de Janeiro possui áreas florestadas remanescentes potencialmente isoladas ou em risco de consolidação do isolamento. Os principais remanescentes encontram-se, principalmente nas regiões montanhosas, em locais de maior declividade das elevações que compõem a Serra do Mar e os maciços litorâneos, que abrangem as regiões de Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, o interior do Estado, na região serrana, desde a RB Tinguá até o Parque Estadual do Desengano, passando pelo Parque Nacional da Serra dos Órgãos (SOS Mata Atlântica/INPE, 2001). Estes remanescentes ainda guardam as maiores extensões de florestas contínuas e conservadas do Estado, formando o que se conhece como Corredor Ecológico Sul.

Por outro lado, as áreas mais fragmentadas e degradadas encontram-se nas regiões norte e noroeste do Estado. Entre as causas da redução e degradação da cobertura vegetal nativa no Estado, destacam-se a expansão de áreas para a pecuária; expansão de áreas urbanas e loteamentos rurais e litorâneos; queimadas, entre outras.

A maioria dos remanescentes florestais encontram-se esparsos e fracionados. A Floresta Ombrófila Densa divide-se na região entre as formações submontana e de terras baixas, isoladas por extensas áreas campestres. A vegetação da RB Poço das Antas é classificada como Mata Atlântica Litorânea de Baixada, caracterizada pela presença de campos antrópicos e diversas formações florestais em diferentes estágios de regeneração, resultado do processo de fragmentação.

Devido, principalmente, à exploração da agricultura e urbanização, a Mata Atlântica de Baixada foi a formação que mais sofreu perdendo grande parte da cobertura original (KIERUFF, 1993). Como consequência dessas atividades, ocorreram a perda e a redução de habitats de muitas espécies que desapareceram e outras, como no caso do *Leontopithecus rosalia*. Contribuíram para isso, principalmente os desmatamentos para a implementação de cultivos e pastagens, além de abertura de estradas e execução de obras de engenharia na Bacia do Rio São João. Este processo de intervenção na bacia modificou bastante as áreas circunvizinhas à RB Poço das Antas, outrora caracterizadas pela floresta de restinga, planície costeira, floresta de encosta atlântica, manguezais e vegetação típica de pântanos (CASTRO, 2002).

Segundo dados da Fundação CIDE (2003), o Município de Silva Jardim, onde está localizada a RB Poço das Antas, possuía, no período entre 1994 e 1995, 32,5% de Floresta Ombrófila Densa em relação à área do município no Estado, enquanto o Município de Casimiro de Abreu possuía 31,7% e Araruama 0,6% .

Para o mesmo período, estimou-se o percentual de área por tipo de uso de solo. Encontrou-se que o Estado do Rio de Janeiro possuía 16,6 % de Floresta Ombrófila Densa e 44,5 % de pastagens.

1.4.1.1. – Regiões Fitoecológicas no Estado do Rio de Janeiro

As Regiões Fitoecológicas compreendem formações florestais e não florestais. O Estado do Rio de Janeiro, segundo o mapa de vegetação do Projeto RADAMBRASIL (1982), na escala 1:1.000.000, abrangia parcelas das regiões fitoecológicas originais do Bioma Mata Atlântica, como mostra o QUADRO 1.14.

QUADRO 1.14 – Regiões Fitoecológicas originais da Mata Atlântica

Região Fitoecológica	Formação	Subformação
Floresta Ombrófila	Floresta Ombrófila Densa (Floresta Pluvial Tropical)	Aluvial Terras Baixas Submontana Montana Alto Montana
	Floresta Ombrófila Mista	Montana
Floresta Estacional	Floresta Estacional Semidecidual	Aluvial Terras Baixas Submontana Montana
Savana	Gramíneo Lenhosa	
Savana Estépica	Savana Estépica Arbórea Aberta	
Áreas de Formação Pioneira	Influência Marinha Influência Fluvio-marinha	Restinga Mangue
Refúgio Ecológico	Altomontano	Herbáceo

FONTE: RAMBALDI et al. 2002

NOTAS: Baseado no RADAMBRASIL, 1983

Ainda hoje, apresenta uma grande diversidade de regiões fitoecológicas, segundo as Folhas S23/24- Rio de Janeiro/Vitória, do Projeto RADAMBRASIL (1982). Os tipos florestais e não florestais do Estado do Rio de Janeiro estão detalhados a seguir:

1. Região Fitoecológica da Estepe

Corresponde a uma caatinga, devido às condições predominantes de clima e precipitações semelhantes às do nordeste brasileiro. A caatinga fluminense, de grande fragilidade e de caráter exclusivo no Estado, ocorre como uma formação aberta, apenas em trechos dos Municípios de São Pedro d'Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação de Buzios, uma das regiões de menores índices pluviométricos do Estado, sempre sobre os maciços adjacentes ao mar. A vegetação é representada por espécies raras como as bromélias *Tillandsia gardneri* var. *Rupicola*, *Tillandsia neglecta*, *Nidularium atalaiensis*, *Cryptanthus sinuosus* e *Cryptanthus maritimus*, endêmicas da região, além de outras espécies da mesma família, menos raras como *Quesnelia quesneliana*.

2. Região Fitoecológica Floresta Estacional Semidecidual

Os ambientes desta região ocupam os planaltos do interior, alcançando o litoral apenas ao norte do Estado do Rio e sul do Espírito Santo, sendo poucas e reduzidas suas formações remanescentes. Os ambientes desse tipo de formação ocorrem sob uma clima tropical estacional com mais de 60 dias secos por ano, sobre litologia pré-cambriana, nas mais variadas formas de relevo, até o quaternário. São quatro as formações dessa Região, sendo que apenas três ocorrem no Estado. São estas:

- Floresta Estacional Semidecidual das Terras Baixas

Os pequenos remanescentes desta formação se localizam nos municípios de Carapebus, Quissamã e São Francisco de Itabapoana, sendo a Mata do Carvão, no último município, seu melhor representante. *Xixá* e *Talisia* sp. (Sapindaceae), como espécies típicas, são citadas para o município de Quissamã. Na Mata do Carvão, em uma extensão de apenas 1.000 hectares, foram detectadas espécies de alto valor econômico, como quebra-machado, peroba-de-campos, peroba-rosa e angico, além de várias outras espécies pertencentes a 28 famílias botânicas.

- Floresta Estacional Semidecidual Sumontana

Esta formação ainda é insuficientemente conhecida do ponto de vista científico. Seus remanescentes situam-se entre 50 e 500 metros de altitude, no município de Macaé, reduzida a pequeníssimas manchas. O araribá é citado como espécie típica.

- Floresta Estacional Semidecidual Montana.

É a formação que melhor *representa* a Floresta Estacional Semidecidual no Estado do Rio de Janeiro. Seus remanescentes mais significativos ocorrem entre 500 e 1.500 metros nos municípios de Cordeiro, Duas Barras, Trajano de Moraes e Bom Jardim, onde uma das espécies mais comuns é o sanandu. Em Itatiaia e Resende, há também pequenas manchas e a sapucaia é uma das espécies típicas.

3. Região Fitoecológica Floresta Ombrófila Densa

Os ambientes desta região, cuja ocorrência vai do litoral até as áreas montanhosas que seguem a linha costeira, apresentam extensão considerável de formações remanescentes em condições naturais bem preservadas. Anteriormente designada de Floresta Pluvial, os ambientes deste tipo de floresta ocupam a área tropical mais úmida, com chuvas bem distribuídas com médias anuais em torno de 1.500 mm, com período seco anual variando de 0 a 60 dias. Caracteriza-se pela presença de fanerófitas perenifoliadas, com brotos foliares geralmente desprovidos de proteção contra a seca. Esta Região é originalmente representada por 5 formações em todo o Brasil, sendo que no Rio de Janeiro, estão representadas apenas 4:

- Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas

Está estabelecida nas baixas altitudes, até 50 metros, com remanescentes ao longo do Estado, nas áreas alagadas ou muito úmidas. Os remanescentes mais expressivos podem ser encontrados no litoral sul do Rio de Janeiro, que vem sofrendo, desde a construção da Estrada Rio-Santos, intensa descaracterização. Porém, a maior parte dos ambientes desta formação encontra-se ocupada por atividades antrópicas representadas por pastagem e agricultura. Manchas florestais incluídas em tal tipificação denominam-se matas paludosas, de composição florística variada. Sua vegetação caracteriza-se pela sucessão desde a fase pioneira dos locais salobros com vegetação higrófila de *Eleocharis*, *Typha*, *Cyperus* até a fase fanerofítica de *Ficus*, *Tabebuia* e *Arecastum*, ainda em áreas úmidas, mas com água doce, com uma fase intermediária de *Callophylum*, *Tapirira* e *Geonoma*. Nas bacias dos rios São João e Macaé, estão presentes o guanandi e uanani. A umidade desses ambientes favorece a alta incidência de epífitas que incluem as Bromeliaceae, Araceae, Cactaceae e Orchidaceae. Além destas, nas matas paludosas estão presentes algumas trepadeiras, que incluem a escova-de-macaco *Combretum fruticosum* e *Combretum laxum*, da família Dioscoreaceae. Encontra-se também a jarrinha, importante alimento da lagarta da borboleta-da-restinga, ameaçada de extinção.

- Floresta Ombrófila Densa Submontana

Esta formação ocorre entre 50 e 500m de altitude através de relevo montanhoso e nas faldas das serras e planaltos. Remanescentes da vegetação dessa formação são encontrados nas encostas das serras litorâneas, como a Serra do Mar, na altura de Mangaratiba para sul, e encostas interiorizadas sob a influência da massa tropical marítima, como a serra dos Órgãos, assinalando-se que parte do PN da Serra da Bocaina e do PN da Serra dos Órgãos e quase a totalidade dos ambientes do PE da Ilha Grande são constituídas por vegetação da formação submontana. Possuem estrutura fanerofítica, com ocorrência de caméfitas, epífitas e lianas, além da presença de um estrato de até 25-30 m de altura com muriqui ou pau-de-tucano (*Vochysia tucanorum*), baguaçu (*Talauma organensis*), faveira (*Parkia sp.*), jacatirão (*Miconia theaezans*), palmito (*Euterpe edulis*), *Geonoma sp.* e xaxim. É comum encontrar a imbaúba (*Cecropia sp.*) e plântulas de regeneração do estrato dominante no estrato inferior.

- Floresta Ombrófila Densa Montana

Sua ocorrência varia entre 500 e 1500 m de altitude com relevo dissecado de caráter montanhoso, de difícil acesso. A vegetação se caracteriza por apresentar um estrato dominante com altura até 25 m, que incluem *Vochysia laurifolia*, *Cariniana excelsa* e um estrato dominado por diversas espécies das famílias Rubiaceae, Myrtaceae e Melastomataceae, e mais a presença generalizada de Palmae (palmito, guaricanga e tucum), Pteridophytae (samambaia e xaxim), Bromeliaceae e grande quantidade de epífitas e lianas.

- Floresta Ombrófila Densa Alto-Montana

Ocorre acima de 1500 m de altitude. Abrange sítios com solos litólicos e cambissolos e a vegetação se caracteriza por apresentar uma estrutura de nano e microfanerófitas, cuja a altura varia entre 5 a 10 m, em função da altitude local. Sua composição florística está constituída por espécies endêmicas e está representada por famílias pertencentes a gêneros como *Drymis*, *Clethra*, *Ilex*, *Weimmannia*, *Rapanea*, *Hexachlamys*, *Marliera*, *Roupala* e *Miconia*. Também está representada a família Bromeliaceae com os gêneros *Vriesia*, *Aechmea* e *Nidularium* e a família Cyperaceae pelo gênero *Cyperus* e a Gramineae *Chusquea mimosa* e muitas pteridófitas que recobrem o terreno. A vegetação destes ambientes também inclui formas xerofíticas, apresentando troncos e galhos finos, casca rugosa, folhas ericóides, pequenas, coriáceas ou carnosas e, brotos terminais protegidos.

4. Região Fitoecológica da Floresta Ombrófila Mista

No Estado do Rio de Janeiro, só ocorre a formação Floresta Ombrófila Mista Montana, já que esse tipo florestal é mais característico dos Estados sulinos do país. A Floresta Ombrófila Mista, como o nome da formação estadual explicita, está localizada nas partes altas da região sul fluminense, entre 800 e 1.200 metros, nas Serras da Mantiqueira e Bocaina, especificamente no Parque Nacional da Bocaina, onde ocorrem espécies típicas desse subtipo florestal, predominantemente o pinheiro-do-paraná e pinheirinho-bravo.

5. Refúgio Ecológico

É um agrupamento vegetal que apresenta fitofisionomia e florística dissonantes daquelas verificadas nos entornos imediatos. Ocorre, geralmente, sobre solos litólicos rasos. Das três modalidades existentes, apenas o Refúgio Ecológico Alto-Montano está presente em território fluminense. A fitofisionomia é herbáceo-arbustiva aberta.

6. Formações Pioneiras

São as formações vegetacionais transitórias. Compreendem os ecossistemas associados à Mata Atlântica e foram caracterizados em três áreas:

- Áreas com Influência Marinha

Correspondem às restingas, muito diversas no território fluminense. Estão associadas às areias quartzosas litorâneas depositadas durante o Quaternário. Estão bem representadas no Município do Rio de Janeiro em direção ao litoral norte, onde a Serra do Mar se afasta da costa e a planície litorânea alcança maior amplitude, especialmente em Macaé, Quissamã, Campos e São João da Barra. Compreende um grande número de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção. Além destas, existem numerosas espécies ornamentais e aquelas que produzem frutos saborosos.

- Áreas com Influência Fluviomarinha

Correspondem aos manguezais, presentes no interior das baías, preferencialmente nas fozes dos rios. Sua flora é bastante simplificada e compõe-se basicamente de três espécies arbóreas: *Rhizophora mangle*, *Avicennia Schaueriana* e *Laguncularia racemosa*. As maiores áreas ocupadas por manguezais estão na foz dos rios Paraíba do Sul e Macaé, no fundo da Baía de Guanabara, Sepetiba e no litoral sul, e em especial em Paraty.

- Áreas com Influência Fluvial

Correspondem aos brejos e lezírias, que se formam nas áreas de alagamento dos baixos cursos dos rios ou nas margens das lagoas. A vegetação predominante é constituída por herbáceas helóbias, das quais a mais característica é a cosmopolita taboa (*Typha domingensis*- Typhaceae). Nos brejos fluminenses ainda aparecem piripiri, piripiri-grande, chapéu-de-couro, catifa e cruz-de-malta (*Ludwigia octovalvis*, *Ludwigia leptocarpa*, *Ludwigia laruotteana* - Onagraceae), erva-de-bicho e espécies flutuantes: aguapé, erva-de-santa-luzia, lentilha-d'água, forno, mururê-carrapatinho e mururê-rendado, entre muitas outras.

A vegetação presente na RB Poço da Antas é Floresta Ombrófila Densa (CORREIA, 1997), compartimentada nas formações submontana e de terras baixas (SEMADS, 2001).

1.4.1.2. – Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro possui Unidades de Conservação nas três esferas: federal, estadual e municipal. Este Plano de Manejo enfoca apenas as Unidades de Conservação federais e estaduais. Entretanto, é importante destacar os esforços realizados na esfera municipal pelas prefeituras, que, juntas, contribuem para fortalecer a estratégia de conservação da biodiversidade no Brasil, principalmente nos últimos anos.

Nas primeiras duas esferas, o Estado do Rio de Janeiro possui 44 Unidades de Conservação, sem contar as 37 RPPNs criadas em seu território. A sua localização e distribuição pode ser observada na FIGURA 1.10.

Entretanto, é válido lembrar que muitas UCs têm suas áreas sobrepostas ou totalmente incluídas em outras unidades.

FIGURA 1.10 – Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro

Esfera Federal

O Estado do Rio de Janeiro contribui para a conservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida da população brasileira, com 18 UCs federais, como mostra o QUADRO 1.13. Deste total, 9 pertencem ao Grupo de Proteção Integral e 9 pertencem ao Grupo de Uso Sustentável. No conjunto, as UCs federais cobrem uma área de aproximadamente 950.497 hectares, e se encontram sob a tutela do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Entretanto, neste total estão incluídas UCs federais que possuem parte de sua área em territórios de outros estados, como no caso da APA da Serra da Mantiqueira, que possui uma grande extensão em territórios dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo o Atlas de Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro (SEMA, 2001), as UCs federais cobrem uma área de aproximadamente 4.300 km² (cerca de 10% do território) e se encontram sob a tutela do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Recentemente, criaram-se novas UCs no Estado, o que contribuiu para aumentar a área protegida para aproximadamente 9.500 km², que corresponde à cerca de 21% do território estadual.

As três Reservas Biológicas federais existentes no Estado (Tinguá, União e Poço das Antas) somam uma área de 32.897 hectares ou 328 km², que representa 3,5% da área total protegida por UCs federais no Estado.

Pelo QUADRO 1.15 observa-se que, dentre as Unidades de Conservação de Proteção Integral, os Parques Nacionais encontram-se em maior número e cobrem uma maior extensão. Ainda sobre o Grupo de Proteção Integral, observa-se que não há, na esfera federal, UCs criadas dentro das categorias Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural.

A área total (32.897 ha) coberta pelas três reservas biológicas presentes no Estado do Rio de Janeiro representam 15,7% da área total (209.506 ha) coberta pelas UCs de Proteção Integral no Estado. Os Parques Nacionais cobrem a maior extensão de área protegida dentro do Grupo de Unidades de Proteção Integral.

No entanto, a maior extensão de área protegida no Estado, na esfera federal, se deve à existência das cinco APAs, que juntas, totalizam 688.665 hectares.

Cabe ressaltar que as únicas UCs federais localizadas na denominada Região da RB Poço das Antas são a Reserva Biológica União e a APA da Bacia do rio São João.

QUADRO 1.15 – Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, sob tutela federal

Categoria de Manejo	Número	Área total (ha)	Bioma
Parque Nacional*	5	155.168,00	Mata Atlântica
Reserva Biológica	3	32.897,00	Mata Atlântica
Estação Ecológica	1	21.441,00	Marinho
Área de Proteção Ambiental**	5	688.665,00	Mata Atlântica/Costeiro
Área de Relevante interesse ecológico	2	134,00	Mata Atlântica
Reserva Extrativista	1	51.699,00	Mata Atlântica
Floresta Nacional	1	493,00	Mata Atlântica
Total	18	950.497,00	

FONTE: IBAMA, 2004

NOTAS: Foi incluído o P.N. da Bocaina, que abrange uma área de 98.115 ha, nos Estados do RJ e SP. Foi incluída a APA da Serra da Mantiqueira, que abrange uma área de 422.873,00 ha nos Estados de MG, RJ e SP. Não inclui as RPPNS

Pelo QUADRO 1.16 observa-se que as Unidades de Conservação de Proteção Integral, criadas no âmbito federal, no Estado do Rio de Janeiro, cobrem uma área quase quatro vezes menor do que a área ocupada por Unidades de Conservação de Uso Sustentável. A

área total coberta por UCs de Uso Sustentável representa 78% da área total protegida por UCs federais no Estado.

QUADRO 1.16 – Número total de Unidades de Conservação federais criadas no Estado do Rio de Janeiro por grupo, sua área total e porcentagem

Número total de Unidades por Grupo			
Grupo	Subtotal	Área total (ha)	% da área total
Proteção Integral	09	209.506,00	22
Uso Sustentável	09	740.991,00	78
Total	18	950.497,00	100

FONTE: IBAMA, 2004

Abrangendo uma área total de 155.168 hectares, o Estado do Rio de Janeiro é, proporcionalmente, o território que possui o maior número de Parques Nacionais e a maior proporção de área protegida por esta categoria de manejo (ROCHA, 2002). Dentre estes, se encontram os dois Parques Nacionais mais antigos, originados na primeira fase do processo de criação das Unidades de Conservação no Brasil: O P.N de Itatiaia e o P.N da Serra dos Órgãos. O QUADRO 1.17 apresenta os dados referentes aos Parques Nacionais criados no Estado do Rio de Janeiro e suas áreas correspondentes.

QUADRO 1.17 – Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro, sob a tutela federal

Parques Nacionais	Área Total (ha)	Ano de Criação	Bioma
P.N Itatiaia (RJ/MG)	28.155	1937	Mata Atlântica
P.N Serra dos Órgãos (RJ)	10.527	1939	Mata Atlântica
P.N Tijuca (RJ)	3.466	1961	Mata Atlântica
P.N. Serra da Bocaina (RJ/SP)	98.115	1971	Mata Atlântica
P.N. Restinga de Jurubatiba (RJ)	14.905	1998	Mata Atlântica
Total	155.168		

FONTE: IBAMA, 2004

O QUADRO 1.18 apresenta os dados referentes às Reservas Biológicas federais localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Das 26 RBs existentes no Brasil, três encontram-se no Estado do Rio de Janeiro e foram criadas no período entre 1974 e 1998, sendo que duas delas, a RB Poço das Antas e a RB União, encontram-se localizadas na região de ocorrência do mico-leão-dourado, justificando sua importância no cenário federal e estadual. Com relação à extensão, a RB Tinguá apresenta uma área significativamente maior do que a área das outras duas RBs.

QUADRO 1.18 – Reservas Biológicas do Estado do Rio de Janeiro, sob a tutela federal

Reservas Biológicas	Área Total (ha)	Ano de Criação	Bioma
R.B. de Poço das Antas (RJ)	5.065	1974	Mata Atlântica
R.B. do Tinguá (RJ)	24.902	1989	Mata Atlântica
R.B. União (RJ)	2.930	1998	Mata Atlântica
Total	32.897		

FONTE: IBAMA, 2004

A Estação Ecológica de Tamoios foi criada com o objetivo de proteger e promover a pesquisa científica e o monitoramento de uma amostra representativa de Mata Atlântica situada no ecossistema insularmarítimo da baía de Ilha Grande, onde se destaca a diversidade biológica da ictiofauna marinha (SEMADS, 2001). No QUADRO 1.19 estão apresentados os dados da E.Ec. de Tamoios.

QUADRO 1.19 – Estação Ecológica inserida no Estado do Rio de Janeiro, sob a tutela federal

Estação Ecológica	Área Total (ha)	Ano de Criação	Bioma
E.E. de Tamoios (RJ)	21.441,00	1990	Marinho
Total	21.441,00		

FONTE: IBAMA, 2004

NOTA: Elaborado pela equipe do plano com dados disponíveis pela fonte

O território coberto por APAs, que estão sob a tutela federal, é bastante significativo dentro do Estado, sendo que a APA da Mantiqueira também engloba território dos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Dentre as APAs, cabe destacar a recém-criada APA da Bacia do Rio São João, com uma área de aproximadamente 150.700 hectares, localizada na área de ocorrência do mico-leão-dourado, abrangendo parcialmente os municípios de Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Araruama, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu e integralmente o Município de Silva Jardim (CILSJ, 2002). Esta foi a última UC criada no Estado do Rio de Janeiro, na esfera federal, desconsiderando as RPPNs. Pode-se observar no QUADRO 1.20 que todas as outras APAs foram criadas no período entre 1982 e 1985.

QUADRO 1.20 – Áreas de Preservação Ambiental do Rio de Janeiro, sob tutela federal

Área de Proteção Ambiental	Área Total (ha)	Ano de Criação	Bioma
A.P.A de Petrópolis (RJ)	68.395,00	1982	Mata Atlântica
A.P.A de Cairuçu (RJ)	32.688,00	1983	Mata Atlântica
A.P.A de Guapi-Mirim (RJ)	13.961,00	1984	Mata Atlântica
A.P.A da Mantiqueira (RJ/MG/SP)	422.873,00	1985	Mata Atlântica
A.P.A da Bacia do São João / Mico-Leão-Dourado (RJ)	150.748,00	2002	Mata Atlântica/Costeiro
Total	688.665		

FONTE: IBAMA, 2004

NOTA: Elaborada pela equipe do Plano com dados disponíveis pela fonte

O QUADRO 1.21 apresenta as duas ARIEs criadas no Estado do Rio de Janeiro, no âmbito federal.

QUADRO 1.21 – Áreas de Relevante Interesse Ecológico do Rio de Janeiro, sob tutela federal

Área de Relevante Interesse Ecológico	Área Total (ha)	Ano de Criação	Bioma
A.R.I.E. Floresta da Cicuta (RJ)	125,00	1985	Mata Atlântica
A.R.I.E. das Ilhas Cagarras (RJ)	9,00	1989	Mata Atlântica
Total	134,00		

FONTE: IBAMA, 2004

NOTAS: Elaborada pela equipe do plano com dados disponíveis pela fonte

A Reserva Extrativista do Arraial do Cabo, apresentada no QUADRO 1.22, foi declarada de interesse social e ecológico, com a finalidade de garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, especialmente os pesqueiros utilizados pelas populações tradicionais do Município de Arraial do Cabo, onde se encontra inserida (SEMADS, 2001).

QUADRO 1.22 – Reserva Extrativista do Rio de Janeiro, sob a tutela federal

Reservas Extrativistas	Área Total (ha)	Ano de Criação	Principal recurso manejado	Bioma
R.Ex. Marinha do Arraial do Cabo (RJ)	51.699,00	1997	Pesca	Mata Atlântica
Total	51.699,00			

FONTE: IBAMA, 2004

NOTAS: Elaborada pela equipe do Plano com dados disponíveis pela fonte

A F.N. Mario Xavier (QUADRO 1.23) abriga, nas partes mais elevadas, exemplares de florestas naturais. Por outro lado, com o apoio do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no período entre 1946 e 1977 nela foram plantadas diversas espécies nativas. As principais atividades desenvolvidas nesta F.N. estão relacionadas à produção e comercialização de mudas, coleta e beneficiamento de sementes e corte e comercialização de toras, mourões e escoramentos de eucaliptos, além de atividades de apoio à educação ambiental (SEMADS, 2001).

A F.N. Mario Xavier e a Reserva Extrativista de Arraial do Cabo são as duas únicas Unidades de Conservação Uso Sustentável, criadas até o momento, na esfera federal.

QUADRO 1.23 – Florestas Nacionais, sob tutela federal

Floresta Nacional	Área Total (ha)	Ano de Criação	Principal recurso manejado	Bioma
F.N Mário Xavier (RJ)	493,00	1986	Mudas e sementes florestais	Mata Atlântica
Total	493,00			

FONTE: IBAMA, 2002 e SEMADS, 2001

NOTAS: Elaborada pela equipe do Plano com dados disponíveis pela fonte

Igualmente importante é a existência de um número crescente e significativo de RPPNs no Estado do Rio de Janeiro, por iniciativa de proprietários particulares, empresas e organizações não-governamentais. Até o ano 2004, foram criadas, no Estado, 37 RPPNs, que cobrem uma área de 3.437, 24 hectares.

Esfera Estadual

Segundo o Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro (SEMADS, 2001), no Estado, as UCs estaduais abrangem uma área de aproximadamente 1.400 km², que correspondem à 3,2% do seu território. Estas UCs têm a tutela dividida entre dois órgãos vinculados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento: a FEEMA e a IEF.

No entanto, hoje a área do Estado, protegida por UCs estaduais, aumentou para cerca de 1.854 km², que corresponde à 5,1% do território do Estado, com a criação de novas UCs, como a APA de Macaé de Cima, criada em 2001 e o P.E. dos Três Picos, em 2002.

As UCs de Proteção Integral, exceto o P.N. Marinho Aventureiro, a RB da Praia do Sul e a E.E. do Paraíso, são administradas pelo IEF e as UCs de Uso Sustentável estão sob a tutela da FEEMA.

No Estado do Rio de Janeiro, existem áreas especialmente protegidas que não foram contempladas na Lei do SNUC, mas que continuam válidas sem, contudo, serem regidas por tal legislação, dentre as quais a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba e a Reserva Ecológica da Juatinga. Da mesma forma, os municípios apresentam categorias de manejo não contempladas pelo SNUC.

Os QUADROS 1.24 a 1.29, apresentam informações das Unidades de Conservação estaduais, por categoria de manejo.

Dentre as UCs estaduais, na Região da RB Poço das Antas, encontram-se localizadas o P.E. dos Três Picos e a APA de Massambaba.

Os dados mostram que, na esfera estadual, o Rio de Janeiro possui várias Unidades de Conservação, algumas delas muito relevantes, como os Parques Estaduais de Proteção Integral, que, juntos, somam aproximadamente 90.000 hectares.

QUADRO 1.24 – Unidades de Conservação Estaduais

Categoria de Manejo	Número	Área total (ha)	Bioma
Parque Estadual	8	88.712,3	Mata Atlântica/ Costeiro
Reserva Biológica	3	9.268	Mata Atlântica
Reserva Ecológica	3	10.947	Mata Atlântica
Estação Ecológica	2	8.180	Mata Atlântica/ marinho
Área de Proteção Ambiental	10	67.770	Mata Atlântica/ Costeiro
Total	26	184.877,3	

FONTE: IEF, 2004 e FEEMA, 2004

As APAs são as únicas UCs estaduais existentes no Estado do Rio de Janeiro do Grupo de Uso Sustentável. Estas existem em maior número e ocupam uma extensão maior com relação às UCs de outras categorias, tanto do Grupo de Proteção Integral como do Grupo de Uso Sustentável.

QUADRO 1.25 – Parques Estaduais do Estado do Rio de Janeiro, apresentados por ordem crescente do ano de sua criação

Parques Estaduais	Área total (ha)	Ano de criação	Bioma
1. P.E. do Chacrinha	13,30	1969	Mata Atlântica
2. P.E. do Desengano	22.400	1970	M. Atlântica
3. P.E. da Ilha Grande	5.594	1971	M. Atlântica
4. P.E. da Pedra Branca	12.500	1974	M. Atlântica
5. P.E. Marinho Aventureiro*	-	1990	Marinho
6. P.E. da Serra da Tiririca	1.800	1991/93	M. Atlântica/Marinho
7. P.E. dos Três Picos	46.350	2002	Mata Atlântica
8. P.E. do Grajaú	55,00	1978/2002	Mata Atlântica
Total	88.712,3	-	-

FONTE: SEMADS, 2001; FEEMA, 2004; e Drummond, 1997

NOTAS: Elaborado pela equipe do Plano com dados disponíveis pela fonte.

LEGENDA: *O P.E. Marinho do Aventureiro compreende uma área de 5 milhas náuticas

Como mostra o QUADRO 1.25, dos oito Parques Estaduais do Rio de Janeiro, apenas três foram criados mais recentemente, a partir da década de 90. Até 1974, o P.E. da Pedra Branca era a Unidade de Conservação mais extensa da cidade. Com a criação do P.E. dos Três Picos, em 2002, a situação mudou, e esta é hoje a unidade mais extensa dentro desta categoria, no âmbito estadual. Em 2002, a R.F. do Grajaú, que outrora era a única UC criada dentro desta categoria, foi transformada em Parque Estadual, através do Decreto Estadual nº 32.017, de 15 de outubro de 2002, atendendo ao Art. 55, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. A área foi reflorestada a partir de 1966 e sua criação foi o resultado da reivindicação dos moradores do bairro do Grajaú, onde está localizada, e da Sociedade dos Amigos da Reserva do Grajaú (SEMADS, 2001).

A E.E. do Paraíso foi criada com o objetivo principal de propiciar a realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental. Nela, foi implantado, em 1979, o Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (CPRJ), que desempenhou, e até hoje desempenha, um importante papel para a conservação de espécies da fauna primatológica brasileira ameaçada de extinção, dentre as quais o mico-leão-dourado *Leontopithecus rosalia*.

QUADRO 1.26 – Estações Ecológicas do Estado do Rio de Janeiro

Estação Ecológica	Área total (ha)	Ano de criação	Regiões fitoecológicas protegidas
E.E. Paraíso	4.920	1987	M. Atlântica
E.E. de Guaxindiba	3.260	2002	M. Atlântica (Mata do Carvão)
Total	8.180		

FONTE: SEMADS, 2001

NOTA: Elaborado pela equipe do Plano com dados disponíveis pela fonte

Como mostra o QUADRO 1.27, o Estado do Rio de Janeiro possui três Reservas Biológicas criadas no âmbito estadual, dentre as quais se destaca a RB da Praia do Sul, que é a mais extensa e protege cinco ecossistemas naturais diferentes, além de apresentar importantes sítios arqueológicos. Cabe ressaltar que a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba está enquadrada em uma categoria de manejo não contemplada no SNUC.

QUADRO 1.27 – Reservas Biológicas do Estado do Rio de Janeiro, apresentadas por ordem crescente do ano de sua criação

Reserva Biológica	Área total (ha)	Ano de criação	Regiões fitoecológicas protegidas
Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba	2.800	1974	M.Atlântica
RB de Araras	2.068,45	1977	M.Atlântica
RB da Praia do Sul	3.600	1991	M.Atlântica
Total	9.268		

FONTE: SEMADS, 2001

NOTA: Elaborado pela equipe do Plano com dados disponíveis pela fonte

Verifica-se no QUADRO 1.28, que existem três R.ECs no Estado do Rio de Janeiro sob a tutela estadual. A R.Ec. de Jacarepiá foi criada com o objetivo principal de proteger a mata de restinga próxima à Lagoa de mesmo nome, localizada no Município de Saquarema - área de elevada importância para diversas espécies da fauna, dentre as quais o mico-leão-dourado. A R.Ec. da Juatinga, localizada no Município de Paraty, possui uma área expressiva de 8.000 hectares de Floresta Atlântica, incluindo vegetação de restinga, manguezais e costões rochosos.

QUADRO 1.28 – Reservas Ecológicas do Estado do Rio de Janeiro, apresentadas por ordem crescente do ano de sua criação

Reserva Ecológica	Área total (ha)	Ano de criação	Bioma
R.Ec. de Jacarepiá	1.267	1986	Mata Atlântica
R.Ec. Massambaba	1.680	1986	Mata Atlântica
R.Ec. da Juatinga	8.000	1992	Mata Atlântica
Total	10.947		

FONTE: SEMADS, 2001

NOTAS: Elaborado pela equipe do Plano com dados disponíveis pela fonte

O Estado do Rio de Janeiro possui uma área significativa coberta por Unidades de Conservação da categoria Área de Proteção Ambiental, com 10 APAs criadas no período entre 1984 e 2002, que, juntas somam uma área total de, no mínimo, 67.770 hectares, visto que os dados sobre a área de duas delas não foram encontrados, como pode ser observado no QUADRO 1.29.

QUADRO 1.29 – Áreas de Proteção Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, apresentadas por ordem crescente do ano de sua criação

Área de Proteção Ambiental	Área total (ha)	Ano de criação	Bioma
APA de Maricá	500	1984	Mata Atlântica/Costeiro
APA de Jacarandá	2.700	1985	Mata Atlântica
APA de Massambaba	7.630	1986	Mata Atlântica/Costeiro
APA de Mangaratiba	23.000	1987	Mata Atlântica/Costeiro
APA de Gericinó-Mendanha	10.500	1988	Mata Atlântica
APA da Serra de Sapiatiba	6.000	1990	Mata Atlântica/Costeiro
APA das Bacias dos Frades	7.500	1990	Mata Atlântica
APA de Macaé de Cima	-	2001	Mata Atlântica
APA do Pau Brasil	9.940	2002	M. Atlântica
APA da Bacia do Rio Macacu	-	2002	M.Atlântica

Total	67.770		
-------	--------	--	--

FONTE: SEMADS, 2004

NOTAS: Elaborado pela equipe do Plano com dados disponíveis pela fonte

1.4.1.3. – O Planejamento e Integração Regional e a inserção da RB

O planejamento ambiental envolve o ordenamento do espaço físico, seja na forma de áreas protegidas legalmente ou mediante uma abordagem regional, ou mesmo de biomas. Existem diferentes mecanismos de integração do planejamento e gestão das Unidades de Conservação com suas áreas do entorno. O planejamento de uma Unidade de Conservação deve levar em consideração os sistemas de planejamento da região onde se encontra inserida. Estes sistemas podem envolver os planos diretores dos municípios, a gestão de APAs, zoneamento-ecológico-econômico, planos de bacias, microbacias, entre outros.

Os programas e ações que visam a manutenção e recuperação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica, devem estar associados e, de preferência, integrados a tais estratégias de ordenamento e planejamento do desenvolvimento territorial regional, com o estabelecimento de corredores ecológicos e mosaicos ou numa escala maior, com a própria Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, gerenciamento costeiro e manejo de bacias hidrográficas (CI et al., 2000).

A gestão integrada das paisagens é considerada, atualmente, a abordagem mais eficiente para conservar a biodiversidade (CABRAL, 2002). A Lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza contemplou alguns destes instrumentos de planejamento e manejo na escala de paisagens, tais como os Corredores, as Zonas de Amortecimento e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Os esforços integrados para o planejamento regional da Mata Atlântica são recentes. A seguir, são apresentadas algumas destas estratégias de planejamento e gestão ambiental: a divisão do estado em macrorregiões ambientais e as iniciativas, na região da Reserva, de formação de corredores florestais e o incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Estado, e mais especificamente na região da Reserva Biológica de Poço das Antas.

Macrorregiões Ambientais do Estado do Rio de Janeiro

A SEMADS dividiu o território do Estado em sete macrorregiões ambientais, oficializadas pelo Decreto Estadual Nº. 26.058 de 14/03/2000, como estratégia de planejamento e gestão ambiental. Estas Macrorregiões estão apresentadas na FIGURA 1.11, onde podem-se observar os seus limites e a sua extensão. A superfície terrestre compreende uma ou mais bacias hidrográficas, sendo delimitada por divisores de água. Cada macrorregião possui sua porção terrestre e marinha. Esta última abrange a zona costeira, incluindo baías, praias, costões rochosos, manguezais, estuários e uma faixa de mar aberto, cuja largura é estabelecida com base em critérios definidos pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

Das sete Macrorregiões existentes no Estado, duas delas, a **MRA-4** e a **MRA-5** estão localizadas na Região da Reserva Biológica de Poço das Antas, formada pelos Municípios de Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Araruama, embora a área de domínio da RB esteja localizada na bacia do Rio São João. O Município de Silva Jardim ocupa uma área que corresponde à 43,52% da Bacia do Rio São João (CILSJ, 2002). A MRA-4 corresponde à Bacia da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira Adjacente e tem o nome abreviado "**Região dos Lagos-São João**". O setor terrestre está constituído pelas Bacias das lagunas de Jaconé, Saquarema e Araruama, e dos Rios São João, Una e das Ostras. O Setor Costeiro está constituído pela Zona Costeira, entre a ponta situada próxima aos limites entre Maricá e Saquarema e uma ponta ao sul da praia de Itabepuçú, no Município de Rios

das Ostras. Abrange uma superfície continental de 3.752 km², o que corresponde a cerca de 8% da superfície do Estado.

A Bacia do Rio S. João abrange parcialmente os municípios de Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Araruama, São Pedro D'Aldeia, Cabo Frio e Casimiro de Abreu, e integralmente o município de Silva Jardim, onde está localizada a Reserva de Poço das Antas.

Os seguintes municípios possuem seu território integralmente situado na Macroregião ambiental MRA-4: Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação de Búzios e Silva Jardim. Por outro lado, os municípios de Rio Bonito, Cachoeiras de Macacú, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Maricá possuem seu território parcialmente situado nesta macrorregião, que tem um total de 12 municípios.

FIGURA 1.11 – Macroregiões Ambientais do Estado do Rio de Janeiro

Na área de abrangência da MRA-4 estão localizadas, total ou parcialmente, Unidades de Conservação federais e estaduais, além de diversas Reservas Particulares do Patrimônio Natural, conforme mostra o QUADRO 1.30. Dentre estas UCs, encontra-se a Reserva Biológica de Poço das Antas, sendo alvo das ações que vêm sendo implementadas através do Consórcio Intermunicipal Lagos São João.

QUADRO 1.30 – Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas localizadas na Macroregião Ambiental MRA-4

Denominação / Subordinação	Área (ha)	Atos Legais	Município
RB de Poço das Antas (IBAMA)	5.000	Dec. nº 73.791 de 11.03.74, Dec.º 76.534, de 03.11.75	Silva Jardim
RB Fazenda União (IBAMA)	3.126	Dec. s/n, de 22.04.98	Rio das Ostras e Casimiro de Abreu
REx Marinha de Arraial do Cabo (IBAMA)	56.769	Dec. s/n, de 03.01.97	Arraial do Cabo
APA da Bacia do Rio São João/ Mico-leão-Dourado (IBAMA)	150.700	Dec.s/n, de 27.06.02	Municípios da bacia
P.E. Três Picos (IEF)	46.350	Dec. Est. Nº 31.343/ 02	Teresópolis, Nova Friburgo, Guapimirim, Silva Jardim e Cachoeiras de Macacu
APA do Pau Brasil	-	Dec. nº 31.346, de 06.06.02	Cabo Frio e Búzios
Parque das Dunas (IEF)	----	Lei nº 1807, de 3/04/91	Dunas dos Peró, Massambaba e Dama Branca
REc. de Massambaba (IEF)	1.680	Dec. nº 9.529-A, de 15.12.86	Arraial do Cabo
REc. de Jacarepiá (IEF)	1.267	Dec. nº 9.529-B, de 15.12.86	Squarema
ÁPA de Massambaba (FEEMA)	7.630	Dec. nº 9.529 – C, de 15/12/86	Arraial do Cabo, Araruama e Squarema
ÁPA da Serra da Sapiatiba (FEEMA)	6.000	Dec. nº 15.136, de 20/07/90	São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande
ÁPA da Serra do Sambê	-	-	Rio Bonito
APA da Lagoa do Iriry (Secretaria Municipal de Rio das Ostras)	8.498,73	Dec. Municipal n.º 028, de 27.07.00, regulamentado pela Lei Municipal n.º 740 / 2003	Rio das Ostras
ARIE de Itabepussus (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio das Ostras)	986,76	Dec. Municipal nº 038/02	Rio das Ostras
Parque Natural de Itapebussus	-	Dec. Municipal 028/00	Rio das Ostras
Monumento Natural dos Costões Rochosos (Secretaria Municipal de Rio das Ostras)	44,10	Dec.Municipal nº054, de 26/07/02	Rio das Ostras
Parque da Caixa d' água	-	-	Rio Bonito
APA Azeda Azedinha	-	-	Armação dos Búzios
Parque Municipal da Praia do Forte	-	Lei Orgânica Art. 180, V	Cabo Frio
Parque Municipal da Gamboa	-	Lei Orgânica Art. 180, V	Cabo Frio
Parque Municipal da Boca da Barra	-	Lei Orgânica Art. 180, V	Cabo Frio
Parque Municipal das Dunas	-	Lei Orgânica Art. 180, V	Cabo Frio
Parque do Mico Leão Dourado	-	Dec. de 1997	Cabo Frio
Matas de Restinga da Marinha do Brasil (Base Aeronaval)	-	-	Cabo Frio
Áreas Tombadas Dunas de Cabo Frio e Arraial do Cabo (INEPAC)	- - -	Resol. SÉC 46/88	Cabo Frio e Arraial do Cabo
RPPN Fazenda Bom Retiro (IBAMA)	472	Portaria IBAMA 04/98	Casimiro de Abreu
RPPN Faz Córrego da Luz (IBAMA)	20	Portaria IBAMA 16/93	Casimiro de Abreu
RPPN Faz. Arco Íris (IBAMA)	45	Portaria IBAMA 103/94	Silva Jardim
RPPN Sítio Cachoeira Grande (IBAMA)	14	Portaria IBAMA 171/97	Silva Jardim
RPPN Sítio Santa Fé (IBAMA)	14	Portaria IBAMA 110/96	Silva Jardim
RPPN Granja Redenção (IBAMA)	33	Portaria IBAMA 72/96	Silva Jardim
RPPN Mato Grosso (IBAMA)	26,11	Portaria IBAMA 25/00-N	Squarema

Denominação / Subordinação	Área (ha)	Atos Legais	Município
RPPN Búzios Mega Resort (IBAMA)	-	-	Armação dos Búzios
Reserva Tauá	-	-	Armação dos Búzios
Parque da Preguiça	14	-	Cabo Frio

FONTE: CILSJ, 2003

A MRA-5 está formada pela Bacia do Rio Macaé, Lagoa Feia e Zona Costeira adjacente. Possui o nome abreviado “**Macaé-Lagoa Feia**”. Seu Setor Terrestre está constituído pela Bacia do Rio Macaé e pelas lagoas de Imboassica, Feia e diversas bacias menores situadas até o limite da MRA-6.

Os seguintes municípios possuem seu território integralmente situado na Macrorregião ambiental MRA-5: Macaé, Carapebus, Quissamã e Conceição de Macabu. Por outro lado, os municípios de Casimiro de Abreu, Nova Friburgo, Rio das Ostras, Campos dos Goytacazes, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e São João da Barra possuem seu território parcialmente situado nesta macrorregião, que tem um total de 11 municípios.

As Unidades de Conservação abrangidas total ou parcialmente pela MRA-5 estão listadas no QUADRO 1.31. Pode-se observar que, algumas UCs têm parte do seu território localizado na MRA-4 e parte na MRA-5.

QUADRO 1.31 – Unidades de Conservação localizadas na Macrorregião Ambiental MRA-5

Denominação / Subordinação	Área (Ha)	Atos Legais	Município (S)
P.N. da Restinga de Jurubatiba (IBAMA)	14.860	Decreto federal s/n, em 29.04.98	Quissamã, Carapebus e Macaé
RB União (IBAMA)	3.200	Decreto federal de 19.04.98	Rio das Ostras e Casimiro de Abreu
APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado (IBAMA)	150.700	Decreto federal, de 27.06.02	Abrange parcialmente os municípios de Cachoeiras de Macacu (nascente), Rio Bonito, Casimiro de Abreu (foz), Araruama, Cabo Frio e Rio das Ostras, e engloba integralmente o município de Silva Jardim.
P.E. do Desengano (IEF)	22.400	Decreto-lei 250, de 13.04.70	Campos, São Fidélis e Santa Maria Madalena
P.E. Três Picos (IEF)	46.350	Dec. Est. N° 31.343/ 02	Teresópolis, Nova Friburgo, Guapimirim, Silva Jardim e Cachoeiras de Macacu
APA do Arquipélago de Sant' ana (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Macaé)	-	Lei Municipal N° 1.126, de 15.12.89	Macaé
R.Ec. de Macaé de Cima (Prefeitura de Nova Friburgo)	7.200	Lei 1.556, de 17.10.90	Nova Friburgo
ARIE de Itabepussus (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio das Ostras)	986,76	Dec. Municipal N° 038/02	Rio das Ostras
Monumento Natural dos Costões Rochosos (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio das Ostras)	44,10	Decreto 028/00	Rio das Ostras
Área de Preservação Permanente do Manguezal do Foz do Rio das Ostras (Prefeitura, IBAMA e IEF)	-	-	Rio das Ostras
Área de Proteção Ambiental da Lagoa do Iriry (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio das Ostras)	8.498,73	Dec. Municipal n.º 028, de 27 de julho de 2000, regulamentado pela Lei Municipal n.º 740 / 2003	Rio das Ostras
RPPN Sítio Changrilá	43	Portaria IBAMA 156/98	Macaé

RPPN Santuário de Vida Silvestre da Forquilha	81,6		Campos
RPPN Fazenda Bom Retiro (IBAMA)	472	Portaria IBAMA 04/98	Casimiro de Abreu
RPPN Fazenda Córrego da Luz (IBAMA)	20	Portaria IBAMA 16/93	Casimiro de Abreu

FONTE: MRA-5, 2003; CILSJ, 2003

✓ **APA da Bacia do Rio São João/ Mico-leão-dourado**

As experiências de planejamento ambiental regional em andamento incluem as Áreas de Proteção Ambiental, que, desde sua criação, enfrentam sérios problemas de implantação e consolidação. Na Mata Atlântica, cerca de 70% das APAs não possuem plano de gestão e definição de seu zoneamento (CI et al., 2000), e poucas possuem um Conselho Gestor. Para garantir a conservação da biodiversidade em escala regional, que abrange áreas predominantemente de domínio privado, é necessário estabelecer um compromisso entre os diversos setores, grupos e indivíduos envolvidos.

Seguindo estes princípios, foi criada a APA da Bacia do Rio São João, mediante o Decreto Federal s/nº, em 27 de junho de 2002, como resultado de esforços conjuntos de segmentos da sociedade, com o apoio dos municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio São João, dos órgãos ambientais, da comunidade científica, de organizações não-governamentais e de membros da sociedade civil.

Esta Área de Proteção Ambiental está localizada na região Centro-leste do Estado do Rio de Janeiro e possui uma área total aproximada de 150.700,00 hectares, cobrindo quase toda a área do Rio São João, abrangendo parcialmente os municípios de Cachoeiras de Macacu (nascente), Rio Bonito, Casimiro de Abreu (fz), Araruama, Cabo Frio e Rio das Ostras e engloba integralmente o município de Silva Jardim.

Foi criada para cumprir os objetivos de proteger e conservar os mananciais hídricos, regulando o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, visando garantir o uso racional dos recursos naturais e proteger os remanescentes de floresta atlântica e o patrimônio ambiental e cultural da região.

Foram excluídos dos limites da APA as áreas urbanas, a região sul formada por solos degradados ou com intensa atividade pecuária. Também foram excluídas as Unidades de Conservação – Reserva Biológica de Poço das Antas e União. Entretanto, abrangeu as áreas do entorno da RB União, bem como áreas de preservação permanente ao longo dos rios.

A FIGURA 1.12 apresenta a localização e a área da APA da Bacia do Rio São João (IBAMA, 2002), incluindo-se a da Reserva Biológica de Poço das Antas.

FIGURA 1.12 – Localização da APA da Bacia do Rio São João

Outras iniciativas de planejamento integrado em andamento

Encontra-se em fase de elaboração o Projeto “Gerenciamento Integrado de Agroecossistemas no Norte/Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro”, que é uma iniciativa da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, em parceria com a Superintendência de Microbacias Hidrográficas, da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior do Rio de Janeiro (SEAAPI). A abordagem do Projeto é o gerenciamento integrado de ecossistemas, conservação da biodiversidade, mitigação das mudanças climáticas e, aspectos vinculados ao manejo e recuperação de áreas degradadas no norte e nordeste do estado do Rio de Janeiro.

Outra iniciativa de gestão integrada, neste caso, de Unidades de Conservação no Estado, está sendo tomada com a implementação do Programa de Consolidação da Estação Ecológica Estadual do Paraíso e do Centro de Primatologia do Rio Janeiro, através da FEEMA e da Associação Mico-Leão-Dourado, com apoio do *Conservation International* e recursos de medidas compensatórias da Usina Termoeletrica Norte Fluminense. O objetivo principal é promover a integração destas áreas com outras Unidades de Conservação existentes na região como o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Estadual dos Três Picos e Áreas de Proteção Ambiental de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu, formando um mosaico de Unidades de Conservação que protegem a Mata Atlântica (CI, 2003).

✓ Iniciativas para a implantação de corredores ecológicos e mosaicos de Unidades de Conservação

Os Corredores Ecológicos (CE) apareceram na legislação brasileira com o Decreto nº 750/93, que, em seu art. 7, proíbe a exploração de vegetação que tenha a função de proteger espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção, que forme corredores entre remanescentes de vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração, ou ainda que tenha a função de proteger o entorno de Unidades de Conservação, bem como a utilização das áreas de preservação permanente, de que tratam os artigos 2 e 3 da Lei 4.471, de 15 de setembro de 1965. Essa Lei já tratava do conceito de corredores, quando declarou protegidas as faixas marginais situadas ao longo dos rios ou qualquer curso d’água (VIO, 2001).

A Resolução CONAMA nº 10, de 1 de outubro de 1993, que estabeleceu parâmetros básicos para a análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica, também trouxe algumas definições, entre as quais a de corredores entre remanescentes e suas funções de hábitat e de área de trânsito para a fauna silvestre.

Visando regulamentar o Art. 7 do Decreto no 750/93, foi publicada a Resolução Conama nº 9, que definiu, em seu art. 1, o conceito de corredor entre remanescentes como: “*faixa de cobertura vegetal existente entre remanescentes de vegetação primária em estágio médio e avançado de regeneração, capaz de propiciar hábitat ou servir de área de transição para a fauna residente nos remanescentes*”.

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, define os CEs como “*porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando Unidades de Conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais*” (ROCCO, 2002).

O projeto Corredores Ecológicos, bem como outros iniciados no país, oferece uma oportunidade de se aplicar conceitos mais modernos e abrangentes na planificação regional da Mata Atlântica e torna-se instrumento de extrema importância para a gestão integrada da

paisagem, principalmente quando estão associados a outras estratégias de conservação, como o manejo integrado de bacias hidrográficas, por exemplo.

Projeto Corredores Ecológicos do Brasil

No âmbito do Projeto Parques e Reservas, foram definidos sete corredores considerados prioritários nas regiões de florestas da Amazônia e na Mata Atlântica. Foram eles: 1) Corredor Central da Amazônia; 2) Corredor Norte da Amazônia; 3) Corredor Oeste da Amazônia; 4) Corredor Sul da Amazônia; 5) Corredor dos Ecótonos Sul-Amazônicos; 6) Corredor Central da Mata Atlântica; 7) Corredor da Serra do Mar. Esses corredores ecológicos estão apresentados na FIGURA 1.13.

Este projeto integra o PPG-7, como parte do Subprograma de Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais. Ele propõe uma nova abordagem para a conservação da biodiversidade e seu enfoque é uma escala maior, desenvolvendo estratégias conjuntas para as Unidades de Conservação e para os espaços não estritamente protegidos, visando incrementar a área disponível para a conservação, por meio da integração de Unidades de Conservação públicas e privadas. Estes corredores incluem áreas de biodiversidade excepcional e englobam muitas das áreas protegidas existentes, incluindo Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, reservas particulares e terras indígenas.

O objetivo geral do projeto é contribuir para uma efetiva conservação da diversidade biológica do Brasil, adotando técnicas da biologia da conservação e estratégias de planejamento e gestão socio-ambiental de forma compartilhada. O IBAMA é o executor do projeto junto com os governos estaduais e municipais, além de ONGs.

Segundo o projeto, corredores são definidos como grandes áreas que contêm ecossistemas florestais biologicamente prioritários e viáveis para a conservação da diversidade biológica da Amazônia e da Mata Atlântica, compostos por um conjunto de Unidades de Conservação, Terras Indígenas e áreas de interstício, de modo a prevenir ou reduzir a fragmentação das florestas existentes e permitir a conectividade entre áreas protegidas (MMA, 2000).

Para identificar e selecionar os corredores, foram utilizados critérios biológicos, tais como riqueza de espécies; diversidade de comunidades e ecossistemas; grau de conectividade; integridade e riqueza de espécies endêmicas. Também foram utilizados critérios não biológicos, com o auxílio de um mapeamento das Unidades de Conservação e das terras indígenas e do estudo de viabilidade institucional para a implementação dos corredores.

No Bioma Mata Atlântica, foram identificados dois corredores, o Corredor Central da Mata Atlântica, conhecido como “Corredor do Descobrimento” (compreende o sul da Bahia e as regiões norte e centro-serrana do Espírito Santo) e o Corredor da Serra do Mar ou Corredor Sul da Mata Atlântica. O primeiro tem sido, prioritariamente, alvo de ações do projeto, devido, principalmente, ao seu alto grau de ameaça (grau de vulnerabilidade e fragmentação) e elevado nível de biodiversidade, e também devido à complexidade de sua implementação.

Já o Corredor da Serra do Mar, que abrange o centro e sul do Rio de Janeiro, nordeste de São Paulo e sul de Minas Gerais, e que inclui 27 Unidades de Conservação, corresponde à região de abrangência de um programa recém-criado por meio da parceria entre a Associação Mico-Leão-Dourado e o Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos, que consiste no fortalecimento institucional do terceiro setor que atua no Corredor da Serra do Mar, visando consolidar a sua atuação na proteção, manejo e restauração de habitats, contribuindo para a conservação da biodiversidade. Este fundo é fruto de uma aliança entre o Banco Mundial, o GEF, a CI e a Fundação MacArthur.

FIGURA 1.13 – Corredores Ecológicos propostos no Brasil

Projeto “Cordão de Mata”: Um Corredor de Biodiversidade para o Estado do Rio de Janeiro

A Região Serrana e a Norte Fluminense possuem os remanescentes mais significativos da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente na área que se estende da Reserva Biológica do Tinguá ao sul até o norte do Parque Estadual do Desengano.

Criado pelo Pró-Natura, o Projeto Cordão de Mata visa congregiar esforços para recuperar áreas degradadas em terras privadas, localizadas entre fragmentos de florestas, no entorno das maiores Unidades de Conservação do Estado, particularmente o Parque Estadual do Desengano, contribuindo para a conservação e o uso sustentável do bioma. O projeto prevê a instalação de unidades demonstrativas, de viveiros, a construção de centros de treinamento nas comunidades locais e a distribuição de mudas de espécies nativas para os proprietários, visando promover o reflorestamento destas áreas e a proteção dos mananciais.

Este projeto é desenvolvido em parceria com diversas entidades (Associação do Patrimônio Natural, Instituto Estadual de Florestas, Universidade Estadual Norte Fluminense, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Fundação Pró-Labor, SEBRAE, Escola Técnica Agrícola, prefeituras e ONGs locais, além dos proprietários de terras. Ainda, conta com o apoio da Fundação Ford e Summit Foundation (PRO-NATURA, 2002).

Parque Estadual Três Picos: estratégia de conservação do cinturão central da Mata Atlântica no Estado

A Fundação Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro vem consolidando uma política de fortalecimento e criação de novas Unidades de Conservação florestal. Esta política incentivou e viabilizou a criação da maior Unidade de Conservação do Rio de Janeiro, o Parque Estadual dos Três Picos, administrado pelo IEF.

Este Parque Estadual, criado em 2002, abrange uma área de 46.350 hectares (463 km²), dos quais 3.500 hectares abrangidos pelo Parque estão situados na Bacia do Rio São João, em Silva Jardim (CILSJ, 2002). Possui este nome devido aos Três Picos de Friburgo, com cerca de 2.350 metros de altitude, sendo o ponto culminante da Serra do Mar.

Está situado nos Municípios de Teresópolis, Nova Friburgo, Guapimirim, Silva Jardim e Cachoeiras de Macacu, sendo que neste encontra-se 2/3 de sua área total.

Possuindo altos índices de biodiversidade, com presença de espécies ameaçadas, o parque forma um contínuo com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e com a Estação Ecológica do Paraíso, em Guapimirim.

Segundo o disposto no Decreto Estadual, o Parque foi criado com os seguintes objetivos:

- I. assegurar a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica da porção fluminense da Serra do Mar, bem como recuperar as áreas degradadas ali existentes;
- II. preservar espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção ou insuficientemente conhecidas da fauna e da flora nativas;
- III. integrar o corredor ecológico central da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro;
- IV. assegurar a manutenção das nascentes e dos corpos hídricos que abastecem as cidades circunvizinhas;
- V. estimular as atividades de recreação, educação ambiental e pesquisa científica, quando compatíveis com os demais objetivos do Parque.

O mapa de localização do PE dos Três Picos está ilustrado na FIGURA 1.14.

FIGURA 1.14 – Mapa de localização do Parque Estadual dos Três Picos

Projetos e Iniciativas de Formação de Corredores na Região de Ocorrência do Mico-leão-dourado

O Workshop “Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos”, realizado em Atibaia (SP), em agosto de 1999, indicou a Reserva Biológica de Poço das Antas entre as 80 áreas prioritárias para ações em UCs. Definiram-se quatro categorias de ação, das quais a RB Poço das Antas enquadrou-se dentro das propostas para o estabelecimento de corredores ecológicos e manejo das áreas entre as UCs (Cl et al., 2000).

A Reserva Biológica de Poço das Antas sofre com os efeitos do processo de fragmentação que se agravou com as intervenções de engenharia na bacia do Rio São João, iniciadas na década de 70. Algumas espécies, dentre elas, espécies de pequenos mamíferos, desapareceram com o isolamento, e pode ter ocorrido um aumento na densidade de populações tolerantes às alterações presentes no entorno.

A principal ameaça à sobrevivência do Mico-leão-dourado é a perda ou redução do seu habitat, que caracteriza-se por florestas localizadas em baixas altitudes, com tamanho suficiente para abrigar grupos que não estejam isolados, de maneira que possam deslocar-se de uma área para outra.

Além da Reserva Biológica de Poço das Antas e da Reserva Biológica União, os micos-leões-dourados vivem em florestas localizadas em propriedades particulares, onde foram reintroduzidos e onde são monitorados periodicamente. Atualmente, a área disponível é de aproximadamente 16.600 hectares, e a maioria dessas florestas encontra-se isolada. Entretanto, para salvar a espécie, são necessários aproximadamente 25.000 hectares de florestas.

Para restaurar a paisagem, e, conseqüentemente, o habitat do Mico-leão-dourado, a AMLD implantou, em 1996, um Programa que contempla a plantação de mudas visando a formação de corredores, em parceria com os proprietários rurais do entorno. Várias reservas estão aderindo a este programa.

Programa da Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD), de Desenvolvimento Agroflorestal Piloto, na Região de Ocorrência do Mico-leão-dourado

Este Programa recebeu apoio das seguintes instituições: IBAMA, EMATER-Rio, Prefeituras de Silva Jardim e Casimiro de Abreu, Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Comunidade Européia, Governo da Alemanha Fundo Mundial para a Natureza.

Seus objetivos principais eram promover a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e assegurar o estabelecimento de uma população viável de micos-leões-dourados.

No âmbito desse projeto, os corredores florestais definiram-se como “áreas plantadas com florestas nativas, cuja largura depende da distância entre os fragmentos isolados que se pretende conectar”.

Inicialmente, foram implantados seis corredores florestais experimentais dentro da RB, a fim de pôr em teste duas formas (retangular e quadrada), como mostra o QUADRO 1.32. As espécies usadas foram selecionadas entre pioneiras e não-pioneiras nativas da Mata Atlântica. Dentre as espécies nativas da Mata Atlântica de baixada empregadas, encontram-se a Marica, *Acacia polyphylla*; Sapucaia, *Lecythis lanceolata*; Guanandi, *Calophyllum* sp.; Canela, *Nectandra oppositifolia*; Copaíba, *Copaifera langsdorffii*; Aroeira, *Schinus terebinthifolius*, entre muitas outras. A largura dos corredores plantados era de cerca de 30 m e o comprimento variou entre 130 e 150m, com uma largura média de 140m. As ilhas são 60 x 60m.

Posteriormente, promoveu-se a formação de corredores florestais através da conexão com as fazendas da região, conforme apresentado no QUADRO 1.33, em parceria com seus proprietários. Nestas fazendas foram executados replantios de espécies nativas de Mata Atlântica, incluindo árvores frutíferas para atrair os micos. Além das espécies nativas, também foram utilizadas espécies para a produção de grãos, frutos e madeira, tais como feijão guandu, maracujá, banana, eucalipto e sansão do campo. Priorizaram-se as propriedades localizadas na área de ocorrência do mico-leão-dourado, em especial as que participam do projeto de reintrodução da espécie. Utilizaram-se alguns critérios específicos para o planejamento destes corredores, foram o tamanho e a forma do fragmento, tipo de uso do solo ao redor e o estado de conservação destes fragmentos, entre outros. Pelo menos três fazendas participaram do projeto: a Vale do Cedro, Santa Helena e Maratuã.

QUADRO 1.32 – Localização, área e número dos corredores e ilhas de florestas implantados na RB Poço das Antas

Local	Área	Ano início	Formato (n)
RB Poço das Antas	4.500 m ²	1996	corredor (1)
RB Poço das Antas	4.500 m ²	1996	corredor (2)
RB Poço das Antas	4.500 m ²	1996	corredor (3)
RB Poço das Antas	3.600 m ²	1996	ilha (1)
RB Poço das Antas	3.600 m ²	1996	ilha (2)
RB Poço das Antas	3.600 m ²	1996	ilha (3)
Subtotal	24.300 m² ou 2,43 ha		

FONTE: AMLD, 2002

QUADRO 1.33 – Localização dos corredores e ilhas de florestas implantados em fazendas do entorno da RB Poço das Antas

Local	Área	Ano início	Distrito (município)
Fazenda Vale do Cedro	7.500 m ²	1997	Maratuã (Silva Jardim)
Fazenda Santa Helena	7.500 m ²	1997	Maratuã (Silva Jardim)
Fazenda Casarão da Afetiva	1.750 m ²	1997	Imbaú (Silva Jardim)
Fazenda Rio Preto	2.875 m ²	2001	Peclas (Silva Jardim)
Subtotal	19.625 m² ou 1,96 ha		03 localidades
Total	43.925 m² ou 4,39 ha		

FONTE: AMLD, 2002

Projeto “Corredores Florestais - Novos Caminhos para o Mico-leão-dourado”

Este projeto foi lançado em 2001, com a Campanha "Mico 1000", objetivando a arrecadação de fundos, e tem contado com o apoio do WWF e da Aracruz Celulose S.A., que está doando 50 mil mudas de espécies nativas com o objetivo de implantar corredores ecológicos para o Mico-leão-dourado (WWF, 2003).

Sua meta é implementar 14 corredores florestais, que totalizam cerca de 200.000 m (20 ha), interligando 13 ilhas de florestas que abrigam grupos de micos reintroduzidos. Estes corredores florestais atravessarão, no sentido nordeste/sudoeste, o Município de Silva Jardim, ligando a RB Poço das Antas à Fazenda Rio Vermelho, estendendo-se por mais de 20km no Município de Rio Bonito. Estas são as duas maiores áreas de florestas disponíveis para a espécie, que ainda existem abaixo da Rodovia BR-101, na região (AMLD, 2001).

Com o estabelecimento destes corredores florestais, incorporar-se-ão e disponibilizar-se-ão mais 3.500 hectares de florestas para a fauna local.

A parceria entre a AMLD e os proprietários das fazendas estabelece que, estes, devem ceder as áreas para a implantação dos corredores, e, de preferência, devem isolá-las, caso sejam rodeadas por pastos. Além disso, devem disponibilizar mão-de-obra suficiente para o plantio e a manutenção dos mesmos. Em contrapartida, a AMLD pode oferecer a essas propriedades: apoio para a recuperação de áreas de florestas e a regularização das áreas de preservação permanente e de Reserva Legal, nas propriedades, em cumprimento ao

Código Florestal; apoio para criação de RPPNs, como elaboração de planta de situação e localização da propriedade e a realização de seminários sobre Sistemas Agroflorestais e de técnicas de melhorias na produção de pastagens.

Criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural

A criação de Unidades de Conservação, particulares ou públicas, no âmbito federal, estadual ou municipal, favorecem a estratégia de formação desses corredores. Em 2001, por exemplo, criou-se o Parque da Preguiça, com uma área aproximada de 1,3 milhão de metros quadrados, no Distrito de Tamoios em Cabo Frio. O objetivo desta iniciativa é incorporar o Parque à Reserva de Poço das Antas, em um corredor ecológico. Este Parque fica há cerca de dois quilômetros de distância do Rio São João.

Programa da AMLD de Incentivo à Criação de RPPNs nas regiões de ocorrência do Mico-leão-dourado

A Associação Mico-Leão-Dourado oferece apoio técnico e financeiro, como parte de um programa mais amplo de educação ambiental. O proprietário interessado deve entrar em contato com os técnicos responsáveis pelo Programa RPPN/Educação Ambiental. Este programa, desde 1994, tem contribuído para manter o Estado do Rio de Janeiro em 4º lugar no ranking nacional de RPPNs.

Desde o advento da RPPN, a AMLD apoia proprietários rurais conservacionistas, incentivando a criação desse tipo de reserva em suas propriedades e colaborando para que as áreas de florestas que estão sob seus domínios sejam efetivamente protegidas por lei e para a posteridade.

Com o uso de sistemas de informações geográficas, são elaboradas plantas das propriedades e das áreas de florestas de interesse - um dos documentos necessários para se criar RPPN junto ao órgão responsável, o IBAMA.

Para apoiar a criação de RPPNs, a AMLD considera que a propriedade interessada deve cumprir com os seguintes critérios:

- Estar inserida na área de ocorrência do mico-leão-dourado;
- Ter conexão (ou possibilidade de) com outras áreas de florestas;
- Localizar-se na área utilizada para a reintrodução de micos-leões nascidos em cativeiros, ou próximo dela;
- Ter área total do remanescente florestal significativa;
- Ser área protetora de recursos hídricos.

Como parte da estratégia deste Programa, a AMLD busca a conquista de potenciais donos de RPPNs e desenvolve parcerias com o IBAMA, o WWF-Brasil, a APN (que congrega os proprietários de RPPNs do Estado do Rio de Janeiro) e a Prefeitura de Silva Jardim.

Ainda, a AMLD vem produzindo, através de seu laboratório de geoprocessamento, a planta georreferenciada da situação e de localização das propriedades interessadas, com o propósito de agilizar a preparação da documentação exigida pelo processo de criação de uma reserva particular junto ao IBAMA. Ainda, viabiliza o mapeamento da área total da propriedade e das vias de acesso, com o GPS, com recursos da própria AMLD.

A AMLD incentiva o desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis nas propriedades particulares, entre as quais destacam-se a recuperação de áreas degradadas,

ecoturismo, a adoção de práticas agroflorestais e a reintrodução de micos nascidos em cativeiro.

O QUADRO 1.34 apresenta as RPPNs criadas, até novembro de 2002, na região de ocorrência do mico-leão-dourado, abrangendo uma área de aproximadamente 1.674,27 hectares, considerando as reservas localizadas nos quatro municípios. O QUADRO 1.35 mostra a relação das RPPNs que se encontram em processo de criação que, juntas, totalizam uma área de aproximadamente 1.465,67 hectares.

QUADRO 1.34 – Reservas Particulares do Patrimônio Natural, criadas na região de ocorrência do mico-leão-dourado, até novembro de 2002

Propriedade	Município	Área (ha)	Portaria	Proprietário
Faz. Bom Retiro	Casimiro de Abreu	494,30	04/93	Nelson Senna Cardoso
Faz. Córrego da Luz	Casimiro de Abreu	20,00	16/93	Rubens R. da Silva
Fazenda Arco-Íris	Silva Jardim	45,86	103/94	Jacob Reiffman
Granja Redenção	Silva Jardim	33,80	72/96	Angelina Soledade
Sítio Santa Fé	Silva Jardim	14,31	110/96	Deise Moreira Paulo
Sto. Cachoeira Grande	Silva Jardim	14,00	171/97	Deise Moreira Paulo
Faz. Barra do Sana Macaé	Barra do Sana Macaé	162,40	65/99-N	Gildo Schuller
Reserva Mato Grosso	Saquarema	26,11	25/00	Ney Matogrosso
Fazenda União	Silva Jardim	365,20	68/00	Ruy Caldas Brandão
Fazenda Gaviões	Silva Jardim	117,39	69/01	Sérgio J. Flasksman
Floresta Alta	Silva Jardim	380,90	153/01	Lauro Pereira Vieira
Total	4 municípios	1.674,27		

FONTE: AMLD, 2003; FERNANDES et al. 2000

QUADRO 1.35 – Futuras RPPNs da área de ocorrência do mico-leão-dourado, que estão em processo de criação em trâmite junto ao IBAMA

Propriedade (ha)	Município	Área	Proprietário(a)
Fazendas Reunidas	Casimiro de Abreu	194,00	João Lopes Ferreira Jr.
Fazenda Carioca	Casimiro de Abreu	508,00	Ricardo Backheuser
Agropecuária Ventania	Casimiro de Abreu	138,27	Luiz Adilson Bon
Fazenda Gaia	Bom Jardim	205,00	ONG Planeta Vivo
Sítio Cisne Branco	Silva Jardim	5,70	Mariano Valvieste
Sítio Águas Vertentes	Silva Jardim	11,50	Paulo Evódio Guedes
Fazenda Acaraúba	Silva Jardim	168,00	Eduardo Castilho
Fazenda Boa Esperança	Silva Jardim	77,88	Norton Barbosa Rodrigues
Fazenda Matumbo	Casimiro de Abreu	31,00	Denise Spiller e Lúcia Lopes
Fazenda Iguape	Silva Jardim	48,00	Kátia Gilda de Azevedo Pinto
Fazenda Taquaral	Silva Jardim	36,00	Mário Carvalho da Fonseca
Fazenda Shangri-la	Silva Jardim	108,00	Fábio Marcílio Pinto
Total		1.465,67	

FONTE: AMLD, 2003

O total de RPPNs da Região da RB pode ser observado na FIGURA 1.8 deste documento. Além da Associação Mico-Leão-Dourado, outras organizações e/ou instituições prestam algum tipo de apoio à criação das RPPNs, sendo que no Estado do Rio de Janeiro, destacam-se as seguintes:

✓ **Associação do Patrimônio Natural**

A APN, criada em 1997, está coordenando um projeto de mobilização e capacitação de proprietários de RPPNs do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Além disso, tem incentivado, junto com a AMLD e a Pró-Natura, a criação de novas RPPNs, sobretudo em Silva Jardim e no Norte Fluminense. Em 1997, havia 12 RPPNs no Estado do Rio de Janeiro (800 hectares). Em 2001, este número subiu para 33 (5.000 hectares), e no ano 2002, estavam em andamento 12 processos de criação, que somarão pelo menos 3.000 hectares.

✓ Instituto Pró-Natura

Construiu viveiros com capacidade de produzir 150 mil mudas/ano para serem empregadas na recuperação e no reflorestamento de áreas degradadas. Esta entidade, através do Projeto Cordão de Mata, em convênio com a Associação do Patrimônio Natural, vem incentivando a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no entorno do Parque Estadual do Desengano. O Instituto oferece assistência técnica aos proprietários que devem arcar com os custos de mão de obra e manutenção.

✓ Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

A FEEMA oferece apoio técnico para o desenvolvimento de pesquisas com recursos biológicos da Reserva. O proprietário deve entrar em contato com a Divisão de Estudos Ambientais da instituição ou encaminhar solicitação de apoio à presidência da FEEMA, acompanhada de descrição do tipo predominante de ecossistema da reserva, localização em mapa e de outras informações que forem julgadas relevantes.

✓ Fundação Instituto Estadual de Florestas

O IEF/RJ oferece apoio técnico para a elaboração de planos de manejo ou de utilização da reserva; nas atividades de educação ambiental realizadas na área e em atividades de fiscalização. O proprietário deve entrar em contato com a Diretoria de Fiscalização, para solicitar apoio na fiscalização.

✓ Rede Nacional Contra o Tráfico de Animais Silvestres

O RENTAS oferece apoio às RPPNs que apresentem problemas com caça e tráfico de animais. O proprietário deve entrar em contato com a instituição diretamente.

✓ Aliança para a Conservação da Mata Atlântica

Mais recentemente, foi lançado, em fevereiro de 2003, na Escola de Botânica Tropical do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o “**Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica**”, com o apoio da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica - formada pela Conservation International do Brasil, pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Critical Ecosystem Partnership Fund.

Seu objetivo é contribuir para a conservação *in situ* da biodiversidade da Mata Atlântica, através do fortalecimento das RPPNs presentes nos Corredores de Biodiversidade Central (região que abrange o sul da Bahia e o centro-norte do Espírito Santo, com 8,6 milhões de hectares) e da Serra do Mar (formado pelo Rio de Janeiro, nordeste de São Paulo e pela Serra da Mantiqueira, com 7,5 milhões de hectares).

Os objetivos específicos do Programa são os seguintes:

- ◆ contribuir para o aumento da área protegida da Mata Atlântica;
- ◆ contribuir para a consolidação dos corredores de biodiversidade;
- ◆ apoiar iniciativas que criem condições de sustentabilidade para a manutenção das atividades de implantação das RPPNs

A primeira fase da iniciativa terá duração de três anos e serão oferecidos dois tipos de apoio, que serão divulgados em editais lançados anualmente pela Aliança. O primeiro tipo consiste no incentivo a projetos de sustentabilidade, que deverão ser apresentados pelos proprietários e prever atividades de planejamento, infra-estrutura, pesquisas científicas e elaboração de material promocional. O tipo 2 apóia iniciativas de ONGs, associações ou dos

proprietários, visando a criação de novas RPPNs nos corredores de biodiversidade. As propostas de projetos poderão ser apresentadas por proprietários de RPPNs, associações de proprietários e organizações não governamentais. Cabe ressaltar que o Programa também oferece apoio às RPPNs já existentes.

1.4.2. – Implicações Institucionais

A inserção da RB, na Região formada pelos Municípios de Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Araruama tem implicações para a sua própria gestão e manejo, bem como para a gestão de instituições estaduais e para a implementação de iniciativas governamentais do Estado do Rio de Janeiro na região, sendo fundamental examinar a situação atual dessas relações para indentificar as reais possibilidades de cooperação e integração destas com a RB Poço das Antas.

Existem vários programas e/ou projetos federais localizados no Estado do Rio de Janeiro que estão previstos ou em fase de implantação e/ou licenciamento, e que poderão ter interações institucionais com a RB.

Um dos principais projetos é o de duplicação da Rodovia BR-101, que faz limite ao norte com a RB. A realização desta obra, de responsabilidade do DNIT, implicará em medida compensatória para a RB. Outro exemplo é a construção, pela Petrobrás, de um oleoduto, o OSDUC III, que será instalado na mesma faixa do OSDUC II, sem alargamento desta. Como poderá ser observado no Encarte 2 – “Análise Regional”, a Petrobrás já vem apoiando diversas iniciativas e projetos na Região, constituindo-se num dos principais parceiros da RB, através do incentivo à pesquisa científica, monitoramento e educação ambiental.

No Encarte 4, de Planejamento, encontram-se todas as ações de integração externa e de apoio às alternativas de desenvolvimento sustentável, que foram consideradas fundamentais para aumentar a integração da RB com seu entorno, proporcionando maior articulação entre as ações voltadas para a conservação e desenvolvimento.

Uma das medidas mais importantes para que a RB esteja efetivamente integrada com as instituições estaduais e iniciativas federais é a mobilização do seu Conselho Consultivo, aumentando sua participação no processo de tomada de decisões que tenham implicações para a RB. Com o funcionamento do Conselho, espera-se haver maior articulação do Plano de Manejo da RB com as políticas, programas e planos que possam afetá-la. Os Planos Diretores dos municípios inseridos na Região da RB devem estar integrados com as normas e restrições estabelecidas para a sua Zona de Amortecimento.

Outra importante medida é o estabelecimento de parcerias formais e a legalização daquelas já existentes com a RB, para apoio à ações de educação ambiental, fiscalização, extensão rural, reforço de pessoal, entre outras. A parceria com o Consórcio Intermunicipal Lagos São João, que compõe o Conselho Consultivo da RB, é uma das que podem trazer reais possibilidades de cooperação e integração com a mesma. Da mesma forma, o estabelecimento de Termo de Cooperação Técnica com os órgãos do governo do Estado e com as prefeituras municipais da Região da RB é muito relevante.

A RB também deve acompanhar o cumprimento de medidas mitigadoras constantes nas licenças de implantação e operação de empreendimentos na sua Zona de Amortecimento, bem como acompanhar a aplicação de recursos oriundos de medidas compensatórias destinados à RB.

Cabe destacar aqui a iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro na busca de parcerias com a União e a iniciativa privada para a aplicação de recursos oriundos de medidas compensatórias para programas de recuperação ambiental resultantes de acordos entre a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR), que vem

beneficiando diversas UCs federais e estaduais localizadas no Estado, dentre as quais a RB União, localizada na Região da RB Poço das Antas.

Outra medida de extrema importância para a integração da RB é a implementação e a divulgação de um Programa de Educação Ambiental abrangente, bem como a divulgação de informações sobre a UC e sobre o seu Plano de Manejo.

1.4.3. – Potencialidades de Cooperação

O maior desafio de uma estratégia de conservação *in situ* da biodiversidade, como um Sistema de Unidades de Conservação com suas Unidades de Proteção Integral e Uso Sustentável, é conciliar os diversos interesses que existem no contexto de sua existência. Além de conhecer e conciliar interesses dos atores envolvidos, é fundamental que se consiga incorporar a conservação e a recuperação da biodiversidade na concepção, gestão e implementação das políticas públicas setoriais e regionais, que influenciam a conservação da Mata Atlântica. Estes setores incluem, entre outros, o transporte, energia, agricultura, reforma agrária, turismo, indústria, expansão urbana, bem como os programas governamentais que podem gerar impactos positivos ou negativos sobre o bioma e os espaços protegidos.

A Portaria 103, de 6 de agosto de 2002 criou o Conselho Consultivo da RB Poço das Antas, considerando o disposto no Art. 29 da Lei 9.985/00, que determina que cada Unidade de Proteção Integral deve dispor de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração, com a finalidade de contribuir com ações que serão estabelecidas em seu regimento interno.

O Conselho Consultivo da RB Poço das Antas é constituído por 17 membros, entre os quais se encontram representantes dos órgãos públicos (Prefeituras de Silva Jardim e Casimiro de Abreu, INCRA, 9º Grupamento em Macaé do Corpo de Bombeiros, FEEMA, JBRJ, UFRJ), de organizações da sociedade civil (Consórcio da Bacia do Rio São João, AMLD, Sociedade Ecológica de Aldeia Velha, Associação de Moradores de Assentamento Gleba Aldeia Velha, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Silva Jardim, APN, Grupo de Atividades em Meio Ambiente (GAMA)).

Hoje, a RB recebe o apoio das Prefeituras Municipais da sua Região, de ONGs locais, regionais e internacionais. Está representada, através da Associação-Mico-Leão-Dourado, nos principais conselhos ambientais da região e no Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Através do Programa de Educação Ambiental, vem desenvolvendo atividades e projetos junto à diversas escolas rurais da região, incentivando a participação e estimulando professores e alunos a preservarem o meio ambiente e a implementarem seus projetos na comunidade. Do mesmo modo, estão sendo colhidos frutos da relação entre os extensionistas responsáveis pelo Programa de Extensão Ambiental da AMLD, que vem desenvolvendo atividades voltadas para os assentamentos do INCRA, no entorno da RB.

Participa das ações do Consórcio Ambiental Lagos São João, responsável pela gestão da Bacia do São João, onde está inserida a RB, e com ele vem implementando diversas ações de conservação da biodiversidade, em especial dos recursos hídricos de incentivo à educação.

A Reserva Biológica de Poço das Antas serve de incentivo para a criação de outras Unidades de Conservação, como por exemplo, da Reserva Biológica União, criada em 1998, e da APA da Bacia do Mico-Leão-Dourado, criada em 2002. Mais importante ainda tem sido o movimento de criação na região de um número significativo de RPPNs resultado da abertura e incentivo à participação de todos os atores envolvidos.

ANEXO I – Listagem dos pontos positivos na Unidade de Conservação

Ponto positivo	Locais onde se podem observar	Observações
Centro de visitante ou Centro de vivência	Sede Administrativa da Reserva Biológica de Poço das Antas/IBAMA	O Centro Educativo Ademar F. Coimbra Filho foi inaugurado em 1989. Trata-se do primeiro centro educativo a funcionar dentro de uma Unidade de Conservação desta categoria, no Brasil.
Programa de manejo de espécies silvestres	Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD), na Sede Administrativa da RB/IBAMA	Programa para a Conservação do Mico-leão-dourado (projetos de resgate, translocação, reintrodução e manejo do habitat do mico)
Certificação da UC como área protegida de expressão mundial	Existem inúmeros projetos desenvolvidos em parceria; Existe o Comitê Internacional para o Manejo e Recuperação (IRMC) das espécies de micos-leões;	A RB é reconhecida mundialmente como centro de referência de pesquisa e manejo de primatas. Recebe o apoio de mais de 130 zoológicos de todo o mundo para a reprodução em cativeiro do Mico-leão-dourado
Programa de Educação ambiental	Desenvolvido nas escolas públicas rurais da região e no Centro Educativo Ademar F. Coimbra, localizado na sede administrativa da RB/IBAMA	Desde 1983, a Associação Mico-Leão-Dourado vem realizando, em parceria com o IBAMA, atividades de educação ambiental na RB e na região
Chefia residindo na UC	Não reside	Reside em Casimiro de Abreu
N.º razoável de funcionários	Sede Administrativa da RB/IBAMA	O número é razoável, mas ainda é insuficiente, principalmente para que a fiscalização seja mais efetiva e a proteção da unidade esteja garantida.
N.º razoável de veículos	Garagem da Sede Administrativa da RB/IBAMA	Seis veículos ao todo, sendo, um deles, uma moto
Postos de fiscalização	Limites com a Fazenda Maratuã e Barragem de Juturnaíba	Existem, mas estão desativados. Não são utilizados, devido ao número reduzido de agentes fiscais que devem estar se deslocando para tornar mais efetiva a fiscalização. A fiscalização é móvel, visando dificultar a ação dos infratores

Programa de proteção (fiscalização, prevenção e combate a incêndios)	Sede Administrativa da RB / aceiros / entorno da RB	A fiscalização é umas das atividades mais importantes da RB, juntamente com o trabalho de prevenção e combate a incêndios, executado pelos brigadistas do Prevfogo/ IBAMA
Regularização fundiária efetivada ou em andamento	Toda a RB	Possui 100% da sua área regularizada
Área estratégica para corredor ecológico	RB de Poço das Antas e entorno	Foram implantados corredores no interior da reserva e no entorno, conectando fragmentos localizados em propriedades particulares. Existe um projeto da Associação Mico- Leão-Dourado para conectar a RB Poço das Antas à Fazenda Rio Vermelho, em Rio Bonito.
Nascentes protegidas na UC	Não há	
Vias de circulação	RB	As vias são utilizadas para fiscalização e servem de acesso à barragem, aos pesquisadores e ao pessoal da AMLD. Também existem trilhas, utilizadas, principalmente, por pesquisadores.
Presença de espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção	RB	Várias espécies, dentre as quais se destacam o Mico-leão-dourado, a Preguiça-de-coleira e o Jacaré-do-papo-amarelo
Presença da espécie Bandeira	RB e reservas onde existem micos reintroduzidos	O Mico-leão-dourado tornou-se símbolo da conservação da Mata Atlântica
Remanescente significativo do habitat original do mico-leão-dourado	RB	A RB constitui-se o principal remanescente do habitat original do Mico-leão-dourado
Afastada dos grandes centros populacionais		
Desenvolve trabalhos em parcerias	RB/IBAMA, Associação Mico-Leão-Dourado, Prefeituras locais, Consórcio Intermunicipal Rio São João, WWF, APN, Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro , entre outros	Diversos trabalhos em que a RB ou alguns dos seus atributos são objeto de estudo, são desenvolvidos em parceria com diferentes instituições internacionais ou nacionais

ANEXO II – Listagem dos pontos negativos na Unidade de Conservação

Pontos negativos (impactos)	Locais onde se observaram os impactos	Possíveis atividades que originam os impactos
Erosão	Estrada de acesso ao interior da RB e junto à Represa de Juturnaíba.	Área degradada por pastagens e obras de construção da barragem.
Compactação do solo	Áreas ocupadas por gramíneas de antigas pastagens. Várzea com solo de turfa entre os Rios São João e Aldeia Velha.	Área degradada por pastagens, canalização dos rios e construção da barragem com drenagem da várzea.
Presença de espécies exóticas	Zona de uso especial	Proximidade com a BR-101
Superpopulação de espécies nativas	Não há	
Lixo abandonado na trilha	Não há ocorrência	
Lixo no entorno das lixeiras	Não há ocorrência	
Poeira sobre a vegetação	Estrada de terra que leva à Barragem de Juturnaíba	Tráfego intenso de veículos, principalmente na estrada que leva à Barragem
Poluição sonora	Sede Administrativa da RB/IBAMA	Tráfego de veículos na BR-101
Cursos d'água com barragens	Rio São João (Barragem de Juturnaíba)	A construção da Barragem ocasionou inundação e morte de vegetação à montante da represa e rebaixamento do lençol freático, à jusante da mesma
Mata de galeria ausente	Rios São João e Aldeia Velha, nos trechos em que foram retificados, e nas propriedades do entorno.	Obras de engenharia realizadas sem Estudos de Impacto Ambiental e respectivo PRAD
Assoreamento	Barragem de Juturnaíba e rios canalizados (São João e Aldeia Velha)	Obras de engenharia realizadas sem Estudos de Impacto Ambiental e respectivo PRAD
Danos mecânicos nos leitos dos rios	Rios São João e Aldeia Velha, nos trechos em que foram retificados, e nas propriedades do entorno, com a extração de areia.	Obras de engenharia realizadas sem Estudos de Impacto Ambiental e respectivo PRAD; falta de fiscalização
Danos mecânicos nos recifes de coral	Não há ocorrência	
Descarga de esgoto das embarcações	Não há ocorrência	
Descarga de esgoto de indústrias e domicílios	Não há ocorrência	Esgotamento sanitário insuficiente
Escapamento de petróleo ou gasolina	Não há	Porém, existe o risco, pela presença de dutos e pela presença da estrada de ferro
Vazamento de óleo	Não há	
Perda de solo agrícola à montante da Unidade	Fazenda Rio Preto	Uso de herbicidas e desmatamento com prática de queimadas.

Evidência de cursos d'água contaminados	-	Existem estudos em andamento
Presença de solo orgânico de turfa	Em toda a área de várzea (aprox. 1/3 da RB), no triângulo formado pelos Rios São João e Aldeia Velha e a base da elevação onde se encontra a torre de observação nº 2.	Quando secas, as turfas são altamente inflamáveis, portanto muito suscetíveis a incêndios
Queimada	Em toda a área de várzea (aprox. 1/3 da RB), no triângulo formado pelos Rios São João e Aldeia Velha e a base da elevação onde se encontra a torre de observação nº 2.	Construção da Barragem de Juturnaíba e estabelecimento de assentamentos rurais
Limites naturais que facilitam o acesso ao interior da Reserva	Estrada de Ferro, divisa com o Rio Aldeia Velha, divisa com fazendas e BR-101.	Ocupação do entorno
Incêndios	Área das turfeiras, principalmente	Abaixamento do lençol freático como resultado das obras de retificação, alargamento e aprofundamento do Rio São João, abertura de canais de drenagem e construção da Represa de Juturnaíba
Presença de estrada de ferro	Interior da RB	Existe uma estrada de ferro (EF-103) que corta o interior da UC no sentido sudoeste/nordeste. Esta possui trilhos desgastados e desalinhados. Há risco de derramamento de combustível, seguido de incêndio e, além disso, provoca intenso barulho
Proximidade (limite) com a Rodovia	Quilômetros 211,2 e 216,8	Esta rodovia margeia a reserva por cerca de cinco quilômetros e possui tráfego contínuo e pesado, no sentido sudeste-nordeste
Proximidade com a Barragem de Juturnaíba		Com a sua construção, foram alagadas terras à montante da UC e realizada uma drenagem à jusante
Fragmentação	"Ilhas dos Barbados", próximo à Barragem de Juturnaíba	Formadas por oito pequenos fragmentos sobre morrotes inseridos em uma matriz de vegetação aberta, localizados na extremidade sul da RB. Estes fragmentos foram formados, ou melhor, foram isolados, após as intervenções na bacia do Rio São João que causaram a drenagem da planície alagadiça e a destruição da mata brejosa que existia entre eles.

Desmatamento	Corpos d'água da RB de Poço das Antas e entorno	Expansão agrícola; extração de lenha para alimentar as caldeiras das máquinas da Rede Ferroviária Federal S/A e os fornos das cerâmicas e padarias; incêndios
Existência de áreas degradadas	RB / entorno	Incêndios / pastagens
Existência de sede de ONG dentro da área da RB	Infraestrutura presente dentro da unidade de proteção integral, em que as atividades da ONG se confundem com as do IBAMA	Observação direta no campo
Área insuficiente para abrigar uma população mínima viável de Micos-leões-dourados	RB e fragmentos do entorno	Desmatamento e fragmentação
Sistema de comunicação precário	Sede Administrativa da RB/IBAMA	Funciona através de rádio
Pesca ilegal	Rio São João e Barragem de Juturnaíba	Informações obtidas por intermédio funcionários e pesquisadores
Caça / apanha	Diversos locais	Entrevista com funcionários e observação direta dos apetrechos utilizados nas atividades de caça

ANEXO III – Unidades de Conservação

Estão aqui apresentadas as Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável, de âmbito federal, com suas localizações por estado e identificados por tamanho, bioma protegido e legislação pertinente. Os dados apresentados nos quadros foram obtidos da DIREC/IBAMA (2004).

Grupo I - Proteção Integral

QUADRO A – Parques Nacionais

Nº	PARQUES NACIONAIS	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA em ha	BIOMA
1	P.N. da Amazônia	AM e PA	90.823 de 18.01.85 73.683 de 19.02.74	864.047,00*	Amazônia
2	P.N. do Pico da Neblina	AM	83.550 de 05.06.79	2.200.000,00	Amazônia
3	P.N. de Pacaás Novos	RO	84.019 de 21.09.79 098894 de 30.01.90	764.801,00	Amazônia
4	P.N. do Cabo Orange	AP	84.913 de 15.07.80	619.000,00	Amazônia
5	P.N. do Jaú	AM	85.200 de 24.09.80	2.272.000,00	Amazônia
6	P.N. da Serra do Divisor	AC	97.839 de 16.06.89	846.633,00*	Amazônia
7	P.N. do Monte Roraima	RR	97.887 de 28.06.89	116.000,00	Amazônia
8	P.N. Viruá	RR	s/n 29.04.98	227.011,00	Amazônia
9	P.N. Serra da Mocidade	RR	s/n 29.04.98	350.960,45	Amazônia
10	P.N. do Araguaia	TO	84.844 de 24.06.80 71.879 de 01.03.73 68.873 de 05.07.71 47.570 de 31.12.59	557.714,00*	Cerrado
11	P.N. da Serra da Cutia	RO	s/n 01.08.01	283.611,70	Amazônia
12	P.N. das Nascentes do Rio Parnaíba	BA, MA, PI e TO	s/n 16.07.02	729.813,55	Cerrado
13	P.N. Montanhas do Tumucumaque	AP e PA	s/n 22.08.02	3.867.000,00	Amazônia
14	P.N. de Ubajara	CE	72.144 de 26.04.73 45.954 de 30.04.59	563,00	Caatinga Ecótonos- Caatinga/Amazônia
15	P.N. de Sete Cidades	PI	50.744 de 03.06.61	7.700,00	Ecótonos- Caatinga/Amazônia
16	P.N. do Monte Pascoal	BA	242 de 29.11.61	22.500,00	Mata Atlântica
17	P.N. da Serra da Capivara	PI	83.548 de 05.06.79	100.000,00	Caatinga
18	P.N. dos Lençóis Maranhenses	MA	86.060 de 02.06.81	155.000,00	Costeiro
19	P.N. Marinho dos Abrolhos	BA	88.218 de 06.04.83 15.02.91 23.03.92	88.249,00*	Marinho
20	P.N. da Chapada Diamantina	BA	91.655 de 17.09.85	152.000,00	Caatinga Mata Atlântica
21	P.N. Mar. de Fernando de Noronha	PE	96.693 de 14.09.88	11.270,00	Marinho
22	P.N. Serra das Confusões	PI	s/n 02.10.98	502.411,00	Caatinga Ecótonos - Cerrado/Caatinga
23	P.N. Pau Brasil	BA	s/n 20.04.99	11.538,00	Mata Atlântica
24	P.N. Descobrimento	BA	s/n 20.04.99	21.129,00	Mata Atlântica
25	P.N. de Jericoacoara	CE	s/n 04.02.02	8.416,08	Costeiro

Nº	PARQUES NACIONAIS	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA em ha	BIOMA
26	P.N do Catimbau	PE	s/n 13.12.02	62.300,00	Caatinga
27	P.N. do Itatiaia	RJ e MG	87.586 de 20.09.82 1.713 de 14.06.37	30.000,00	Mata Atlântica
28	P.N. da Serra dos Órgãos	RJ	90.023 de 02.08.84 1.822 de 30.11.39	10.527,00*	Mata Atlântica
29	P.N. de Caparaó	MG e ES	50.646 de 24.05.61 s/n 20.11.97	31.853,00*	Mata Atlântica
30	P.N. da Tijuca	RJ	70.186 de 23.02.72 60.183 de 08.02.67 50.923 de 06.07.61	3.200,00	Mata Atlântica
31	P.N. da Serra da Bocaina	RJ e SP	68.172 de 04.02.71 70.694 de 08.06.72	100.000,00	Mata Atlântica
32	P.N. da Serra da Canastra	MG	70.355 de 03.04.72	200.000,00	Cerrado
33	P.N. da Serra do Cipó	MG	90.223 de 25.09.84 94.984 de 30.09.87	33.800,00	Cerrado
34	P.N. Grande Sertão Veredas	MG	97.658 de 12.04.89	84.000,00	Cerrado
35	P.N. da Restinga de Jurubatiba	RJ	s/n 29.04.98	14.860,00	Mata Atlântica
36	P.N. Cavernas do Peruaçu	MG	s/n 21.09.99	56.800,00	Ecótonos-Cerrado/Caatinga
37	P.N das Sempre-Vivas	MG	s/n 13.12.02	124.000	Mata Atlântica
38	P.N dos Pontões Capixabas	ES	s/n 19.12.02	17.496,00	Mata Atlântica
39	P.N. do Iguaçu	PR	86.676 de 01.12.81 1035 de 10.01.39	185.262,50	Mata Atlântica
40	P.N. de Aparados da Serra	RS	47.446 de 17.12.59 70.296 de 17.03.72	10.250,00	Mata Atlântica
41	P.N. Ilha Grande	PR e MS	s/n 30.09.97	78.875,00	Mata Atlântica
42	P.N. de São Joaquim	SC	50.922 de 06.07.61	49.300,00	Mata Atlântica
43	P.N. da Lagoa do Peixe	RS	93.546 de 06.11.86	34.400,00	Campos Sulinos
44	P.N. do Superagui	PR	97.688 de 25.04.89 9.513 de 20.11.97	33.928,00*	Costeiro Mata Atlântica
45	P.N. da Serra Geral	RS	531 de 20.05.92	1 7.300,00	Mata Atlântica
46	P.N. de Saint-Hilaire/Lange	PR	Lei 10.227 de 23.05.01	25.000,00*	Mata Atlântica
47	P.N. da Chapada dos Veadeiros	GO	49.875 de 11.01.61 70.492 de 11.05.72 86.173 de 02.07.81 86.596 de 17.11.81 s/n de 27.09.01	236.570,00	Cerrado
48	P.N. das Emas	GO e MS	49.874 de 11.01.61 70.375 de 06.04.72	133.063,00*	Cerrado
49	P.N. de Brasília	DF	241 de 29.11.61	30.000,00	Cerrado
50	P.N. do Pantanal Mato-grossense	MT	86.392 de 24.09.81	135.000,00	Cerrado Pantanal
51	P.N. da Chapada dos Guimarães	MT	97.656 de 12.04.89	33.000,00	Cerrado
52	P.N. da Serra da Bodoquena	MS	s/n de 22.09.00	76.481,00	Mata Atlântica
53	P.N. Serra do Itajaí	SC	s/n de 04.06.04	57.374	Mata Atlântica

QUADRO B – Reservas Biológicas

Nº	NOME	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA em ha	BIOMA
01	Poço das Antas	RJ	73.791 de 11.03.74 76.534 de 03.11.75	5.000,00	Mata Atlântica
02	Atol das Rocas	RN	83.549 de 05.06.79	36.249,00	Marinho
03	Jarú	RO	83.716 de 11.07.79	268.150,00	Amazônia
04	Rio Trombetas	PA	84.018 de 21.09.79	385.000,00	Amazônia
05	Lago Piratuba	AP	84.914 de 16.07.80 89.932 de 10.07.84	357.000,00	Amazônia
06	Una	BA	85.463 de 10.12.80	11.400,00	Mata Atlântica
07	Abufari	AM	87.585 de 20.09.82	288.000,00	Amazônia
08	Córrego do Veado	ES	87.590 de 20.09.82 89.569 de 23.04.84	2.392,00	Mata Atlântica
09	Guaporé	RO	87.587 de 20.09.82	600.000,00	Amazônia
10	Serra Negra	PE	87.591 de 20.09.82	1.100,00	Caatinga
11	Sooretama	ES	87.588 de 20.09.82	24.000,00	Mata Atlântica
12	Saltinho	PE	88.744 de 21.09.83	548,00	Mata Atlântica
13	Comboios	ES	90.222 de 25.09.84	833,23	Mata Atlântica
14	Augusto Ruschi	ES	92.753 de 05.06.86	4.000,00*	Mata Atlântica
15	Gurupi	MA	95.614 de 12.01.88	341.650,00	Amazônia
16	Santa Isabel	SE	96.999 de 20.10.88	2.766,00	Costeiro
17	Córrego Grande	ES	97.657 de 12.04.89	1.504,80	Mata Atlântica
18	Tapirapé	PA	97.719 de 05.05.89	103.000,00	Amazônia
19	Tinguá	RJ	97.780 de 23.05.89	26.000,00*	Mata Atlântica
20	Pedra Talhada	AL e PE	98.524 de 13.12.89	4.469,00	Mata Atlântica e Caatinga
21	Uatumã	AM	99.277 de 06.06.90 s/n de 19.10.02	940.358,00	Amazônia
22	Guaribas	PB	98.884 de 25.01.90	4.321,60	Mata Atlântica e Caatinga
23	Marinha do Arvoredo	SC	99.142 de 12.03.90	17.600,00	Mata Atlântica
24	União	RJ	s/n 22.04.98	3.126,00	Mata Atlântica
25	Contagem	DF	s/n de 13.12.02	3.460,00	Cerrado
26	Mata Escura	MG	s/n de 05.06.03	50.890	Mata Atlântica

QUADRO C – Reservas Ecológicas

Nº	RESERVAS ECOLÓGICAS	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA em ha	BIOMA
1	R.Ec. de Sauim-Castanheira	AM	87.455 de 12.08.82	109,00	Amazônia
2	R.Ec. Ilha dos Lobos	RS	88.463 de 04.07.83	1.696,6	Marinho

QUADRO D – Estações Ecológicas

Nº	ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA em ha	BIOMA
1	E.E. Rio Acre	AC	86.061 de 02.06.81	77.500,00	Amazônia
2	E.E. de Anavilhanas	AM	86.061 de 02.06.81	350.018,00	Amazônia
3	E.E. de Maracá-Jipioca	AP	86.061 de 02.06.81	72.000,00	Amazônia
4	E.E. do Jari	AP e PA	87.092 de 12.04.82 89.440 de 13.03.84	227.126,00	Amazônia
5	E.E. Juami-Japurá	AM	91.307 de 03.06.85 Port. 374 de 11.10.01	870.300,00*	Amazônia
6	E.E. de Caracaraí	RR	87.222 de 31.05.82	80.560,00	Amazônia
7	E.E. Niquiá	RR	91.306 de 03.06.85	286.600,00	Amazônia
8	E.E. de Maracá	RR	86.061 de 02.06.81	101.312,00	Amazônia
9	E.E. Serra Geral do Tocantins	TO e BA	s/n de 27.09.01	716.306,00	Cerrado

Nº	ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA em ha	BIOMA
10	E.E. de Jutai-Solimões	AM	88.541 de 21.07.83 Port. 375 de 11.10.01	288.187,37	Amazônia
11	E.E. de Cuniã	RO	s/n de 27.09.01	53.221,23	Cerrado
12	E.E. de Uruçuí-Una	PI	86.061 de 02.06.81	135.000,00	Cerrado
13	E.E. do Seridó	RN	87.222 de 31.05.82	1.163,00	Caatinga
14	E.E. de Aiuaba	CE	s/n de 06.02.01	11.525,00	Caatinga
15	E.E. de Murici	AL	s/n de 28.05.01	6.116,43	Mata Atlântica
16	E.E. Raso da Catarina	BA	89.268 de 03.01.84 Port. 373 de 11.10.01	99.772,00	Caatinga
17	E.E. do Castanhão	CE	s/n de 27.09.01	12.579,20	Caatinga
18	E.E. dos Tupinambás	SP	94.656 de 20.07.87	27,8	Marinho
19	E.E. de Tamoios	RJ	98.864 de 23.01.90	8.450,00*	Marinho
20	E.E. de Pirapitinga	MG	94.656 de 20.07.87	1.090,00	Cerrado
21	E.E. Tupiniquins	SP	92.964 de 21.07.86	43,25	Marinho
22	E.E. Mico-Leão-Preto	SP	s/n de 16.07.02	5.500,00	Mata Atlântica
23	E.E. de Carijós	SC	94.656 de 20.07.87	712,00	Costeiro
24	E.E. do Taim	RS	92.963 de 21.07.86	10.764,63	Campos Sulinos
25	E.E. de Aracuri-Esmeralda	RS	86.061 de 02.06.81	272,63	Mata Atlântica
26	E.E. de Guaraqueçaba	PR	87.222 de 31.05.82 93.053 de 31.07.86 97.688 de 25.04.89 9.513 de 20.11.97	4.835,00*	Costeiro
27	E.E. de Taiamã	MT	86.061 de 02.06.81	11.200,00	Pantanal
28	E.E. da Serra das Araras	MT	87.222 de 31.05.82	28.700,00	Cerrado
29	E.E. de Iquê	MT	86.061 de 02.06.81	200.000,00	Cerrado

QUADRO E – Refúgio de Vida Silvestre

Nº	REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA em ha	BIOMA
1	R.V.S. Veredas do Oeste Baiano	BA	s/n de 13.12.02	128.521,00	Cerrado

Grupo II - USO SUSTENTÁVEL

QUADRO F – Áreas de Proteção Ambiental

Nº	ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA em ha	BIOMA
1	A.P.A. de Petrópolis	RJ	527 de 20.05.92	59.049,00	Mata Atlântica
2	A.P.A. de Cairuçu	RJ	89.242 de 27.12.83	32.688,00*	Mata Atlântica
3	A.P.A. Morro da Pedreira	MG	98.891 de 26.01.90	66,200,00	Cerrado
4	A.P.A. da Serra da Mantiqueira	MG, RJ e SP	91.304 de 03.06.85	422.873,00*	Mata Atlântica
5	A.P.A. de Cananéia-Iguapé-Peruíbe	SP	90.347 de 23.10.84 91892 de 06.11.85	234.000,00	Mata Atlântica
6	A.P.A. Carste da Lagoa Santa	MG	98.881 de 25.01.90 1.876 de 25.04.96	35.600,00	Cerrado
7	A.P.A. Cavernas do Peruaçu	MG	98.182 de 26.09.89	143.866,00*	Cerrado
8	A.P.A. de Guapi-Mirim	RJ	90.225 de 25.09.84	13.961,00*	Mata Atlântica Costeiro

Nº	ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA em ha	BIOMA
9	A.P.A. da Bacia do Rios São João/Mico-Leão-Dourado	RJ	s/n 27.06.02	150.700,00	Mata Atlântica
10	A.P.A. Ibirapuitã	RS	529 de 20.05.92	318.000,00	Campos Sulinos
11	A.P.A. Anhatomirim	SC	528 de 20.05.92	3.000,00	Mata Atlântica
12	A.P.A. de Guaraqueçaba	PR e SP	90.883 de 31.01.85	283.014,00*	Mata Atlântica Costeiro
13	A.P.A. Ilhas e Várzeas do Rio Paraná	PR, SP e MS	s/n 30.09.97	1.003.059,00	Mata Atlântica
14	A.P.A. da Baleia Franca	SC	s/n 14.09.00	156.100,00	Marinho Mata Atlântica
15	A.P.A. da Bacia do Rio Descoberto	DF e GO	88.940 de 07.11.83	35.588,00*	Cerrado
16	A.P.A. da Bacia do Rio São Bartolomeu	DF	88.940 de 07.11.83 9.262 12/01/1996	82.967,00*	Cerrado
17	A.P.A. Meandros do Araguaia	GO, TO e MT	s/n 02.10.98	357.126,00	Cerrado
18	A.P.A. das Nascentes do Rio Vermelho (5027)	GO e BA	s/n 27.09.01	176.159,00	Cerrado
19	A.P.A. do Planalto Central	GO e DF	s/n 11.01.02	504.608,00*	Cerrado
20	A.P.A. Barra do Rio Mamanguape	PB	924 de 10.09.93 s/n 07.04.98	14.640,00	Mata Atlântica Costeiro
21	A.P.A. Chapada do Araripe	CE, PI, e PE	s/n 04.08.97	1.063.000,00	Caatinga
22	A.P.A. Costa dos Corais	AL e PE	s/n 23.10.97	413.563,00	Mata Atlântica
23	A.P.A. Delta do Parnaíba	PI, CE e MA	s/n 28.08.96	313.800,00	Costeiro
24	A.P.A. de Fernando de Noronha	PE	92.755 de 05.06.86 94.780 de 14.03.87	93.000,00	Marinho
25	A.P.A. Jericoacoara	CE	90.379 de 20.10.84 s/n 04.02.02	207,00	Costeiro
26	A.P.A. de Piaçabuçu	AL	88.421 de 21.06.83	9.143,00*	Caatinga
27	A.P.A. Serra da Ibiapaba	CE e PI	s/n 26.11.96	1.592.550,00	Ecótonos Caatinga-Amazônia Caatinga
28	A.P.A. Serra de Tabatinga	PI, MA, TO e BA	99.278 de 06.06.90 s/n 16.07.02	35.000,00*	Cerrado
29	A.P.A. do Igarapé Gelado	PA	97.718 de 05.05.89	21.600,00	Amazônia

QUADRO G – Áreas de Relevante Interesse Ecológico

Nº	ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA em ha	BIOMA
1	A.R.I.E. Matão de Cosmópolis	SP	90.791 de 09.01.85	173,05	Cerrado
2	A.R.I.E. Floresta da Cicuta	RJ	90.792 de 09.01.85	131,28	Mata Atlântica
3	A.R.I.E. Mata de Santa Genebra	SP	91.885 de 05.11.85	251,78	Cerrado

Nº	ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA em ha	BIOMA
4	A.R.I.E. Ilhas Queimada Grande e Queimada Pequena	SP	91.887 de 05.11.85	33,00	Marinho
5	A.R.I.E. Ilha Ameixal	SP	91.889 de 05.11.85	400,00	Costeiro
6	A.R.I.E. Pé-de-Gigante	SP	99.275 de 09.06.90	10,60	Cerrado
7	A.R.I.E. Vassununga	SP	99.276 de 06.06.90	149,87	Mata Atlântica
8	A.R.I.E. das Ilhas Cagarras	RJ	Res. 011 de 14.09.89	200,00*	Mata Atlântica
9	A.R.I.E. Pontal dos Latinos e Pontal dos Santiagos	RS	Res. 005 de 05.06.84	1.245,00* 1.750,00*	Marinho
10	A.R.I.E. Serra das Abelhas e Rio da Prata	SC	Res. 005 de 17.10.90	4.604,00*	Mata Atlântica
11	A.R.I.E. Capetinga/Taquara	DF	Res. 014 de 18.12.84 91.303 de 03.06.85	2.100,00	Cerrado
12	A.R.I.E. Manguezais da Foz do Rio Mamanguape	PB	91.890 de 05.11.85	5.721,07	Costeiro
13	A.R.I.E. Cocorobó	BA	Res. 005 de 05.06.84	7.500,00*	Caatinga
14	A.R.I.E. Vale dos Dinossauros	PB	Res. 017 de 18.12.84	-	Caatinga
15	A.R.I.E. Javari Buriti	AM	91.886 de 05.11.85	15.000,00*	Amazônia
16	A.R.I.E. Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais	AM	91.884 de 05.11.85	30.085,00*	Amazônia
17	A.R.I.E. Seringal Nova Esperança	AC	s/n de 20.08.99	2.576,47	Amazônia

QUADRO H – Reservas Extrativistas

Nº	RESERVAS EXTRATIVISTAS	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA em ha	BIOMAS
1	R.Ex. Alto Juruá	AC	98.863 de 23.01.90	506.186,00	Amazônia
2	R.Ex. Chico Mendes	AC	99.144 de 12.03.90	970.570,00	Amazônia
3	R.Ex. Rio Cajari	AP	99.145 de 12.03.90	481.650,00	Amazônia
4	R.Ex. Rio Ouro Preto	RO	99.166 de 13.03.90	204.583,00	Amazônia
5	R.Ex. Lago do Cuniã	RO	3.238 de 10.11.1999 3.449 de 10.05.2000	55.850,00	Amazônia
6	R.Ex. Extremo Norte do Tocantins	TO	535 de 20.05.92	9.280,00*	Ecótonos Cerrado- Amazônia
7	R.Ex. Tapajós-Arapiuns	PA	s/n de 06.11.98	647.610,74	Amazônia
8	R.Ex. Médio Juruá	AM	s/n de 04.03.97	253.226,50	Amazônia
9	R.Ex. Alto Tarauacá	AC	s/n de 08.11.00	151.199,64	Amazônia
10	R.Ex. Baixo Juruá	AM	s/n de 01.08.01	187.982,31	Amazônia
11	R.Ex. Rio Cautário	RO	s/n de 07.08.01	73.817,90	Amazônia
12	R.Ex. Auatí-Paraná	AM	s/n de 07.08.01	146.950,82	Amazônia
13	R.Ex. Barreiro das Antas	RO	s/n de 07.08.01	107.234,25	Amazônia
14	R.Ex. Soure	PA	s/n de 22.11.01	15.343,00*	-
15	R.Ex. Jutaí	AM	s/n de 15.07.02	275.532,88	Amazônia
16	R.Ex. Cazumbá-Iracema	AC	s/n de 19.10.02	750.794,70	Amazônia
17	R.Ex. Pirajubaé	SC	533 de 20.05.92	1.444,00	-
18	R.Ex. Ciriáco	MA	534 de 20.05.92	7.050,00	Cerrado
19	R.Ex. Mata Grande	MA	532 de 20.05.92	10.450,00*	Cerrado
20	R.Ex. Quilombo do Frexal	MA	536 de 20.05.92	9.542,00*	Amazônia

Nº	RESERVAS EXTRATIVISTAS	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA em ha	BIOMAS
21	R.Ex. Baía de Iguape	BA	s/n de 11.08.00	8.117,53	Costeiro
22	R.Ex. Marinha do Corumbau	BA	s/n de 21.09.00	89.500,00	Costeiro
23	R.Ex. Marinha do Delta do Parnaíba	MA	s/n de 16.11.00	27.071,30	Costeiro
24	R.Ex. Marinha da Lagoa do Jequiá	AL	s/n de 27.09.01	10.203,90	Costeiro
25	R.Ex. Arraial do Cabo	RJ	s/n de 03.01.97	56.769,00*	Mata Atlântica
26	R.Ex. Maracanã	PA	s/n de 13.12.02	30.018,88	-
27	R.Ex. de São João da Ponta	PA	s/n de 13.12.02	3.203,40	-
28	R.Ex. Chocoaré-Mato Grosso	PA	s/n de 13.12.02	2.785,72	-
29	R.Ex. Mãe Grande de Curuçá	PA	s/n de 13.12.02	37.062,90	-
30	R.Ex. do Mandira	SP	s/n de 13.12.02	1.175,93	-
31	R.Ex. do Batoque	CE	s/n de 05.06.03	7.121,00	Costeiro
32	R.Ex. do Cururupu	MA	s/n de 02.06.04	185.046,590	-
33	R.Ex. do Lago do Capanã Grande	AM	S/n de 03.06.04	304.146,28	Amazônia

QUADRO I – Florestas Nacionais

Nº	FLORESTAS NACIONAIS	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA EM HA	BIOMAS
1	F.N. Açungui	PR	Port. 559/68	728,28*	Mata Atlântica
2	F.N. Caçador	SC	Port. 560/68	710,44*	Mata Atlântica
3	F.N. Canela	RS	Port. 561/68	517,73*	Mata Atlântica
4	F.N. Chapecó	SC	Port. 560/68	1.606,63*	Mata Atlântica
5	F.N. Ibirama	SC	Dec. 95.818/88	570,58	Mata Atlântica
6	F.N. Irati	PR	Port 559/68	3.495,00*	Mata Atlântica
7	F.N. Passo Fundo	RS	Port. 561/68	1.328,00*	Mata Atlântica
8	F.N. São Francisco de Paula	RS	Port. 561/68	1.606,70*	Mata Atlântica
9	F.N. Três Barras	SC	Port. 560/68	4.458,50*	Mata Atlântica
10	F.N. Capão Bonito	SP	Port. 558/68	4.344,33	Cerrado e Mata Atlântica
11	F.N. Ipanema	SP	Dec. 530/92	5.179,93	Mata Atlântica
12	F.N. Mário Xavier	RJ	Dec. 93.369/86	493,00	Mata Atlântica
13	F.N. Passa Quatro	MG	Port. 562/68	335,00*	Mata Atlântica
14	F.N. Rio Preto	ES	Dec. 98.845/90	2.830,63	Mata Atlântica
15	F.N. Ritápolis	MG	Dec. s/n 21.09.99	89,50	Cerrado
16	F.N. Lorena	SP	Port 246 18.07.01	249,31	Mata Atlântica
17	F.N. Paraopeba	MG	Port 248 18.07.01	200,00	Cerrado
18	F.N. de Goytacazes	ES	Dec. s/n 28.11.02	1.350,00	Mata Atlântica
19	F.N. Araripe-Apodi	CE	Dec. 9.226/46	38.626,32*	Caatinga
20	F.N. Contendas do Sincorá	BA	Dec. s/n 21.09.99	11.034,30	Caatinga
21	F.N. Cristópolis	BA	Dec. s/n 18.05.01	11.952,70	Caatinga
22	F.N. Açú	RN	Port. 245 18.07.01	215,25	Mata Atlântica
23	F.N. Nísia Floresta	RN	Dec. s/n 27.09.01	174,95	Mata Atlântica
24	F.N. Sobral	CE	Port. 358 27.09.01	598,00	Caatinga
26	F.N. Altamira	PA	Dec. 2.483/98	689.012,00	Amazônia
27	F.N. Amapá	AP	Dec. 97.630/89	412.000,00	Amazônia
28	F.N. Amazonas	AM	Dec. 97.546/89	1.573.100,00	Amazônia
29	F.N. Bom Futuro	RO	Dec. 96.188/88	280.000,00	Amazônia
30	F.N. Carajás	PA	Dec. 2.486/98	411.948,87	Amazônia
31	F.N. Caxiuanã	PA	Dec. 239/61	200.000,00	Amazônia
32	F.N. Cubaté	AM	Dec. 99.105/90	416.532,17	Amazônia
3	F.N. Cuiari	NA	Dec. 99.109/90	109.518,55	Amazônia
34	F.N. Humaitá	AM	Dec. 2.485/98	468.790,00	Amazônia
35	F.N. Içana	AM	Dec. 99.110/90	200.561,47	Amazônia
36	F.N. Içana-Aiari	AM	Dec. 99.108/90	491.400,27	Amazônia
37	F.N. Itacaiunas	PA	Dec. 2.480/98	141.400,00	Amazônia
38	F.N. Itaituba I	PA	Dec. 2.481/98	220.034,20	Amazônia
39	F.N. Itaituba II	PA	Dec. 2.482/98	440.500,00	Amazônia
40	F.N. Jamari	RO	Dec. 90.224/84	215.000,00	Amazônia
41	F.N. Macauã	AC	Dec. 96.189/88	173.475,00	Amazônia
42	F.N. Mapiá-Inauini	AM	Dec. 98.051/89	311.000,00	Amazônia
43	F.N. Pari-Cachoeira I	AM	Dec. 98.440/89	18.000,00	Amazônia
44	F.N. Pari-Cachoeira II	AM	Dec. 98.440/89	654.000,00	Amazônia
45	F.N. Piraiuara	AM	Dec. 99.111/90	631.436,66	Amazônia
46	F.N. Purus	AM	Dec. 96.190/88	256.000,00	Amazônia
47	F.N. Roraima	RR	Dec. 97.545/89	2.664.685,00	Amazônia
48	F.N. Saraçá-Taquera	PA	Dec. 98.704/89	429.600,00	Amazônia
49	F.N. Tapajós	PA	Dec. 73.684/74	600.000,00	Amazônia
50	F.N. Tapirapé-Aquiri	PA	Dec. 97.720/89	190.000,00	Amazônia
51	F.N. Taracuá I	AM	Dec. 99.112/90	647.744,00	Amazônia
52	F.N. Taracuá II	AM	Dec. 99.113/90	559.504,09	Amazônia
53	F.N. Tefé	AM	Dec. 97.629/89	1.020.000,00	Amazônia
54	F.N. Urucu	AM	Dec. 99.106/90	66.496,38	Amazônia
55	F.N. Xié	AM	Dec. 99.107/90	407.935,81	Amazônia
56	F.N. Xingu	PA	Dec. 2.484/98	252.790,00	Amazônia
57	F.N. Mulata	PA	Dec. 01.08.01	212.751,18	Amazônia
58	F.N. Pau-Rosa	AM	Dec. 07.08.01	827.877,00	Amazônia

Nº	FLORESTAS NACIONAIS	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA EM HA	BIOMAS
59	F.N. Santa Rosa do Purus	AC	Dec. 07.08.01	230.257,34	Amazônia
60	F.N. São Francisco	AC	Dec. 07.08.01	21.600,00	Amazônia
61	F.N. Jatuarana	AM	Dec. 19.10.02	837.000	Amazônia
62	F.N. Brasília	DF	s/n de 10.06.99	3.353,18	Cerrado
63	F.N. Silvânia	GO	Port. 247 18.07.01	466,55	Cerrado
64	F.N. Piraí do Sul	SC	s/n de 02.06.04	124,80	-
65	F.N. Restinga de Cabedelo	PB	s/n de 02.06.04	103,3006	-
66	F.N. Sobral	CE	Port. 358 de 27.09.01	595,00	Caatinga

QUADRO J – Reservas Particulares do Patrimônio Natural

Nº	RESERVA PARTICULAR do PATRIMÔNIO NATURAL	MUNICÍPIO/ UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA / ha	BIOMA
1	Santuário Ecológico Amazônia Viva	Rio Branco/AC	57/00	38,01	Floresta Amazônica
2	SESC Tepequém	Boa vista/ RR	19/jan	54,58	Floresta Amazônica
3	Tupaquiri	Boa Vista/ RR	29/jan	883,37	Floresta Amazônica
4	Carbochloro S/A Reserva Mani	Boa Vista/ RR	87/91	109,59	Floresta Amazônica
5	Seringal Triunfo	Ferreira Gomes e Porto Grande/ AP	89/98-N	9.996,16	Floresta Amazônica
6	Lote Urbano	Santana/ AP	54/98-N	17,18	Floresta Amazônica
7	Retiro Boa Esperança	Porto Grande/ AP	120/98-N	43,02	Floresta Amazônica
8	Aldeia Ekinox	Macapá/ AP	91/00	10,87	Floresta Amazônica
9	Reserva Retiro Paraíso	Macapá/ AP	86/97-N	46,76	Cerrado
10	Sítio Morada do Sol	Presidente Figueiredo/ AM	88/96-N	43,55	Floresta Amazônica
11	Reserva dos Arqueiros	Presidente Figueiredo/ AM	74/01	25	Mata Atlântica
12	Laço de Amor	Manaus/ AM	22/2000	8	Floresta Amazônica
13	Santuário	Presidente Figueiredo AM	139/98-N	60	Floresta Amazônica
14	Nazaré das Lajes e Lajes	Manaus/ AM	49/95	52,06	Floresta Amazônica
15	Reserva Quatro Elementos	Presidente Figueiredo/ AM	71/01	25	Mata Atlântica
16	Fazenda Betel	Presidente Figueiredo/ AM	17/jan	67,5	Floresta Amazônica
17	Reserva Sol Nascente	Presidente Figueiredo/ AM	75/01	20	Mata Atlântica
18	Sítio Bela Vista	Presidente Figueiredo/ AM	07/98-N	63	Floresta Amazônica
19	Estância Rivas	Presidente Figueiredo/ AM	66/97-N	100	Floresta Amazônica
20	Morada do Sol e da Lua	Presidente Figueiredo/ AM	67/01	7	Floresta Amazônica
21	Bela Vista	Manaus/ AM	72/95-N	27,35	Floresta Amazônica
22	Adão e Eva	Presidente Figueiredo/AM	44/98	100	Floresta Amazônica
23	Nadir Júnior	Mojú/ PA	07/93-N	2.000,00	Floresta Amazônica
24	Fazenda Pioneira	Marabá/ PA	119/98-N	400	Floresta

Nº	RESERVA PARTICULAR do PATRIMÔNIO NATURAL	MUNICÍPIO/ UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA / ha	BIOMA
					Amazônica
25	Sumaúma	Barcarena/ PA	dez/00	6	Floresta Amazônica
26	Tibiricá	Marabá/ PA	101/99-N	400	Floresta Amazônica
27	Vale das Antas	Teixeirópolis/ RO	061/99	65,65	Floresta Amazônica
28	Seringal Assunção	Porto Velho/ RO	63/97-N	623,24	Floresta Amazônica
29	Parque Nacional Leonildo Ferreira 2	Pimenta Bueno/ RO	175/01	981,18	Floresta Amazônica
30	Água Boa	Cacoal/ RO	21/2000	47,52	Floresta Amazônica
31	Parque Nacional Leonildo Ferreira 1	Pimenta Bueno/RO	173/01	995,47	Floresta Amazônica
32	Parque Ecológico João Basso	Rondonópolis/ MT	170/97	3.624,57	Cerrado
33	Fazenda São Luiz	Cuiabá/ MT	104/94-N	200	Cerrado
34	Reserva Jubran	Caceres/ MT	172/01	35.531	Pantanal
35	Estância Dorochê	Poconé/ MT	06/97-N	26.518	Pantanal
36	Lote Cristalino	Alta Floresta/ MT	28/97-N	670	Floresta Amazônica
37	Fazenda Terra Nova	São José do Xingu/ MT	60/97-N	1.542,50	Pantanal
38	Reserva Ecológica da Mata Fria	Chapada dos Guimarães/ MT	60/00	9,95	Cerrado
39	Estância Ecológica Sesc - Pantanal	Barão de Melgaço/ MT	151/98-N	38.385,72	Pantanal
40	Estância Ecológica Sesc - Pantanal	Barão de Melgaço/ MT	71/97-N	49.485,72	Pantanal
41	RAMA	Água Boa/MT	54/02	400	Floresta Amazônica e Cerrado
42	Reserva Ecológica José Gimenes Soares	Nova Canaã do Norte/MT	108/02	200	Pantanal
43	Reserva Ecológica Lourdes Felix Soares	Nova Canaã do Norte/MT	105/02	800	Pantanal
44	Reserva Ecológica América Amazônica	Apiacás/MT	107/02	4.942,75	Pantanal
45	Reserva Ecológica Verde Amazônia	Apiacás/MT	106/02	10.650,67	Pantanal
46	Fazenda Minnehaha	Almas/ TO	105/96-N	745	Cerrado
47	Reserva Bela Vista	Palmas/ TO	68/01	113,61	Cerrado
48	Sítio Ecológico Monte Santo	Palmas/ TO	146/98-N	52,73	Cerrado
49	Água Bonita	Abreulândia/ TO	106	127,95	Cerrado
50	Jaguarema	São Luiz/ MA	100/98-N	2,63	Floresta Amazônica
51	Sítio Jaguarema	São José de Ribamar/ MA	2468/90	7,68	Floresta Amazônica
52	Fazenda Sto Antonio do Pindaré 1	Açailândia/ MA	060/98-N	2.151,83	Floresta Amazônica
53	Ilha do Caju	Araioses/ MA	096/99-N	102	Manguezal/Mata Atlântica
54	Estância Pedreiras	São Luiz/ MA	56/01	38,01	Floresta Amazônica
55	Fazenda Boa Esperança	São Luis/ MA	120/97-N	75	Floresta Amazônica
56	Estiva	São Benedito do	053/94-N	116,57	Floresta

Nº	RESERVA PARTICULAR do PATRIMÔNIO NATURAL	MUNICÍPIO/ UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA / ha	BIOMA
		Rio Preto/ MA			Amazônica
57	Amoreira	Rosário/ MA	159/01	349	Mata Atlântica
58	Fazenda São José Gleba Itinga	Açailândia/ MA	75/96-N	704,79	Floresta Amazônica
59	Fazenda São Francisco	Bacabal/ MA	173/97-N	150	Floresta Amazônica
60	Fazenda Pantanal	Codó/ MA	21/99-N	40,76	Cerrado
61	Marvão	Castelo do Piauí/ PI	42/2000	5.096,00	Mata Atlântica
62	Fazenda Centro	Buriti dos Lopes/ PI	068/99	139,68	Cerrado
63	Fazenda Boqueirão dos Frades	Altos/ PI	29/98-N	1.753,35	Cerrado
64	Fazenda Boqueirão	Canavieira/ PI	65/97-N	27.458	Caatinga
65	Santa Maria de Tapuã	Teresina/ PI	98/99-N	238	Caatinga
66	Fonte da Bica	Areia Branca/SE	070/99	13,27	Mata Atlântica
67	Reserva Serra das Almas	Cratêus/ CE	51/00	4.749,58	Caatinga
68	Rio Bonito	Quixeramobim/ CE	174/01	441	Caatinga
69	Mercês Sabiaquaba e Nazário	Amontada/ CE	113/93-N	50	Restinga/ Mata Atlântica
70	Fazenda Olho D'água do Urucu	Parambu/ CE	719/91-P	2.610,00	Restinga/ Mata Atlântica
71	Não Me Deixes	Quixadá/ CE	148/98-N	300	Caatinga
72	Sítio Ameixas	Itapipoca/ CE	07/94-N	464,33	Restinga/ Mata Atlântica
73	Ambientalista Francly Nunes	General Sampaio/ CE	54/00	200	Caatinga
74	Reserva Arajara Park	Barbalha/ CE	24/99-N	27,81	Caatinga
75	Monte Alegre	Serra de Aratanha/CE	151/01	263,17	Mata Atlântica
76	Serra das Almas II	Cratêus/CE	117/02	494,5	Caatinga
77	Reserva Ecológica M. Dantas	Floresta e Betânia/ PE	104/97-N	1.485,00	Caatinga
78	Nossa Senhora do Oiteiro de Maracaípe	Ipojuca/ PE	58/00	76,2	Mata Atlântica
79	Fazenda Santa Beatriz do Carnijó	Moreno/ PE	24/jan	25,5	Mata Atlântica
80	Brejo	Saloá/Dist. de Latecá/PE	90/02	52,39	Mata Atlântica
81	Frei Caneca	Jaqueira/PE	91/00	630,43	Mata Atlântica
82	Reserva Cabanos	Altinho/PE	92/02	6	
83	Cantidiano Valgueiro de Carvalho Barros	Floresta/PE	117/02	285	
84	Portal do Curupira	Porto Seguro/ BA	106/01	50	Mata Atlântica
85	Reserva Panema	São Sebastião do Passé/ BA	14/00	216	Mata Atlântica
86	Reserva Caroá	Santana/ BA	110/01	220	Mata Atlântica
87	Reserva da Peninha	Cachoeira/ BA	18/fev	350	Mata Atlântica
88	Reserva Estação Veracruz	Porto Seguro/ BA	149/98-N	6.069,00	Mata Atlântica
89	Reserva Nat. da Serra do Teimoso	Palmeira Jussari/ BA	93/97-N	200	Mata Atlântica
90	Reserva Salto Apepique	Ilhéus/ BA	103/97-N	118	Mata Atlântica
91	Araçari	Itacare/ BA	138/98-N	110	Mata Atlântica
92	Matra Atlântica da Manona	Porto Seguro/ BA	108/01	7	Mata Atlântica

Nº	RESERVA PARTICULAR do PATRIMÔNIO NATURAL	MUNICÍPIO/ UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA / ha	BIOMA
93	Guara	Cocos/ BA	101/01	1.050,00	Cerrado
94	Guara I e II	Cocos/ BA	102/01	633	Cerrado
95	Reserva Fugidos	Pirai do Norte/ BA	28/2000	450,02	Mata Atlântica
96	Fazenda Flor de Liz	Ribeira do Pombal/ BA	121/96-N	5	Mata Atlântica
97	Córrego dos Bois	Palmeiras/ BA	53/00	50	Campos de Altitude/
98	Dunas de Santo Antônio	Matão de São João/ BA	65/01	370,72	Mata Atlântica
99	Ecoparque de Una	Una/ BA	053/99	83,28	Mata Atlântica
100	Estância Manacá	Restinga/ BA	36/2000	95	Mata Atlântica
101	Fazenda Água Branca	Valença/ BA	12/99-N	97	Mata Atlântica
102	Fazenda Arte Verde	Ilhéus/ BA	114/98-N	10	Mata Atlântica
103	Fazenda Avaí	Caravelas/ BA	701/90	469,1	Mata Atlântica
104	Fazenda Boa Aventura	Igarati/ BA	63/00	4.750,00	Caatinga
105	Fazenda Boa Vista	Malhada/ BA	88/98-N	1.700,00	Caatinga
106	Fazenda Boa Vista	Malhada/ BA	134/97-N	1.500,00	Caatinga
107	Fazenda Boa Vista	Malhada/ BA	133/97-N	2.000,00	Caatinga
108	Fazenda Retiro	Malhada/ BA	49/98-N	3.000,00	Caatinga
109	Fazenda Coqueiros	Simões Filho/ BA	2264/90	86,96	Mata Atlântica
110	Lagoa do Peixe	Caravelas/ BA	35/00	31	Mata Atlântica
111	Fazenda Forte	Malhada/ BA	09/98-N	1.500,00	Caatinga
112	Fazenda Forte	Malhada/ BA	132/97-N	1.800,00	Caatinga
113	Fazenda Itacira	Itapebi/ BA	721/91	100	Caatinga
114	Fazenda Kaybi	Ubaíra/ BA	117/94-N	5	Mata Atlântica
115	Fazenda Lontra/Saudade	Entre Rios/ BA	95/96-N	1.377,33	Caatinga
116	Fazenda Morrinhos	Queimadas/ BA	644/90	726	Caatinga
117	Fazenda Paraíso	Uruçuca/ BA	26/2000	26	Mata Atlântica
118	Fazenda Pé de Serra	Ibotirama/ BA	60/92-N	1.259,20	Caatinga
119	Fazenda Piabas	Queimadas/ BA	62/00	110	Caatinga
120	Fazenda Pindorama	Itabela/ BA	059/98-N	47	Mata Atlântica
121	Fazenda São João	Ilhéus/ BA	22/97-N	25	Mata Atlântica
122	Fazenda Sossego	Uruçuca/ BA	13/99-N	4,7	Mata Atlântica
123	Lagoa das Campinas	Palmas de Monte Alto/ BA	052/98-N	1.000,00	Caatinga
124	São Joaquim da Cabonha Apa I, Apa II	Cachoeira/ BA	61/00	257	Mata Atlântica
125	São Francisco da Trijunção	Cocos/ BA	112/01	162	Cerrado
126	Lagoa do Formoso	Cocos/BA	115/02	502	Cerrado
127	Juerama	Marau/BA	70/02	27	Mata Atlântica
128	Agda	Pojuca/BA	169/01	13,3;9	Mata Atlântica
129	Adilia Paraguaçu Batista	Mucugê/BA	88/02	70	Caatinga
130	Carroula	Prado/BA	175/02	15	Mata Atlântica
131	Fazenda Ararauna	Una/BA	06/mar	39	Mata Atlântica
132	Cajueiro	Esplanada/BA	136/02	379	
133	Fazenda João Pereira	Congonhas/ MG	36/95	336,73	Cerrado
134	Fazenda Iracambi	Rosário da Limeira/ MG	074/99	70	Mata Atlântica
135	Fazenda Limeira	Nova Ponte/ MG	123/97-N	358,33	Cerrado

Nº	RESERVA PARTICULAR do PATRIMÔNIO NATURAL	MUNICÍPIO/ UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA / ha	BIOMA
136	Sítio Pirilampo	Ijaci/ MG	40/2000	1.054,66	Mata Atlântica
137	Pé da Laje	Claudio/ MG	73/01	1,1	Mata Atlântica
138	Fazenda Macedônia	Santo Antonio do Ipaba e Iapu/ MG	111/94-N	560	Mata Atlântica
139	Parque Arqueológico da Serra do Santo Antônio	Andrelândia/ MG	161/01	9	Mata Atlântica
140	Panelão dos Muriquis	Fervedouro/ MG	134/01	40,17	Mata Atlântica
141	Nave da Esperança	Aiuruca/ MG	66/00	27,37	Mata Atlântica
142	Fazenda Vereda Grande	Presidente Olegário/ MG	643/90	2.994,80	Cerrado
143	Monlevade	João Monlevade/ MG	17/93-N	518,7	Cerrado
144	Feliciano Miguel Abdala	Caratinga/ MG	116/01	957,58	Mata Atlântica
145	Fazenda Samoinho	Igaratinga/ MG	59/95	12,5	Cerrado
146	Sítio dos Feixos	Nova Lima/ MG	79	2,1	Mata Atlântica
147	Fazenda Ressaca	Manga/ MG	25/98-N	4.055,00	Cerrado
148	Matutu- Fazenda Papagaio	Aiuruoca/ MG	08/98-N	40	Mata Atlântica
149	Sítio Grimpas	Brumadinho/ MG	108/95-N	2	Cerrado
150	Fazenda Pedra Bonita	São João Nepomuceno/ MG	044/92-N	33	Cerrado
151	Sítio Cerro das Acácias	São João Nepomuceno/ MG	069/99	1	Mata Atlântica
152	Fazenda Morro da Cruz das Almas	Paracatu/ MG	10/98-N	73,44	Cerrado
153	Fazenda Gana	Tupaciguara/ MG	26/97-N	96,36	Cerrado
154	Sítio Sannyasim	Descoberto/ MG	43/97-N	5,4	Cerrado
155	Santuário Caraça	Santa Bárbara/ MG	32/94-N	10.187,89	Cerrado
156	Sítio São Domingos/Agartha	Espera Feliz/ MG	054/94	1,5	Cerrado
157	Sítio São Francisco	Congonhas/ MG	153/98-N	7,5	Mata Atlântica
158	Fazenda Barra do Pirapetinga	Piranga/ MG	073/99	21,94	Mata Atlântica
159	Reserva Sarandi	Santa Bárbara do Monte Verde/ MG	90/00	3,5	Mata Atlântica
160	Fazenda Alto da Boa Vista	Bocaina de Minas/ MG	11/99-N	55	Mata Atlântica
161	Fazenda Cachoeira	Serra do Salitre/ MG	126/97-N	122	Cerrado
162	Alto da Boa Vista	Descoberto/ MG	57/95	96	Mata Atlântica
163	Reserva Part. do Patr. Natural Ly E Cléo	Monte Sião/ MG	104/99-N	1,47	Mata Atlântica
164	Semente do Arco Íris	Toledo/ MG	63/02	1,65	Mata Atlântica
165	Galheiros	Perdizes/ MG	73/95-N	2.694,73	Cerrado
166	Usina Maurício	Itamarati de Minas/ MG	063/99	303,75	Mata Atlântica
167	Estação Biológica Mata do Sossego	Simonésia/ MG	20/98-N	133,74	Mata Atlântica
168	Vila Ana Angélica	Antonio Dias/ MG	140/98-N	45,93	Mata Atlântica
169	Cachoeira do Cerradão	São Roque de Minas/ MG	92/01	37,7	Cerrado
170	Cabeceira das Flores	Paineiras/ MG	171/01	10	Cerrado
171	Mitra do Bispo	Bocaina/ MG	97/99-N	35	Mata Atlântica
172	Alto da Boa Vista	Descoberto/ MG	072/99	22	Mata Atlântica

Nº	RESERVA PARTICULAR do PATRIMÔNIO NATURAL	MUNICÍPIO/ UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA / ha	BIOMA
173	Fazenda Chacrinha	Coração de Jesus/ MG	69/97-N	34	Cerrado
174	Acácias	Olaria/ MG	114/97-N	30,1	Mata Atlântica
175	Fazenda do Sino	Betim/ MG	94/97-N	16,2	Cerrado
176	Fazenda do Lobo	São Roque de Minas/ MG	121/97-N	74	Cerrado
177	Fazenda da Serra	Lima Duarte/ MG	67/00	22,48	Mata Atlântica
178	Fazenda Cruzeiro	Diamantina/ MG	04/99-N	180	Cerrado
179	Reserva da Cachoeira	Santana do Riacho/ MG	39/97-N	72,01	Cerrado
180	Fazenda Bom Jardim	Matozinhos/ MG	125/97-N	172,8	Cerrado
181	Segredo das Águas	Poté/ MG	59/00	15	Mata Atlântica
182	Fazenda Caetano	Paracatu/ MG	147/92-N	1.420,65	Cerrado
183	Fazenda Califórnia	Salto da Divisa/ MG	172/97-N	155,4	Mata Atlântica
184	Fazenda Catingueiro II	Lagoa da Prata/ MG	103/93-N	39,23	Cerrado
185	Fazenda Catingueiro I	Lagoa da Prata/ MG	102/93-N	50,3	Cerrado
186	Fazenda Serrote	Ibiá/ MG	057/98-N	493	Cerrado
187	Reserva Ecol. Fundação Rocha Loures	Unai/ MG	16/2000	300	Cerrado
188	Reserva Ecológica Panga	Uberlândia/ MG	72/97-N	409,5	Cerrado
189	Fazenda Caetano Santo Agostinho	Paracatu/ MG	146/92-N	1.184,00	Cerrado
190	Mata da Cruz	Conceição do Pará/ MG	78/97	3,5	Mata Atlântica
191	APA de Proteção do Reservatório de Juramento	Juramento/ MG	99/98	3.108,00	Mata Atlântica
192	Mato Virgem do Logradouro	Corinto/ MG	13/98	25,37	Cerrado
193	Poço Fundo	Congonhas/ MG	103/01	90	Cerrado
194	Itajuru ou Sobrado	Santa Bárbara/ MG	109/02	43,06	Mata Atlântica
195	Brejo Novo	Santos Dumont/ MG	137/02	18,35	Cerrado
196	Sítio Raio Solar	Extrema/ MG	071/99	28,69	Mata Atlântica
197	Comodato Reserva de Peti	São Gonçalo do Rio Abaixo	99/01	96,41	Cerrado
198	Fazenda Relógio Queimado	Cafelândia/ SP	56/02	111,44	Mata Atlântica
199	Voturuna II	Santana de Parnaíba/ SP	123/94-N	58,45	Mata Atlântica
200	Fazenda Rio dos Pilões	Santa Izabel/ SP	084/99	560,02	Mata Atlântica
201	Centro de Vivência Com a Natureza	Araçoiaba da Serra/ SP	34/01	28,4	Mata Atlântica
202	Sítio do Jacu	Caraguatatuba/ SP	52/01	1,6	Mata Atlântica
203	Sítio do Cantoneiro	Monteiro Lobato/ SP	116/94-N	8,7	Mata Atlântica
204	Fazenda San Michele	São José dos Campos/ SP	97/98-N	84,71	Mata Atlântica
205	Meandros III	Ibiúna/ SP	150/01	72,6	Mata Atlântica
206	Floresta Negra	Araçoiaba da Serra/ SP	104/01	7	Mata Atlântica
207	Fazenda Palmira	Serra Azul/ SP	156/01	242	Mata Atlântica
208	Reserva Ecológica Amadeu Botelho	Jaú/ SP	19/00	142,88	Mata Atlântica
209	Sítio Ryan	Itapevi/ SP	112/93-N	19,47	Mata Atlântica

Nº	RESERVA PARTICULAR do PATRIMÔNIO NATURAL	MUNICÍPIO/ UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA / ha	BIOMA
210	Sítio Sabiuna	Joanópolis/ SP	58/95	50	Mata Atlântica
211	Fazenda Bela Aurora	Cruzeiro/ SP	062/99	86,14	Mata Atlântica
212	Sítio Primavera	São Luiz do Paraitinga/ SP	37/2000	21,78	Mata Atlântica
213	Fazenda Horii	Guapiara/ SP	108/99-N	34,4	Mata Atlântica
214	Sítio Pithon	Araçariguama/ SP	11/97-N	26	Mata Atlântica
215	Toque Toque Pequeno	São Sebastião/ SP	09/2000-N	2,7	Mata Atlântica
216	Fazenda Agro-Pastoril Gonçalves	Tapiraí/ SP	102/99-N	60,91	Mata Atlântica
217	Ecoworld	Atibaia/ SP	064/99	51,38	Mata Atlântica
218	Sítio Palmital	Itápolis/ SP	103/99-N	24,3	Cerrado
219	Parque dos Pássaros	Bragança Paulista/ SP	60/02	174,9	Cerrado
220	Fazenda Meandros	Ibiuna/ SP	157/01	111,3	Mata Atlântica
221	Morro do Curussu Mirim	Ubatuba/ SP	087/99	22,8	Mata Atlântica
222	Estância Jatobá	Jaguariúna/ SP	105	26,67	Mata Atlântica
223	Sítio Capuavinha	Mairiporã/ SP	31/jan	5	Mata Atlântica
224	Voturuna V	Pirapora do Bom Jesus/ SP	113/94-N	56,85	Mata Atlântica
225	Sítio Curucutu	Palheiros/ SP	102/95-N	10,89	Mata Atlântica
226	Fazenda Serrinha	Bragança Paulista/SP	154/01	15	Mata Atlântica
227	Rizzieri	São Sebastião/SP	05/mar	1.282,00	Mata Atlântica
228	Parque São Marcelo	Mogi Mirim e Mogi Guaçu/SP	120/02	187,02	Mata Atlântica
229	Fazenda Meandros II	Ibiuna/SP	149/01	145,2	Mata Atlântica
230	Fazenda Alegrete	Palmeira/ PR	070/94-N	153,17	Região dos Pinheais/MT. ATL
231	Reserva Ecológica Sebuí	Guaraqueçaba/ PR	99/99-N	400,78	Mata Atlântica
232	Fazenda Barra Mansa	Arapoti/ PR	23/2000	218,05	Região dos Pinheais/ Mata Atlântica
233	Fazenda Primavera	Tibagi/ PR	83/97-N	400	Região dos Pinheais/
234	Fazenda Figueira	Guaraqueçaba/ PR	132/94-N	819,18	Região dos Pinheais/
235	Das Araucárias	General Carneiro/ PR	079/99	115	Região dos Pinheais/
236	Vale do Corisco	Segés/ PR	83/99-N	507,5	Floresta Amazônica
237	Corredor do Iguazu I	Nova Laranjas e Rio Bonito do Iguazu/ PR	166/01	5.151,00	Mata Atlântica
238	Sítio Monte Ararat	Bocaiuva/PR	104/02	10	
239	Sítio do Bananal	Morretis/PR	49/02	28,84	Mata Atlântica
240	Bio Estação Águas Cristalinas	Brusque/ SC	19/fev	102,96	Mata Atlântica
241	Fazenda Pousada Serra Pitoco	Ituporanga/ SC	40/97-N	3	Mata Atlântica
242	Parque Ecológico Artex	Blumenau/ SC	143/92-N	5.296,16	Mata Atlântica
243	Chácara Edith	Brusque/ SC	158/01	415,79	Mata Atlântica
244	Morro da Palha	São Francisco/ SC	62	7	Mata Atlântica
245	Fazenda Palmital	Itapoã/ SC	70/92	590	Região dos Pinheais/

Nº	RESERVA PARTICULAR do PATRIMÔNIO NATURAL	MUNICÍPIO/ UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA / ha	BIOMA
246	Gralha-Azul	Água Doce/ SC	27/2000	49	Mata Atlântica
247	Fazenda Araucária	São Joaquim/ SC	41/2000	50	Mata Araucária
248	Reserva do Caraguatá	Major Herciano/ SC	01/98-N	900,39	Mata Atlântica
249	Reserva Burgerkopf	Blumenau/ SC	142/92-N	82,07	Mata Atlântica
250	Reserva Natural Menino Deus	Florianópolis/ SC	085/99	16	Mata Atlântica
251	Reserva Normando Tedesco	Baneláreo Camburiú/ SC	057/99	3,82	Mata Atlântica
252	Morro das Aranhas	Florianópolis/ SC	043/99-N	44,16	Restinga/
253	Reserva Caraguatá	Antônio Carlos/ SC	645/90	1.854,00	Mata Atlântica
254	Reserva Rio Das Furnas	Alfredo Wagner/ SC	61	10	Campos do Sul
255	Prima Luna	Nova Trento/ SC	100/01	100	Mata Atlântica
256	Reserva Caraguatá	Antonio Carlos/ SC	061/98-N	558,86	Mata Atlântica
257	Res. Ecol. Emílio F. Battistella	Corupá/ SC	53	100	Mata Atlântica
258	Barra do Rio do Meio	Santa Rosa de Lima/ SC	23/99-N	10	Mata Atlântica
259	Caetezal	Joenville/SC	168/01	4.613,80	Mata Atlântica
260	Ano Bom	São Bento do Sul/SC	167/01	88	Mata Atlântica
261	Morro dos Zimbros	Porto Belo/SC	119/02	45,9	Mata Atlântica
262	Fazenda das Palmas	Encruzinhada do Sul/ RS	20/jan	160	Campos do Sul/ Mata Atlântica
263	Mariana Pimentel	Mariana Pimentel/ RS	06/99-N	46	Campos do Sul/ Mata Atlântica
264	Estancia Santa Isabel do Butuí	São Borja/ RS	02/96-N	135	Campos do Sul/ Mata Atlântica
265	Chacara Sananduva	Viamão/ RS	038/99-N	3	Mata Atlântica
266	Schuster	Humaitá/ RS	020/92-N	4	Mata Atlântica
267	Uruquá	São Luiz Gonzaga/ RS	08/99-N	29	Campos do Sul/ Mata Atlântica
268	Reserva do Paredão	São Francisco de Assis/ RS	127/97-N	140	Mata Atlântica
269	Estância Santa Rita	Santa Vitória do Palmar/ RS	167/98-N	340	Mata Atlântica
270	Bosque de Canela	Canela/ RS	118/98-N	6	Região dos Pinherais/ Mata Atlântica
271	Costa do Serro	Porto Alegre/ RS	30/2000	8	Restinga/ Mata Atlântica
272	Minas do Paredão	Piratini/ RS	094/99	15	Campos do Sul/Mata Atlântica
273	Fazenda Curupira	Pedro Osório/ RS	29/99-N	100,2	Campos do Sul/Mata Atlântica
274	Jardim da Paz	Porto Alegre/ RS	53/01	1,75	Restinga/ Mata Atlântica
275	Sítio Porto da Capela	Charqueadas/ RS	62/95-N	14	Mata Atlântica
276	Fazenda Caneleira	Dom Pedrito/ RS	51/96-N	45	Mata Atlântica
277	Fazenda Rodeio Bonito	Júlio de Castilhos/ RS	021/92-N	2.761,00	Campos do Sul/Mata Atlântica
278	Reserva dos Mananciais	Dom Pedrito/ RS	65/00	11,11	Campos do Sul/Mata Atlântica
279	Fazenda Morro de Sapucaia	Sapucaia do Sul	94/02	90,25	Mata Atlântica

Nº	RESERVA PARTICULAR do PATRIMÔNIO NATURAL	MUNICÍPIO/ UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA / ha	BIOMA
280	Capão Grande	Barra do Ribeiro/ RS	98/98-N	9	Mata Atlântica
281	Prof. Delamar Harry dos Reis	Viamão/ RS	047/99-N	10	Mata Atlântica
282	Rancho Mira-Serra	São Francisco de Paula/ RS	124/97-N	17,68	Região dos Pinheirais/ Mata Atlântica
283	Recanto do Robalo	Torres/ RS	57	9,95	Mata Atlântica
284	Fazenda Branquilha	Dom Pedrito/ RS	49/96-N	13	Campos do Sul/MT. ATL
285	Pontal da Barra	Pelotas/ RS	080/99	65,33	Campos do Sul/Mata Atlântica
286	Fazenda Floresta Negra	Sete Quedas/ MS	160/01	971,06	Cerrado
287	Fazenda Boqueirão	Bonito/ MS	01/96-N	173,6	Cerrado
288	Fazenda Capão Bonito	Maracaju/ MS	55/01	683,67	Cerrado
289	Fazenda Lageado	Dois Irmãos do Buriti/ MS	393/90	12.550	Pantanal
290	Fazenda Acurizal	Corumbá/ MS	07/97-N	13.200	Pantanal
291	Estância Santa Inês	Campo Grande/ MS	03/91-N	6	Cerrado
292	Fazenda América	Bonito/ MS	94/94-N	401	Cerrado
293	Fazenda Penha	Corumbá/ MS	07/97-N	13.100	Pantanal
294	Fazenda Margarida	Porto Murtinho/ MS	34/00	1.999,18	Cerrado
295	Fazenda Santa Helena	Corumba/ MS	76/00	4.295,32	Pantanal
296	Fazendinha	Aquidauana/ MS	065/94	9.619,00	Pantanal
297	Fazenda Trevo	Bonito/ MS	104/93-N	27,75	Pantanal
298	Reserva Ecológica Fazenda Arara Azul	Corumbá/ MS	51/02	2.000,00	Pantanal
299	Fazenda Singapura	Bonito/ MS	066/94	456	Cerrado
300	Paculândia	Corumbá/MS	20/fev	8.232,00	Pantanal
301	Reserva União	Silva Jardim/ RJ	68/00	343,1	Mata Atlântica
302	Maria Francisca Guimarães	Teresópolis/ RJ	160/98-N	1,02	Mata Atlântica
303	Sítio Poranga	Itaguaí/ RJ	041/92-N	34	Mata Atlântica
304	Fazenda Arco-Íris	Silva Jardim/ RJ	103/94	45,86	Mata Atlântica
305	Pedra dos Amarilis	Petrópolis/ RJ	06/93-N	39,64	Mata Atlântica
306	Fazenda Gaviões	Silva Jardim/ RJ	69/01	117,39	Mata Atlântica
307	Fazenda Barra do Sana	Macaé/ RJ	065/99	162,4	Mata Atlântica
308	Sítio Shangrilah	Macaé/ RJ	156/98-N	69	Mata Atlântica
309	Sítio Santa Fé	Silva Jardim/ RJ	110/96-N	14,31	Mata Atlântica
310	Fazenda Córrego da Luz	Casimiro de Abreu/ RJ	16/93-N	20	Mata Atlântica
311	SEC/Tinguá	Tinguá	176/02	16,5	Mata Atlântica
312	Ce. Ecol. Metodista Ana Gonzaga	Rio de Janeiro/ RJ	044/99-N	73,12	Mata Atlântica
313	Fazenda Bom Retiro	Casimiro de Abreu/ RJ	04/98-N	472	Mata Atlântica
314	Mato Grosso	Saquarema/ RJ	25/2000	26,11	Mata Atlântica
315	Fazenda Cachoeirinha	Mangaratiba/ RJ	22/99-N	650	Mata Atlântica
316	Jornalista Antenor Novaes	Eng. Paulo de Frontin/ RJ	29/99-N	125	Mata Atlântica
317	Querência	Magé/ RJ	05/99-N	6,3	Mata Atlântica
318	Fazenda Santa Izabel	Mangaratiba/ RJ	05/96-N	525	Mata Atlântica

Nº	RESERVA PARTICULAR do PATRIMÔNIO NATURAL	MUNICÍPIO/ UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA / ha	BIOMA
319	Fazenda Roça Grande	Rio Claro/ RJ	481/91	63,7	Mata Atlântica
320	Gleba O Saquinho de Itapirapuã	Angra dos Reis/ RJ	03/98-N	3,97	Manguezal / Mata Atlântica
321	Sítio Fim da Picada	Rio Claro/ RJ	33/2000	7,05	Mata Atlântica
322	Sítio Granja São Jorge	Campo Grande/ RJ	091/99	2,6	Mata Atlântica
323	Granja Redenção	Silva Jardim/ RJ	72/96-N	33,8	Mata Atlântica
324	Sítio Cachoeira Grande	Silva Jardim/ RJ	171/97-N	14	Mata Atlântica
325	El Nagual	Majé/ RJ	088/99	17,2	Mata Atlântica
326	Fazenda São Benedito	Rio Claro/ RJ	70/01	144	Mata Atlântica
327	Sítio Santa Cruz	Mendes/ RJ	100/99-N	46,8	Mata Atlântica
328	Sítio Angaba	Itaguaí/ RJ	041/92-	29	Mata Atlântica
329	Porangaba	Itaguaí/ RJ	123/02	9	Mata Atlântica
330	Fazenda São Geraldo	Valença/ RJ	039/99-N	173	Mata Atlântica
331	Fazenda Suspiro	Teresópolis/ RJ	03/99-N	18,21	Mata Atlântica
332	Fazenda Limeira	Petrópolis/ RJ	61/97-N	18,73	Mata Atlântica
333	Ceflummme	Rio de Janeiro/ RJ	102/94	3,4	Mata Atlântica
334	Sítio Paiquerê	Nova Iguaçu/ RJ89/02	14,1	Mata Atlântica
335	Fattoria Grigea	Nova Friburgo/ RJ	135/02	10,2	Mata Atlântica
336	Gaia	Bom Jardim/ RJ	122/02	40	Mata Atlântica
337	Nossa Senhora das Graças	Rio Claro/ RJ	171/02	30,73	Mata Atlântica
338	Fazenda Sayonara	Conceição da Barra/ ES	107/01	2.800,00	Mata Atlântica
339	Fazenda Cafundó	Cachoeira do Itapemirim ES	062/98-N	517	Mata Atlântica
340	Fazenda Santa Cristina	Montanha ES	157/98-N	29,22	Mata Atlântica
341	Fazenda Lula do Lobo I	Coruripe/ AL	111/01	68,65	Mata Atlântica
342	Vera Cruz	Chã Preta/ AL	68/92-N	115	Mata Atlântica
343	Fazenda Pereira	Coruripe/ AL	113/01	219,91	Mata Atlântica
344	Gulandim	Teotônio Vilela/ AL	98/01	41	Mata Atlântica
345	Fazenda São Pedro	Pilar/ AL	12/95-N	50	Mata Atlântica
346	Fazenda Rosa do Sol	S.M dos Campos/ AL	119/94-N	15,5	Mata Atlântica
347	Santa Tereza	Atalaia/ AL	120/01	100,52	Mata Atlântica
348	Fazenda Almas	São José dos Cordeiros/ PB	1343/90	3.505,00	Caatinga
349	Fazenda Santa Clara	São João do Cariri/ PB	1344/90	750,5	Caatinga
350	Major Badú Loureiro	Catingueira/ PB	109/01	186,31	Caatinga
351	Fazenda Várzea	Araruna/ PB	11/98-N	390,66	Caatinga
352	Fazenda Tamanduá	Santa Terezinha/ PB	110/98-N	325	Caatinga
353	Fazenda Pedra de Água	Solânea/ PB	060/99	170	Caatinga
354	Fazenda Pacatuba	Sapé/ PB	110/95-N	266,53	Mata Atlântica
355	Engenho Gargaú	Santa Rita/ PB	64/94-N	1.058,62	Mata Atlântica
356	Sernativo	Acarí/ RN	109/96-N	154,29	Caatinga
357	Mata Estrela	Baía Formosa/ RN	20/2000	2.039,93	Cerrado
358	Fazenda Salobro	Jucurutu/ RN	052/94-N	755,95	Caatinga
359	Reserva Itapuã	Luziânia/ GO	30/jan	74,94	Cerrado
360	Vale dos Sonhos	Alto Paraiso/ GO	27/jan	60,16	Cerrado

Nº	RESERVA PARTICULAR do PATRIMÔNIO NATURAL	MUNICÍPIO/ UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA / ha	BIOMA
361	Vita Parque	Alto Paraíso/ GO	21/2001	23,26	Cerrado
362	Boca da Mata	Aruanã/ GO	150/98-N	1.058,19	Cerrado
363	Res. Amb. de Educ. e Pesq. Banana Menina	Hidrolândia/ GO	075/99	13,22	Cerrado
364	Fazenda Gleba Vargem Grande I	Pirenópolis/ GO	93/96-N	390	Cerrado
365	Fazenda Bom Sucesso	Goianópolis/ GO	26/jan	14,11	Cerrado
366	Fazenda Cachoeirinha	Padre Bernardo/ GO	045/98-N	80	Cerrado
367	Fazenda Brancas Terra dos Anões	Alto Paraíso/ GO	108/96	612	Cerrado
368	Reserva Ecológica Cachoeira das Andorinhas	Aporé/GO	66/99	29,04	Cerrado
369	Fazenda Cachoeira Boa Vista	Cocalzinho/ GO	23/98-N	108,25	Cerrado
370	Fazenda Palmeira	Palmeiras de Goiás/ GO	67/92-N	2.178,00	Cerrado
371	Fazenda Mata Funda	Alto Paraíso/ GO	27/97-N	110	Cerrado
372	Fazenda Jaquanêz	Paraúna/ GO	73/97-N	269,14	Cerrado
373	Reserva Ecológica Serra Dourada	Trombas/ GO	25/jan	136,54	Cerrado
374	Fazenda Pindorama	Cristalina/ GO	165/97-N	636	Cerrado
375	Fazenda Campo Alegre	Alto Paraíso/ GO	31/94-N	7.500,82	Cerrado
376	Reserva Pousada Das Araras	Serranópolis/ GO	173/98-N	175	Cerrado
377	Santuário de Vida Silv. Flor Das Águas	Pirenópolis/ GO	141/98-N	43,31	Cerrado
378	Sobrado	Morrinhos/ GO	15/2000	1,22	Cerrado
379	Vale Encantado da Cachoeira Dos Cristais	Alto Paraíso/ GO	108/96-N	600	Cerrado
380	Escarpas do Paraíso	Alto Paraíso/ GO	22/jan	82,71	Cerrado
381	Fazenda Santa Luzia	Itaberaí/ GO	720/91	7,2	Cerrado
382	Fazenda Vaga Fogo	Pirenópolis/ GO	824/90	17	Cerrado
383	Linda Serra Dos Topázios	Cristalina/ GO	114/94-N	469,44	Cerrado
384	Bacia do Ribeirão Cocal	Planaltina de Goiás/ GO	50/2000	48,98	Cerrado
385	Pontal do Jaburu	Nova Crixás/ GO	38/00	2.904,00	Cerrado
386	Fazenda Santa Mônica	Corumbá/ GO	114/01	215,03	Cerrado
387	Cachoeira do Profeta	Planaltina de Goiás/ GO	64/00	100,19	Cerrado
388	Fazenda Vereda do Gato	Cristalina/ GO	136/97-N	143	Cerrado
389	Apa da Lagoa	Planaltina/ GO	54/01	125,19	Cerrado
390	Fazenda Santa Branca	Teresopólis/ GO	17/2000	36,26	Cerrado
391	João de Barro	Santo Antonio do Descoberto/ GO	090/99-N	2,9	Cerrado
392	Fazenda Arruda	Pirenópolis/ GO	35/95-N	800	Cerrado
393	Santuário de Gabriel	Pirenópolis/ GO	168/98-N	65,2	Cerrado

Nº	RESERVA PARTICULAR do PATRIMÔNIO NATURAL	MUNICÍPIO/ UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA / ha	BIOMA
394	Sítio Estrela Dalva	Cidade Ocidental/ GO	134/98-N	5,04	Cerrado
395	Cara Preta	Alto Paraíso/ GO	10/99-N	975	Cerrado
396	Terra do Segredo	Alto Paraíso/ GO	23/jan	40	Cerrado
397	Chácara Mangueiras	Goiânia/ GO	144/92-N	5	Cerrado
398	Reserva Ecológica Rio Vermelho	Britânia/GO	110/02	1.592,59	Cerrado
399	Biosantuário Trajeto do Cerrado	Cocalzinho/GO	55/02	48,4	Cerrado
400	Santuário Ecológico Sonhem	Brasília/ DF	089/99	126	Cerrado
401	Res. Corrêgo da Aurora	DF	105	3,23	Cerrado
402	Maria Velha	Distrito Federal/ DF	15/99-N	8	Cerrado
403	Chakra Grisu	Distrito Federal/ DF	158/97-N	1	Cerrado